



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO –
PPGCINF

RANIEL DA CONCEIÇÃO FERNANDES

FORMAÇÃO DE MUSEUS EM INSTITUIÇÕES MAÇÔNICAS
UMA ANÁLISE DO MUSEU MAÇÔNICO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL NO
PALÁCIO DO LAVRADIO

BRASÍLIA - DF

2021

RANIEL DA CONCEIÇÃO FERNANDES

FORMAÇÃO DE MUSEUS EM INSTITUIÇÕES MAÇÔNICAS
UMA ANÁLISE DO MUSEU MAÇÔNICO DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL NO
PALÁCIO DO LAVRADIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Margaret Lopes

Brasília - DF

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dF363f da Conceição Fernandes, Raniel
Formação de museus em instituições maçônicas: uma análise do
Museu Maçônico do Grande Oriente do Brasil no Palácio do
Lavrado / Raniel da Conceição Fernandes; orientador Maria
Margaret Lopes. -- Brasília, 2021.
180 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Ciência da Informação)
-- Universidade de Brasília, 2021.

1. Maçonaria. 2. Museus maçônicos. 3. Grande Oriente do
Brasil. 4. Coleção. I. Margaret Lopes, Maria , orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “FORMAÇÃO DE MUSEUS EM INSTITUIÇÕES MAÇÔNICAS: uma análise do Museu Maçônico do Grande Oriente do Brasil no Palácio do Lavrado”

Autor (a): Raniel da Conceição Fernandes

Área de concentração: Gestão da Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **MESTRE** em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: 18 de maio de 2021.

Presidente (UnB/PPGCINF): Maria Margaret Lopes

Membro Externo (UFBA): Suely Moraes Cerávolo

Membro Interno (UnB/PPGCINF): Ana Lúcia de Abreu Gomes

Suplente (UnB/PPGCINF): Clovis Carvalho Britto

Em 26/03/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Margaret Lopes, Pesquisador(a) Colaborador(a) Pleno(a) da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/05/2021, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Suely Moraes Cerávolo, Usuário Externo**, em 24/05/2021, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Vice-Coordenador(a) da Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação**, em 24/05/2021, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6492203** e o código CRC **DA7161F0**.

Aos curiosos.

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas pelo sustento diário e pela direção em todos os caminhos.

À Maria Margaret Lopes pela orientação em cada detalhe da pesquisa, sempre com dicas e encaminhamentos preciosos.

A minha esposa Gabriela pelo auxílio e companhia nessa jornada.

À minha família que me acompanha em todos os meus passos.

Aos amigos pesquisadores que labutam na mesma trilha e à professora Silmara Küster pelo apoio e companhia nas trilhas museais.

Às professoras Ana Abreu e Suely Cerávolo pelas contribuições e sugestões que muito fizeram a pesquisa avançar.

Aos membros do Grande Oriente do Brasil pelo apoio ofertado em minha jornada pelo patrimônio maçônico, em especial a José Arimateia, Esmeraldino Silva, João Guimarães (*in memoriam*) e Hélio Leite.

Ao museólogo Vinicius de Carvalho pelo auxílio no acesso às fontes da pesquisa.

“A Maçonaria por seus numerosos grãos é como o Museu das instituições pela qual a humanidade desde os tempos os mais remotos tem-se esforçado por conservar sempre prompto uma serie de organismos especiaes para affirmarem os grandes deveres sociaes, e fazer realçar o ideal no mundo”.

ANTÔNIO PINTO MENDES (redator do Boletim Oficial do GOB), 1882.

RESUMO

O patrimônio histórico maçônico tem se constituído ao longo dos 200 anos de existência da Ordem em terras brasileiras. Mais especificamente o Grande Oriente do Brasil, instituição que gerencia a maçonaria em âmbito nacional, tem preservado um patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico de relevância histórica em duas instituições distintas: Palácio Maçônico do Lavradio, localizado no Rio de Janeiro, e Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em Brasília. Contudo, há carência de estudos que busquem compreender as ações de preservação do patrimônio histórico maçônico, bem como a constituição dos acervos em museus, a salvaguarda dos documentos e o armazenamento e a divulgação das informações por essas instituições, estes produzidos e coletados ao longo da existência das lojas maçônicas e das instituições gestoras. Desse modo há de se questionar quais são os museus maçônicos e os acervos que foram preservados ao longo de seus quase 200 anos de existência. Esta dissertação objetiva compreender o processo de formação do Museu Maçônico no âmbito do Grande Oriente do Brasil no período de 1906 a 1978. Assim, busca-se contextualizar o universo dos museus e os acervos de caráter maçônico; investigar o processo institucional de formação do museu e, por fim, investigar a formação do acervo do museu. Para a compreensão desse objeto optou-se por uma proposta de estudo descritiva. Para tanto, será utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando-se como procedimento metodológico revisão e levantamento bibliográfico e pesquisa e análise dos documentos relacionados ao colecionismo institucional do Grande Oriente do Brasil, dentre boletins, jornais, catálogos, legislação e documentos constitutivos da instituição. Essa pesquisa identificou diversas ações empreendidas pelos gestores do Grande Oriente do Brasil como tentativa de estruturação e organização de um Museu Maçônico, bem como para a formação de seu acervo.

Palavras-chave: Maçonaria. Museus maçônicos. Grande Oriente do Brasil. Coleção.

ABSTRACT

The Masonic historical heritage was built over the Order's 200 years of existence in Brazilian lands. More specific to the Grand Orient of Brazil, an institution that manages a Freemasonry at a national level, preserves an archival, bibliographical and museological heritage of historical relevance in two distinct institutions: Lavradio Masonic Palace, located in Rio de Janeiro, and Ariovaldo Vulcano Masonic Museum, in Brasilia. Nevertheless, there are case studies that seek to understand how actions of the Masonic historical heritage, as well as the constitution of collections in museums, safeguarding documents and storing and disseminating information by these institutions, these items are collected over the period of use of the Masonic lodges and management institutions. Thus, there are questions about which are the Masonic museums and the collections that have been preserved throughout its almost 200 years of existence. This dissertation aims to understand the formation process of the Masonic Museum in the context of the Grand Orient of Brazil in the period from 1906 to 1978. Thus, it seeks to contextualize the universe of museums and the Masonic collections; to investigate the institutional process of formation of the museum and, finally, to investigate the formation of the museum's collection. To understand this object, a descriptive study proposal was chosen. To this end, a qualitative research approach will be used, using as a methodological procedure bibliographic review and survey and research and analysis of documents related to the institutional collection of the Grande Oriente do Brasil, among bulletins, newspapers, catalogs, legislation and constitutive documents of the institution. This research identified several actions taken by the managers of the Grand Orient of Brazil in an attempt to structure and organize a Masonic Museum, as well as to form its collection.

Keywords: Freemasonry. Masonic museums. Grand Orient of Brazil. Collection.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| IMAGEM 1 - Exposição do Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em destaque vitrine com aventais maçônicos..... | 54 |
| IMAGEM 2 - Capa da primeira edição do Boletim do GOB de 1871..... | 62 |
| IMAGEM 3 - Primeira referência a um museu encontrada nos Boletins do GOB...66 | |
| IMAGEM 4 - Relógio de carrilhão do “Museu Maçônico”, anexo a Biblioteca do GOB..... | 67 |
| IMAGEM 5 - Primeiro timbre do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio..... | 69 |
| IMAGEM 6 - Grão-Mestre Cyro Werneck no Salão Nobre do Palácio do Lavradio. | 76 |
| IMAGEM 7 - Vista da fachada do Palácio do Lavradio na década de 1920..... | 82 |
| IMAGEM 8 - Vista do interior do Templo Nobre do Palácio do Lavradio em 1903...91 | |
| IMAGEM 9 - Vista do Gabinete do Grão-Mestre em 1949..... | 102 |
| IMAGEM 10 - Carta de agradecimento assinada por Deodoro da Fonseca de 1891..... | 108 |
| IMAGEM 11 - A passagem de Humaitá, óleo sobre tela de Eduardo De Martino.. | 109 |
| IMAGEM 12 - Marquês de Sapucaí, óleo sobre tela de Manuel Poluceno Pereira da Silva - Biblioteca, Palácio do Lavradio..... | 110 |
| IMAGEM 13 - Trono de Grão-Mestre, século XIX - Palácio do Lavradio..... | 111 |
| IMAGEM 14 - Boletim do Museu Maçônico nº2 de 1960..... | 113 |
| IMAGEM 15 - Capa do folheto da Exposição do Sesquicentenário de 1972..... | 119 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 - Evolução dos valores relativos ao Museu Maçônico encontrado nos Balanços Patrimoniais..... | 93 |
| QUADRO 2 - Lista de lojas maçônicas que doaram objetos ao Museu Maçônico.. | 94 |
| QUADRO 3 - Lista de maçons doadores de objetos ao Museu Maçônico..... | 95 |
| QUADRO 4 - Acervo do Museu Maçônico..... | 105 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AMMLA | Association on Masonic Museums, Library and Archives |
| DPHAN | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| FCI | Faculdade de Ciência da Informação |
| GLUI | Grande Loja Unida da Inglaterra |
| GOB | Grande Oriente do Brasil |
| IBRAM | Instituto Brasileiro de Museus |
| ICOM | Conselho Internacional de Museus |
| IGHB | Instituto Geográfico e Histórico da Bahia |
| IMES | Instituto Maçônico de Estudos Superiores |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| INEPAC | Instituto Estadual do Patrimônio Cultural |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| MHN | Museu Histórico Nacional |
| MLMA | Masonic Library and Museums Association |
| ONICOM | Organização Nacional do ICOM |
| SURSAN | Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara |
| UnB | Universidade de Brasília |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO 1 – MUSEUS, MUSEUS HISTÓRICOS E MUSEUS MAÇÔNICOS - CONTEXTUALIZAÇÃO | 26 |
| 1.1. Museus, coleções e o seu processo de formação | 26 |
| 1.2. Museus históricos: panorama | 33 |
| 1.3. Museus maçônicos e seus acervos | 39 |
| 1.3.1. Museus maçônicos e suas trajetórias | 47 |
| 1.3.2. Museus maçônicos no Brasil | 52 |
| CAPÍTULO 2 – O GRANDE ORIENTE DO BRASIL E O SEU MUSEU | 58 |
| 2.1. O Grande Oriente do Brasil: apontamentos sobre as movimentações históricas e estruturais | 58 |
| 2.2. Um museu nas entrelinhas dos documentos, do arquivo e da biblioteca | 62 |
| 2.3. O Museu Maçônico Brasileiro: em busca da consolidação | 69 |
| 2.4. O tombamento do Palácio do Lavradio com seu museu | 83 |
| CAPÍTULO 3 – O MUSEU MAÇÔNICO E O SEU ACERVO | 91 |
| 3.1. Construção do acervo: Incorporação e procedência das coleções | 91 |
| 3.2. As coleções do Museu: registro, conservação e divulgação | 101 |
| 3.3. Exposições: abertura ao público dos históricos segredos | 114 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 122 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 125 |
| APÊNDICES | 131 |
| APÊNDICE A – Lista de museus maçônicos por continente/ país | 131 |
| APÊNDICE B – Taxonomia da cultura material maçônica | 137 |
| APÊNDICE C - Lista das doações ao Museu Maçônico por ano | 141 |
| APÊNDICE D - Lista do acervo nas exposições do Museu Maçônico | 158 |
| ANEXOS | 180 |
| ANEXO 1 - E-mail sobre documentos relativos à história do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio | 180 |

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema o processo colecionista e a formação do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio - Rio de Janeiro no âmbito do Grande Oriente do Brasil (GOB), uma instituição maçônica nacional, no período de 1906 a 1978.

O patrimônio histórico maçônico tem se constituído ao longo dos 200 anos de existência da Ordem em terras brasileiras. Mais especificamente o GOB, instituição que gerencia a maçonaria em âmbito nacional, tem preservado um patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico de relevância histórica em duas instituições distintas: o Palácio Maçônico do Lavradio, localizado no Rio de Janeiro, e o Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em Brasília.

O GOB foi fundado em 1822 e, desde então, participou de diversos momentos da história do Brasil. Por meio de seus membros, atuou em episódios históricos e períodos de efervescência político-social que marcaram a trajetória da nação brasileira. De modo geral, diversos maçons contribuíram nos processos de Independência do Brasil, na Abolição da Escravatura e na Proclamação e consolidação da República brasileira (CASTELLANI, 2009).

O Palácio do Lavradio foi sede do GOB de 1843 a 1978. Tombado pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio de Janeiro em 1972, o edifício abriga coleções de objetos da história da instituição, além de milhares de documentos históricos e uma biblioteca. Já o Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, fundado em 1995, está localizado na sede da instituição em Brasília e preserva um acervo de cerca de 6.500 objetos, dentre documentos históricos, medalhas, obras de arte e objetos ritualísticos. Os acervos de ambas as instituições de memória representam parte do patrimônio histórico da instituição e seu acesso é permitido a qualquer público.

Diante da história secular e da sua prática, percebe-se que as instituições relacionadas à maçonaria abrigam acervos de interesse histórico. Porém, no Brasil, há poucas instituições responsáveis pela salvaguarda dos documentos e objetos históricos relacionados à Ordem. Assim, muitos dos objetos que testemunham eventos históricos, representam sua simbologia e apresentam indícios de sua

trajetória secular também foram preservados por museus não-maçônicos, colecionadores particulares ou se perderam no tempo. Poucas coleções restaram e estão preservadas em alguns museus maçônicos, estando outras em alguns casos armazenadas de modo inapropriado em salas das lojas maçônicas que os abrigam.

Em relação às pesquisas nessa temática em particular, não foram encontrados trabalhos que abordem a história da trajetória de formação das coleções, bem como do desenvolvimento de um museu no âmbito do Grande Oriente do Brasil. De modo geral, como afirma Tiago Silva, poucos são os trabalhos acadêmicos contemporâneos que pesquisam a temática maçônica (2012, p. 101), sendo que diversos desses trabalhos enfatizam a participação da instituição na política e na vida social do Brasil em diferentes épocas. Na historiografia maçônica existem diversas dissertações e teses, em que se destacam os(as) historiadores(as) Alexandre Mansur Barata, Célia Maria Marinho Azevedo, David Gueiros Vieira, Eliane Lúcia Colussi e Marco Morel.

Diante disso, após o levantamento para esta pesquisa, percebeu-se uma carência de estudos que busquem compreender o universo relacionado à preservação do patrimônio histórico maçônico e a formação de museus no âmbito das instituições maçônicas. Em específico, pesquisas que investiguem os processos de constituição das coleções, a salvaguarda dos documentos históricos, o armazenamento e a divulgação das informações por essas instituições, estes produzidos e coletados ao longo da existência das lojas maçônicas e das instituições gestoras.

Assim, em pesquisa nas bases de dados relacionadas a área de Museologia, História e áreas correlatas e também em revistas e repositórios maçônicos, observou-se, de modo específico, poucos trabalhos com temáticas relacionadas ao patrimônio maçônico e aos museus. Na bibliografia sobre museus maçônicos, foram encontrados dois estudos: o do museólogo Márcio Dillmann de Carvalho (2011) e o do historiador Tiago Silva (2012). O primeiro traz uma análise do Museu Maçônico Rocco Felipe (Pelotas - RS), observando-se a formação do acervo do museu e a sua estruturação diante das políticas e legislações específicas do setor museal.

Tiago Silva (2012), em sua dissertação de mestrado, analisa especificamente a representação da memória maçônica presente em duas

instituições museais: o Palácio do Lavradio e o Centro Cultural Maçônico do Supremo Conselho do Brasil, observando questões relacionadas à identidade da instituição e ao pertencimento à maçonaria a partir dos acervos e personagens históricos maçons presentes nas narrativas propostas nessas instituições. O autor destaca que os objetos e documentos relacionados aos personagens históricos preservados por tais instituições estão inseridos no contexto das narrativas vinculadas ao passado maçônico, principalmente no que se refere à Abolição da Escravidão e à Proclamação da República. Segundo Tiago Silva

os conteúdos imateriais são o que valorizam o patrimônio físico: os próprios preceitos da identidade maçônica transmitidos por meio, particularmente, de figuras que possibilitam conexão e reconhecimento pelo grupo, ligando os objetos a eles” (SILVA, 2012, p. 67).

E, diante das inúmeras diferenças e organizações gestoras da maçonaria a nível nacional, tais narrativas e coleções emergem como elemento de coesão da maçonaria brasileira.

Em relação ao percurso investigativo, a aproximação com este tema foi estabelecida a partir da minha atuação como museólogo no Museu Maçônico Arioaldo Vulcano do GOB, entre 2015 e 2018. Diante das especificidades relacionadas ao patrimônio histórico da maçonaria, tomei conhecimento da diversidade e riqueza das coleções maçônicas, passando a pesquisar as instituições de memória e os acervos relacionados à Ordem.

A partir dessas pesquisas iniciais, escrevi dois trabalhos relacionados aos acervos maçônicos. O primeiro deles, “*A História da Medalhística do Grande Oriente do Brasil*” (FERNANDES, 2017a), foi publicado no livro “*O Grande Oriente do Brasil comemora 195 anos de sua fundação*”, editado por Hélio Leite, em que contribuí também com o levantamento e a pesquisa dos documentos e dos objetos históricos ilustrados ou transcritos no livro. Esse trabalho apresenta uma descrição iconográfica e histórica das medalhas cunhadas no âmbito do GOB ao longo de sua história.

“*Maçonaria e museologia: análise dos objetos maçônicos de D. Pedro I*” foi um artigo apresentado no I Congresso Internacional de Ciência e Maçonaria, organizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa de Políticas Públicas, Governo e Gestão da Universidade de Brasília (NP3-Ceam-UnB) no ano 2017. Foi publicado nos anais do evento, na *Revista Ciência e Maçonaria* e apresenta um estudo dos

significados simbólicos, dos usos e da incorporação de objetos maçônicos vinculados à D. Pedro I ao acervo do Museu Histórico Nacional (FERNANDES, 2017b).

Como estudante pós-graduando, foi possível uma primeira apresentação do tema desta pesquisa à comunidade acadêmica da área de Museologia. No 4º Seminário Brasileiro de Museologia - Sebramus, em 2019, foi apresentado o trabalho "*Museus e o patrimônio histórico maçônico: trajetória da preservação no Brasil*", no GT 11 - História e Memória dos Museus e da Museologia no Brasil. Houve a reapresentação do artigo "*Maçonaria e museologia: Análise dos objetos maçônicos de D. Pedro I*", na XLVIII Assembleia Geral Ordinária da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil¹, em 2019, a convite dos organizadores do evento. Em 2020, foi publicada parte da pesquisa por meio do artigo "*A preservação do patrimônio cultural maçônico a partir de coleções e museus*" (FERNANDES; LOPES, 2020) na *Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*.

A importância do tema, contudo, ficou mais evidente quando tomei conhecimento de uma reportagem do portal de notícias G1, "Documentos históricos deixados em sacos de lixo são restaurados em SP", datada de 2011. O texto apresentava informações sobre o processo de restauro do acervo documental do existente no Palácio do Lavradio do GOB. Segundo a reportagem, foram encontrados em depósito, armazenados em sacos plásticos pretos, cerca de 10.000 documentos históricos relativos à maçonaria no Brasil tanto no período do Império quanto da República. Esses documentos, em conjunto com as pinturas da instituição, estavam em processo de restauração.

Além disso, ao longo dos anos trabalhando no Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em conversas com funcionários e gestores do Grande Oriente do Brasil e em artigos nos jornais, foi possível constatar que o Museu Maçônico situado no Palácio Maçônico do Lavradio existiu em períodos específicos da instituição. Mas, em pesquisa preliminar, não se achou nenhuma documentação que formalmente o instituisse - não há registros sobre sua fundação e alguns funcionários, que inclusive trabalham no Palácio do Lavradio, não identificam o espaço como museu.

¹ A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil é uma entidade maçônica que congrega as 27 Grandes Lojas estaduais existentes no Brasil.

O texto de Ariovaldo Vulcano, diretor do museu na década de 1960, sobre o “Museu Maçônico Brasileiro” do GOB forneceu pistas valiosas sobre o possível surgimento do museu, servindo para se estabelecer um recorte, analisar, posteriormente, o conteúdo dos documentos e corroborar a afirmação da falta de documentos oficiais sobre o museu.

Há um imaginário em torno da instituição, em cujo prédio onde está instalado funcionou a sede do GOB e suas dependências administrativas, além de lojas maçônicas e o Grande Oriente Estadual do Rio de Janeiro, que gera inquietações a respeito da (in) existência do museu, que possui um acervo considerável do ponto de vista da história da instituição. Esse espaço em que ainda funcionam algumas lojas maçônicas e se encontra fechado à visitação, não tem seu espaço museal registrado no Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, também não foi encontrado em sites e guias de museus do Rio de Janeiro.

Em 2018, visitando o Palácio do Lavradio, foi possível acessar os espaços detentores de coleções. Parte do acervo estava na antiga sala do Conselho Federal da Ordem, em mesas e antigas vitrines e outra parte estava no espaço onde estava organizando-se uma biblioteca, dentre diversas pinturas e uma vitrine com medalhas. Porém, o espaço não era identificado ou reconhecido como um museu maçônico pelos funcionários que acompanharam a visita.

Tais fatos iniciaram uma série de questionamentos relativos aos acervos maçônicos e sua preservação e culminaram com a presente pesquisa, que também perpassa a constituição desse imaginário de (in)existência de um museu e a trajetória de constituição das coleções e de um museu maçônico. Dentre as questões, surgiram indagações mais específicas sobre o GOB e outras mais gerais sobre o patrimônio e os museus maçônicos, tais como, quais objetos foram preservados ao longo de quase 200 anos de existência do GOB; como se formaram as coleções e quais critérios foram utilizados na aquisição do acervo; como se organizaram e quais informações existem sobre as coleções e acervos de caráter maçônico; quais são e como foram formadas as instituições responsáveis pela salvaguarda desse patrimônio em âmbito nacional; como se relacionam com o patrimônio histórico, observando-se as exposições das coleções e a cultura do segredo relacionada à maçonaria .

A problemática central, e que norteia esta pesquisa, perpassa a investigação de como se formou um museu maçônico no âmbito do GOB, em específico como este se inseriu na estrutura da instituição e como desenvolveu seu acervo (como e quais coleções foram incorporadas). Por não haver, como já relatado, um registro sobre a criação formal do museu, buscou-se partir da premissa de que a instituição museal foi se desenvolvendo organicamente dentro de outras estruturas já constituídas, como a biblioteca. Além de se observar a importância da cultura do segredo, que envolve a instituição, frente à criação de um museu como espaço de memória e preservação em âmbito público.

A presente pesquisa objetiva compreender o processo de formação do museu maçônico no âmbito do Grande Oriente do Brasil no período de 1906 a 1978. Assim, busca-se contextualizar o universo dos museus e os acervos de caráter maçônico; investigar o processo institucional de formação do museu e, por fim, investigar a formação do acervo do museu.

A escolha do ano 1906, como recorte temporal inicial, ocorreu por encontramos nesse ano a primeira referência a um museu maçônico no *Boletim Oficial* do GOB, fundado com o título: *Boletim do Grande Oriente do Brasil, Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*, informativo mensal das atividades e regulamentos da instituição criado em 22 de setembro de 1871 e, portanto, um referencial histórico e principal fonte de informação sobre a instituição. Já o ano de 1978, como fim do recorte, marca a transferência da sede do GOB oficialmente para Brasília. Além disso, Alberto Patier, primeiro diretor do Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em seu discurso ao inaugurar esse museu declara:

[o] imperativo constitucional obrigou o [Grande Oriente do Brasil] órgão máximo da Maçonaria Brasileira a transferir-se para o Planalto Central, deixando no Rio sua antiga sede transformada parcialmente em museu e que abriga, entre objetos, alfaias e documentos, um acervo de 173 anos de História da Maçonaria Brasileira. Decidiu-se, em princípio, que tudo que se refere a fatos ocorridos durante o tempo em que o Grande Oriente do Brasil tinha sede no Rio ali deveria permanecer (BOLETIM OFICIAL, 1995).

E, desse modo, o recorte de narrativa histórica do Museu Maçônico localizado no Rio de Janeiro se restringiria a 1978, ano de transferência da sede para Brasília. Também segundo o Decreto nº 40, de 27 de outubro de 1987, do Grão-Mestre Enoc Vieira, o qual transfere a Secretaria Geral de Cultura para

Brasília, o acervo do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio deveria ser mantido integralmente neste palácio (*Boletim Oficial nº43 e 44 de 1987*, p. 14). Assim, para facilitar a análise, melhor estruturar a pesquisa e possibilitar seu desenvolvimento no período estabelecido para o mestrado, esse recorte foi estabelecido.

Esta proposta de pesquisa está compreendida na área da Ciência da Informação e em específico no projeto de pesquisa “Museus, coleções, atores: história e perspectivas futuras”, que pertence à linha de pesquisa “Organização da informação”, na qual há estudos relativos à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação, uma vez que visa compreender a trajetória das coleções e ações de preservação em uma instituição a partir da análise das informações sobre os acervos nos arquivos, biblioteca e museu. Esses estudos objetivam a análise da circulação e intercâmbios das coleções, além da produção de conhecimento elaborado a partir de sua constituição, diante da realidade contemporânea, estando, portanto, o presente projeto inserido no recorte temático dessa área.

A Museologia, enquanto ramo do conhecimento científico, como afirma Cristina Bruno, apresenta, como escopo de estudo, interesse na Cultura Material e em elementos da herança patrimonial das diversas sociedades no transcurso da história (1996, p. 10) e, desse modo, é área de interesse desta pesquisa. Neste campo, há estudos investigativos relacionados à pesquisa, à preservação e à comunicação do patrimônio cultural produzidos pela humanidade. Nas instituições museais, principal *locus* onde a relação entre patrimônio-sociedade ocorre, as ações do processo curatorial – formação dos acervos, pesquisa, conservação, documentação museológica, exposição e educação museal (CURY, 2011, p.1017) – apresentam a visão basilar da *práxis* museológica. Os estudos na área da Museologia voltados para o levantamento da trajetória histórica de museus ainda é um tema a ser melhor explorado. Segundo Suely Cerávolo e Maria Margaret Lopes, a área de pesquisa relacionada à trajetória histórica dos museus brasileiros constitui um enorme campo de investigação, contribuindo para “uma visão mais abrangente sobre a construção da museologia brasileira e, conseqüentemente, daquele quinhão integrante do patrimônio cultural em amplo sentido” (p. 146, 2020). Clóvis Britto, Paulo Prado e Jean Souza (2021), nesse sentido, acrescentam que

algumas experiências museológicas no século XIX e início do XX ainda integram a zona de silêncio nos trabalhos historiográficos sobre os museus no Brasil, mantendo-se como 'parte do inenarrável' e, portanto, excluídas das narrativas sobre a institucionalização e consolidação do campo museal (BRITO; PRADO; SOUZA, 2021, p.4).

Desse modo, compreende-se que esta pesquisa se insere no escopo da Museologia e colabora para ampliação do conhecimento relacionado à trajetória das instituições museais brasileiras ao aprofundar o conhecimento a respeito da formação de um museu ainda não investigado.

Por conseguinte, este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a memória e os acervos institucionais e sobre o patrimônio histórico de uma instituição quase bicentenária, possibilitando a disseminação das informações sobre a organização maçônica, além de contribuir para as pesquisas relacionadas à história social e cultural da maçonaria, bem como com as investigações sobre a gestão, acesso e difusão de conhecimento sobre o patrimônio em instituições privadas, fomentando novas perspectivas de investigação da organização da informação em tais estruturas não públicas, mas de interesse amplo. E, diante da escassa bibliografia a respeito do tema, percebe-se um campo de investigação ainda a ser explorado e aberto à pesquisa. Consideramos o Museu Maçônico do Palácio do Lavradio dentro do espectro de museus que carecem de um olhar no âmbito da Museologia brasileira.

Para a compreensão desse objeto, optou-se por uma proposta de estudo descritiva, uma vez que o objetivo dessa perspectiva "é oferecer ao pesquisador um perfil ou descrever aspectos relevantes dos fenômenos de interesse de um indivíduo ou organização²" (SEKARAN, 2003, p. 122, tradução nossa), neste caso, a proposta de pesquisa visa entender o fenômeno do colecionismo institucional e o desenvolvimento de um museu, descrevendo-os. Para tanto, será utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, utilizando-se como procedimento metodológico revisão e levantamento bibliográfico e pesquisa e análise dos documentos relacionados ao colecionismo institucional do Grande Oriente do Brasil e à formação do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio. A pesquisa qualitativa usa

² No original: "is to offer to the researcher a profile or to describe relevant aspects of the phenomena of interest from an individual, organizational".

“métodos múltiplos que são interativos e humanísticos”, com uma característica holística de pesquisa em documentos, sendo que os dados coletados “envolvem dados em texto (ou palavras) e dados em imagem (ou fotos)”, com uma análise essencialmente interpretativa e descritiva (CRESWELL, 2007, p. 186).

A análise documental partiu dos pressupostos metodológicos estruturados por André Cellard (2012). Para tal abordagem são observados, de modo preliminar, algumas dimensões dos documentos, dentre o contexto, a autoria e motivação, autenticidade e confiabilidade, a natureza ou estrutura, conceitos-chave e lógica interna. Diante da problemática estabelecida pela pesquisa e o auxílio de um quadro teórico, tais aspectos vão subsidiar a análise, comparação e interpretação dos documentos, permitindo inferências ou deduções explicativas que contribuirão para a construção de conhecimento sobre a realidade histórica pesquisada.

Para a compreensão dos aspectos relacionados ao acervo, baseando-se na metodologia de análise da história das coleções e objetos de Samuel Alberti (2005), foram considerados os seguintes segmentos: coleta e proveniência das coleções, na qual se investiga as informações sobre as coleções e seu processo de formação antes de sua incorporação ao museu e os modos de aquisição desenvolvidos pela instituição e, em um segundo momento, as próprias coleções após sua incorporação, considerando-se os aspectos da organização e gestão das coleções, bem como as atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do tempo.

Partindo disso, como etapa inicial, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico e documental ou exploração documental sobre o tema da maçonaria, envolvendo aspectos relacionados a sua organização, história e, principalmente, a sua relação com coleções e museus, com a seleção de fontes primárias e secundárias nos arquivos e bibliotecas da instituição. A exploração documental, segundo historiador Julio Aróstegui, envolve a coleta e o levantamento de documentos escritos, iconográficos, sonoros ou audiovisuais, nas diversas instituições ou espaços de pesquisa, tais como arquivos, museus, bibliotecas, imprensa, publicações oficiais, textos bibliográficos, bases de dados e repositórios de documentos (ARÓSTEGUI, 2006, p. 520). Para tanto, foram identificadas as principais bases de dados e repositórios de revistas nacionais e internacionais na área de maçonologia, história, museologia e ciência da informação. As seguintes

bases foram pesquisadas: *Ebsco Host*, *Pearce*, *JsTOR*, *La referencia*, Biblioteca de teses e dissertações da CAPES, Google Acadêmico.

Foram realizadas pesquisas nos repositórios de revistas da área de Ciência da Informação e de Museologia. Dentre as quais se destacam: *Anais do Museu Paulista: História, Cultura e Material*, *Anais do Museu Histórico Nacional*, *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, *Revista Museologia e Patrimônio*, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, buscando identificar a existência de trabalhos que envolvessem a temática da presente pesquisa.

Além disso, diante da proposta de se compreender o processo que envolve a criação de um museu e a sua trajetória histórica de forma a complementar e a interconectar a outros aspectos sociais, foram também levantadas outras fontes de informação sobre o tema em reportagens e artigos de jornais e revistas que circularam no período estabelecido no recorte da pesquisa. Toda pesquisa foi desenvolvida por meio da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Foram consultados os jornais de todos os estados brasileiros e, em especial do Rio de Janeiro, onde o museu está situado. Dentre os jornais com informações sobre o museu objeto desta pesquisa, destacam-se o *Jornal do Brasil* - RJ, *Jornal do Commercio* - RJ, *Jornal Correio Braziliense* - DF, *Correio da Manhã* - RJ e *Diário de Notícias* - RJ. As palavras-chave utilizadas para a pesquisa foram: museu maçônico, museu da maçonaria, coleção maçônica, maçonaria, acervo maçônico, biblioteca maçônica, exposição maçônica. Foram encontradas diversas reportagens apresentando notícias relacionadas ao museu maçônico e suas exposições que serão trabalhadas no decorrer da dissertação.

A partir disso, foram analisadas informações e o conteúdo dos documentos sobre a origem das coleções e sua aquisição, os documentos e informativos institucionais, como os *Boletins Oficiais* do Grande Oriente do Brasil publicados desde o ano de 1871 e os relatórios periódicos de gestão, catálogo das exposições, além de livros, boletins periódicos e catálogos de coleções particulares maçônicas, como os escritos pelo historiador, numismata e colecionador Kurt Prober (1909-2008). Tais documentos e livros fazem parte do acervo do arquivo e biblioteca do Grande Oriente do Brasil e do Museu Maçônico Arioaldo Vulcano.

Em relação à documentação relacionada ao Grande Oriente do Brasil e o seu museu, os *Boletins Oficiais* foram considerados a principal fonte de informação

sobre o tema. Foram analisados os boletins de 1871 a 1976³. As palavras-chave pesquisadas nos boletins de 1871 a 1899, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, foram: quadro, pintura, medalha, museu, biblioteca, arquivo, documento, objeto, patrimônio, pinacoteca, orçamento, relatório, histórico e suas variações, como, por exemplo, museo e bibliotheca. Os Boletins a partir dos anos de 1900 foram pesquisados a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca do Grande Oriente do Brasil em Brasília. E, uma vez que, em contato com o museólogo do GOB, fui informado da inexistência de documentação relativa ao Museu Maçônico do Palácio do Lavrado (ANEXO 1) no arquivo histórico do GOB, transferido recentemente para a Biblioteca da instituição em Brasília, os *Boletins Oficiais* do GOB, mesmo não focando em assuntos relativos ao museu, podem ser considerados a principal fonte de informação sobre esse museu, sua trajetória e acervo. Como publicação oficial da instituição são um meio de acesso à memória institucional e, por conseguinte, aos indícios da história do museu e da sua prática colecionista. Pois como evidenciado por Margaret Lopes e Suely Cerávolo

Notícias em jornais ou revistas trazem indícios para a releitura de iniciativas colecionistas, expositivas e museológicas que caracterizam tais práticas científicas e culturais. Revelam articulações e formas de funcionamento de instituições e a agência dos sujeitos que participaram desses processos de acordo com as contingências e interesses que os cercavam (2020, p. 146).

Outros documentos do GOB também foram pesquisados. Diante da disponibilidade de fontes, foram pesquisados os *Anuários* do Grande Oriente do Brasil dos anos 1901, 1915, 1935, 1959, 1960, 1961, 1962 e 1963; as *Constituições do GOB* de 1870, 1885, 1892, 1910, 1914, 1934, 1935, 1938, 1953, 1962, 1967, 1975 e 1977; os Relatórios de Gestão dos anos 1941, 1956, 1976, 1977 e 1978; e o *Regulamento Geral da Ordem* de 1926, 1958 e 1970, visando entender a possível inserção do museu dentro da estrutura institucional.

Ao se analisar o conteúdo dos documentos, as principais informações levantadas perpassaram a identificação das palavras-chave: documento, objeto, coleção, acervo, museu, arquivo, biblioteca, exposição. Tais palavras foram

³ Lista dos *Boletins Oficiais* pesquisados por ano e número: 1871 - nº 1; de 1872 a 1879 - nº 1 a 12; 1880 - nº 4 e 9; de 1881 a 1884 e 1889 - nº 1 a 10; de 1890 nº 1 a 5 e nº 7 a 10; de 1891 a 1936 - nº 1 a 12; 1937 - nº 1 a 9; 1938 - nº 1 a 11; de 1939 a 1943 - nº 1 a 12; 1944 - nº 2 a 4; 1949 - nº 1 a 12; 1953, 1954 e de 1956 a 1976 - nº 1 a 12.

selecionadas devido a sua inter-relação ao se analisar as áreas de preservação institucional no contexto do museu maçônico.

Diante disso, o primeiro capítulo deste trabalho apresenta uma contextualização sobre o tema da pesquisa. Assim, objetiva-se compreender alguns conceitos e processos basilares, tais como coleção, patrimônio, musealização, os processos de formação de museus, um panorama inicial do desenvolvimento dos museus históricos, este por entendermos que a instituição pesquisada está inserida nesta tipologia. Além disso, aborda os museus, apresentando uma caracterização dos acervos museais e coleções maçônicas. Para tanto, são descritas as principais tipologias de acervos presentes nas instituições maçônicas que preservam coleções históricas; os museus maçônicos e sua trajetória histórica, tanto no Brasil quanto no exterior, evidenciando as principais instituições detentoras de acervos. Também serão indicados museus generalistas detentores de coleções ou objetos relacionados à maçonaria em seus acervos.

No segundo capítulo, são abordadas as iniciativas institucionais para a criação do Museu Maçônico, observando-se a história do GOB, os indícios contidos nos documentos oficiais da instituição que caracterizam a formação do museu. São identificados os principais responsáveis pelo museu, a sua inserção na estrutura organizacional, os usos do edifício, com ênfase no processo de tombamento do Palácio do Lavradio.

O terceiro capítulo compreende o processo de desenvolvimento do acervo do Museu Maçônico, explorando a trajetória do colecionismo institucional até o surgimento da ideia de museu e as ações voltadas para a preservação e divulgação do acervo ao longo do recorte de tempo estabelecido, tendo como base os percursos analíticos sugeridos por Samuel Alberti (2005). Assim, observou-se especificamente as estratégias e os processos de aquisição estabelecidos ao longo dos anos, os objetos e as tipologias encontrados no acervo, além de analisar os acervos que foram descritos nos *Boletins Oficiais*, nos catálogos e as suas exposições.

Nas considerações finais são apontadas de maneira sintética as principais contribuições da presente pesquisa, bem como são indicados possíveis desdobramentos para pesquisas posteriores.

CAPÍTULO 1 – MUSEUS, MUSEUS HISTÓRICOS E MUSEUS MAÇÔNICOS - CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo apresenta uma contextualização sobre os temas basilares da dissertação: museu, coleções, musealização, formação de museus, museus históricos e coleções e museus maçônicos.

1.1. Museus, coleções e o seu processo de formação

Os museus são instituições historicamente constituídas para a preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural. Esse patrimônio acumulado/preservado pela sociedade em geral, representada por indivíduos, grupos e instituições, é geralmente direcionado para estas instituições. “E é assim, com cada coisa, que acaba neste mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre” (POMIAN, 1984, p. 51), escreve o historiador Pomian ao pensar sobre o objeto tomado pelo ato de colecionar e que por vezes tem como fim o acervo de um museu.

As coleções estão na base das instituições museais. Coleções particulares ou institucionais, no decorrer da história, acabaram por se tornar públicas, formando museus. A constituição dos museus na história sempre esteve associada aos objetos/coleções (POSSAS, 2005, p.156), sendo estes durante muito tempo o diferencial destas instituições. Ao se falar em museus e coleções, de uma forma ou de outra, nos referimos aos objetos que esses espaços detêm.

No âmbito museal, as coleções são essenciais. Alguns autores defendem que as coleções são o centro e o diferencial dos museus. Luís Fernández defende tal posição, afirmando que “a coleção é a marca e o catalisador de toda instituição rigorosamente museológica” (2010, p.150). Segundo Fernando Bragança Gil “a constituição de qualquer museu tem como base a existência de uma coleção de objetos” (1993, p.79). Susan Pearce afirma que

as coleções são a parte central de um museu. A posse de coleções, de objetos reais e espécimes é o que, nos aspectos fundamentais, distingue o Museu de outras instituições. Essas coleções são a base a partir da qual se espalha a maioria das outras atividades de um museu (2005, p.13).

Nota-se assim, uma relação indissociável entre museus e coleções. Além disso, a fundamentação da definição de museus associada a ideia de um patrimônio está também presente na visão do Conselho Internacional de Museus (Icom), que assim o define

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64).

Mas como pode ser definido o termo coleção? Para Pomian, a coleção é “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (1984, p. 53). A partir dessa definição, pressupõe-se que a constituição de uma coleção deva satisfazer os seguintes elementos: objetos, sua seleção, sua preservação e sua exposição. Portanto, tais agrupamentos de objetos são permeados de indícios que informam sobre o seu contexto de origem, sua seleção e sua divulgação, que podem ser efetuados por pessoas ou no âmbito das instituições.

Outra definição mais recente de André Desvallées e François Mairesse incorpora o conceito de imaterialidade. Coleção, desse modo, é entendida como

um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 32).

O termo patrimônio também deve ser basicamente compreendido pois está diretamente relacionado aos museus. Como afirma Gomes, o vocábulo patrimônio firma-se no contexto social associado aos museus em “fins do século XIX e, na maioria dos países do Ocidente, nas primeiras décadas do século XX” (2016, p. 446). A definição encontrada no livro *Conceitos-chave de Museologia* contempla o escopo deste trabalho e compreende patrimônio como “todo objeto ou conjunto, material ou imaterial, reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e de memória histórica e que deve ser protegido, conservado e

valorizado” (ARPIN, 2000 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74). Nota-se nessa definição a relação que há entre bens culturais e sua apropriação como herança e a relevância dada à sua proteção e perpetuação. Acrescenta-se também que “a preservação da materialidade de um bem público ou particular significa a salvaguarda de todo um universo simbólico cuja propriedade não é de um indivíduo, mas de toda uma comunidade ou grupo, ou ainda de toda a sociedade” (GOMES, 2016, p. 451).

No âmbito dos museus, o “coleccionismo” e/ou preservação do patrimônio ocorre por meio do processo de musealização. Trata-se do processo de incorporação dos objetos ao acervo. Nesse processo, os objetos

ou as coisas (objetos autênticos) são separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam. Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57).

Já tais objetos colecionados e/ou musealizados, como afirma Waldisa Rússio Guarnieri, são portadores de informação “em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade”, representantes materiais de determinada sociedade, cultura, ou tempo histórico. A documentalidade refere-se ao caráter de documento do objeto, capaz de ensinar “algo de alguém ou alguma coisa”. Testemunhalidade pressupõe testemunho, sendo aquilo que testifica, atesta algo de alguém, fato, coisa. E por fidelidade entende-se não necessariamente à autenticidade, mas à capacidade de veracidade do documento/testemunho. Desse modo, inseridos em coleções museológicas, os objetos apresentam vários níveis de análise e informação a serem estudadas em conjunto (GUARNIERI, 1990 in BRUNO, 2010, p. 205). Trata-se, portanto, não apenas de preservar o objeto, ultrapassando-se a ideia de apenas colecionar, mas de inserir o objeto na cadeia de atividades operatórias do museu, entendido como produtor e disseminador de conhecimento.

Como visto, as coleções estão na base das instituições museais. Desse modo, tais agrupamentos de acervos são permeados de indícios que informam sobre o contexto, a seleção e a coleta de tais objetos, efetuados por instituições ou pessoas.

Também o ato de colecionar e o recorte do que é colecionado, como são ordenados e classificados tais objetos, apresentam elementos de informação relevantes e reveladores das vontades e perspectivas do proprietário. Como afirma Margaret Lopes, "como os objetos são centrais para as culturas dos museus, traçar suas biografias, suas trajetórias, se coloca como um instrumento poderoso de análise" (2008, p.309). Investigações que têm como escopo analítico as coleções, sejam particulares ou públicas, apresentam, portanto, interesse singular na análise das trajetórias e processo de formação das coleções.

Samuel Alberti afirma, ao analisar a relação entre os objetos colecionados e o colecionador, instituição ou indivíduo, que

Ao selecionar "vidas" particulares de objetos e ver a história da coleção e dos museus a partir de suas perspectivas, no entanto, não atribuo muito poder às próprias coisas. Fazer isso seria diminuir a atuação dos humanos na história - as coisas não agiram por si mesmas, mas, ao contrário, a cultura material foi influenciada. As pessoas impregnaram as coisas de valor e significado, manipulando e contestando seu significado ao longo do tempo. Os objetos instigavam, mudavam e agiam como um meio para relacionamentos, mas eram inanimados. Estamos olhando do ponto de vista do objeto, mas estamos olhando para as pessoas (especialmente suas práticas e instituições). Ao longo de suas vidas, aos objetos de museu foram atribuídos significados e valores variados: colecionadores, curadores e o público se defrontam com os objetos de maneiras muito diferentes⁴. (ALBERTI, 2005, p. 561, tradução nossa) .

Assim, percebe-se a relevância do estudo de formação das coleções, tendo como perspectiva as ações desencadeadas por indivíduos e/ou instituições no processo colecionista, além do desenvolvimento de análises perpassando os objetos colecionados em si. E, diante disso, há de se pensar a formação de museus e os seus processos inerentes.

Ao analisar a formação de museus na Europa, o historiador Krzysztof Pomian (1990) desenvolveu uma classificação dos museus observando os processos que originaram tais instituições. Foram estabelecidos quatro padrões. O primeiro, chamado "tradicional", compreende os processos que deram origem a

⁴ No original: "In selecting particular objects "lives" and viewing the history of collecting and museums from their perspectives, however, I do not attribute too much power to the things themselves. To do so would be to diminish the agency of the humans in the story – things did not act in their own right but, rather, material culture was acted upon. People imbued things with value and significance, manipulating and contesting their meaning over time. Objects prompted, changed, and acted as a medium for relationships but were nonetheless inanimate. We are looking from the standpoint of the object, but we are looking at people (especially their practices and institutions). Throughout their lives, museum objects were attributed varied meanings and values: collectors, curators, and audiences encountered objects in very different ways".

museus a partir de uma coleção institucional, sejam religiosas, educacionais, privadas ou estatais, aberta ao público e, em alguns casos, ocorrendo em momentos comemorativos. Esse foi o caso de diversas igrejas e coleções principescas que, ao longo do tempo, colecionaram diversos objetos e depois os tornaram acessíveis ao público. Essa transformação “sempre envolve a perda do papel litúrgico, cerimonial, decorativo ou utilitário que originalmente havia sido desempenhado por seus conteúdos⁵” (POMIAN, 1990, p. 262, tradução nossa). Além disso, tais mudanças de estatuto são progressivas e muitas delas envolvem a mudança paulatina do edifício que a abrigava, tornando-se monumento.

O padrão “revolucionário” envolve as instituições museais criadas por meio de decretos do poder vigente. As coleções, nesse caso, são confiscadas pelo Estado e depois direcionadas a edifícios construídos para finalidades distintas de um estabelecimento cultural. Esse padrão é visualizado em países que passaram por processos revolucionários e tem, como exemplo mais conhecido, a constituição do Museu do Louvre em 1793, no âmbito da Revolução Francesa.

O terceiro padrão refere-se a uma atitude filantrópica, nomeada por Pomian como *evergetic*. Trata-se de museus criados a partir de coleções doadas ao Estado ou a instituições educacionais, religiosas ou filantrópicas e cujo acesso é oportunizado a todos. Esse modelo é comum nos museus criados principalmente nos Estados Unidos. O Instituto Smithsonian, a National Gallery, o Metropolitan Museum e o Museum of Modern Art em Nova York são alguns dos exemplos de instituições fundadas nesse padrão.

O último modelo, “comercial”, abarca as instituições originadas diante da compra de coleções. O British Museum é o exemplo mais conhecido. A coleção base do museu, fruto do colecionismo de Hans Sloane, foi adquirida pelo parlamento britânico em 1753. Trata-se de um padrão comum aos museus, que, em processos de aquisição, acabam realizando a compra de objetos e coleções, inclusive indiretamente, por meio do financiamento de escavações arqueológicas. Em adição ao padrão *evergetic*, o padrão comercial é basicamente comum à maioria dos museus. Cabe destacar que o interesse nessa classificação das origens dos museus supracitada reside no interesse de se relacionar a história do

⁵ No original: “always involves the loss of the liturgical, ceremonial, decorative or utilitarian role which had originally been played by their contents”.

museu com seu contexto, a história geral, cultural, política e social (POMIAN, 1990, p. 266).

Miruna Achim e Irina Podgorny (2014) apresentam algumas características em relação à formação das coleções e museus. Ao comentarem sobre a fundação de museus americanos, mormente no século XIX, afirmam que os processos de acumulação de objetos, por museus e gabinetes, são processos também de dispersão. Da mesma forma que os objetos podem ser armazenados eles podem também ser retirados, perder-se ou dissociar-se a partir de, por exemplo, roubos, incêndios, intercâmbios e vendas. Ao serem entendidos como espaços de destinação dos objetos e coleções, se coloca a parte o caráter dinâmico e transitório desses museus e assim

Um museu - e, principalmente, um museu nacional - está longe de ser um acontecimento natural, um destino obrigatório do futuro das coisas. Mesmo quando os novos governos decretaram a fundação de museus, as leis e práticas nem sempre coincidiram. As historiografias que se voltaram para os discursos e manifestos jurídicos se esqueceram de se questionar sobre outros assuntos igualmente ou mais urgentes: como expor, estudar, preservar e, sobretudo, o quê, como e em nome de quem coletar. [...] as respostas variaram de acordo com interesses particulares, realidades geográficas e dificuldades, a disponibilidade dos objetos, a agilidade e astúcia dos agentes que os buscavam, a liquidez financeira dos cobradores e das administrações estaduais⁶. (ACHIM; PODGORNÝ, 2014, p. 18-19, tradução nossa).

A questão trazida por Lubar e coautores (2017) sobre os “museus perdidos” e o fenômeno de “tafonomia do museu” também são úteis para a presente reflexão. Um dos pontos trazidos envolve o fenômeno da impermanência dos museus, que geralmente são vistos como instituições “eternas”. Na trajetória, os museus acabam tendo suas coleções desmembradas ou se perdem em acidentes, as instituições mudam sua política ou filosofia, ficando engessadas ou paradas no tempo, e, com isso, acaba ocorrendo, como não comumente se pensa, o fechamento do museu.

⁶ No original: “Un museo - y, especialmente, un museo nacional - dista de ser un hecho natural, un destino obligado del devenir de las cosas. Aún cuando los nuevos gobiernos decretaran la fundación de museos, las leyes y las prácticas no siempre coincidían. Las historiografías que se han enfocado en los discursos legales y en los manifiestos han olvidado preguntarse por otros asuntos igual o más urgentes: de qué manera exhibir, estudiar, conservar y, sobre todo, qué, cómo y en nombre de quién coleccionar. [...] las respuestas variaron en función de los intereses particulares, de las realidades y dificultades geográficas, de la disponibilidad de los objetos, de la agilidad y argucia de los agentes que los pretendían, de la liquidez financiera de los coleccionistas y de las administraciones estatales”.

Mas nada é para sempre. Nem mesmo museus. Nós temos apenas algumas centenas de anos de história dos museus e muitas coleções, assim como as instituições que as abrigam têm desaparecido nesse tempo. Guerras, incêndios, inundações e outros desastres evidenciam novas leituras. Museus que não conquistam apoio invariavelmente desaparecem e com eles, muitas vezes, suas coleções. Mesmo quando os museus sobrevivem, nem todos os seus objetos sobrevivem. Podemos descrever o estudo desse fenômeno como tafonomia do museu: o processo pelo qual as coleções desaparecem. Objetos em coleções de museus desaparecem por muitas razões, boas e ruins. Alguns são desassociados, considerados não relacionados suficientemente com a missão, útil, autêntico ou não qualificável. Alguns são negociados em outros museus. Outros, ainda de valor, são tomados por desastres ou tragédias decorrentes de percalços de armazenamento ou de visitantes mal comportados. Alguns estão simplesmente perdidos no depósito. Finalmente, esses objetos ainda em museus podem ser perdidos de várias maneiras. Em museus históricos e de história natural, objetos separados das informações sobre eles – suas histórias, seus metadados – perdem muito do seu valor. Museus detêm objetos e histórias, e estas são ainda mais facilmente deslocadas do que artefatos⁷ (LUBAR *et al.*, 2017, p. 1-2, tradução nossa).

Segundo os autores, os museus fecham com mais frequência do que se gostaria de admitir (LUBAR *et al.*, 2017, p. 8). Muitos museus existem apenas enquanto são considerados úteis para seus gestores ou responsáveis, o que exigiria que tais instituições deveriam pensar no futuro e mudar para acompanhar as situações e os tempos. (IDEM, p. 9)

E, diante da elucidação a respeito dos processos relacionados aos museus e sua formação e (im)permanência, cabe-nos também perceber algumas relações que ocorrem entre tais instituições e suas congêneres: arquivos e bibliotecas. Apesar da especialização que acompanha cada uma dessas instituições, com atuação específica frente aos acervos preservados, nem sempre tais distinções tipológicas, em casos específicos, são verificadas na prática. Inicialmente, tais espaços podem ser compreendidos como instituições preservacionistas por

⁷ No original: “But nothing is forever. Not even museums. We have only a few hundred years of museum history, and many collections, as well as the institutions that house them, have disappeared in that time. War, fire, flood, and other disasters have taken some, financial exigencies others. Museums that don’t earn their support invariably disappear, and with them, often, their collections. Even when museums survive, not all of their objects do. We might describe the study of this phenomenon as museum taphonomy: the process by which collections disappear. Objects in museum collections fade away for many reasons, good and bad. Some are deaccessioned, deemed insufficiently mission-related, useful, authentic, or not of the finest quality. Some are traded to other museums. Others, still of value, are claimed by disaster or the smaller tragedies of storage mishaps or misbehaving visitors, or succumb to inherent vice. Some are simply lost in the storeroom. Finally, those objects still in museums can be lost, in a variety of ways. In history and natural history museums, objects separated from the information about them — their stories, their metadata — lose much of their value. Museums hold both objects and stories, and stories are even more easily displaced than artefacts”.

natureza ou, como defende Homulos, esses espaços podem ser inseridos em uma “family of collecting institutions” (1990, p. 13). Tendo desenvolvido uma função social relevante no decorrer da história, essas instituições “tornaram-se mecanismos institucionais fundamentais que facilitam a criação e o compartilhamento de conhecimento⁸” (HEDSTROM *et al.*, 2004, p. 4, tradução nossa). Pode-se elencar algumas características compartilhadas por tais instituições: “elas servem para coletar e proteger uma parte de nossa cultura, elas têm a necessidade de gerenciar suas coleções e fornecer acesso a essas coleções, elas desempenham um papel importante na descoberta de novos conhecimentos⁹” (HOMULOS, 1990, p. 11, tradução nossa).

Isso é importante para entender que, em diversos casos, no processo de formação dessas instituições há um entrelaçamento desses organismos e as suas origens passam a estar diretamente associadas. Muitos museus surgem inseridos em bibliotecas ou arquivos e vice-versa. Hedstrom e co-autores chamam tais conformações de “hybrid institutions” (2004, p.18), em que abrigam em seu acervo livros, revistas, manuscritos, mapas e também coleções de documentos. Os autores citam como exemplo a Biblioteca do Congresso nos Estados Unidos, que abriga a maior coleção de livros do mundo e integra em seu acervo, além dos livros, milhões de mapas, fotografias, filmes, jornais e manuscritos, como é o caso dos arquivos de alguns presidentes como George Washington e Thomas Jefferson. Desse modo, assim como há museus com livros raros e documentos históricos, há bibliotecas com obras raras e arquivos com objetos tridimensionais. Tais coleções vão se sobrepondo ou, na falta de um local de guarda específico para a tipologia de bem cultural, acabam sendo preservados em uma das instituições congêneres.

1.2. Museus históricos: panorama

Apresenta-se nesta seção um panorama inicial do desenvolvimento dos museus históricos no Brasil, uma vez que entendemos o Museu Maçônico do

⁸ No original: “became fundamental institutional mechanisms facilitating knowledge creation and sharing”.

⁹ No original: “they serve to collect and protect a part of our culture, they have a need to manage their collections and provide access to those collections, they play an important role in uncovering new knowledge”.

Palácio do Lavradio circunscrito nessa tipologia museal. Esses museus aqui são percebidos, de modo geral, como “aqueles que operam com objetos históricos” (MENESES, 2005, p.22), inseridos dentro da questão dos problemas históricos, como também apresenta Ulpiano Meneses,

em última instância, seriam históricos os objetos, de qualquer natureza ou categoria, capazes de permitir a formulação e o encaminhamento de problemas históricos (e por problemas históricos se deveriam entender aquelas propostas de articulação de fenômenos que permitem conhecer a estruturação, funcionamento e, sobretudo, a mudança de uma sociedade) (MENESES, 1992, p.4-5).

Assim, tal levantamento contribui para melhor compreensão da trajetória dessa tipologia, sua constituição e formação dos acervos, auxiliando na aproximação do tema do presente estudo.

Embora os museus históricos mais relevantes no Brasil tenham sido criados no século XX, diversos museus criados no século XIX e voltados para a história natural abrigaram coleções históricas, bem como também houve a criação de alguns museus históricos nesse período. Ana Brefe (1999) ao escrever sobre estes museus nos informa que

A criação do museu histórico é tardia em relação à Europa, mas já aparece de maneira bastante tímida em alguns projetos do século passado. Seu aparecimento definitivo no contexto nacional também vem com a entrada da história e de seus métodos em seu âmbito (BREFE, 1999, p. 32).

Além disso, como afirma Maria Margaret Lopes, os museus provinciais criados no século XIX reuniam “não só coleções de ciências naturais, arqueológicas e etnográficas, como também históricas e mesmo artísticas” (LOPES, 1997, p. 323).

Mário Barata destaca que a “museologia de arte e história” nasceu com a criação do Museu Real (1986, p. 23). Portanto, neste levantamento dos museus históricos vale apresentar o Museu Nacional e sua importância como destacada instituição museal brasileira do século XIX. Criado em 1818 por decreto de D. João VI, o museu se configurou como uma instituição voltada principalmente para as ciências naturais, mas com um acervo heterogêneo. Tratava-se de um museu baseado na ideia universalista e enciclopedista, de caráter metropolitano e com coleções que representassem o mundo (LOPES, 1997, p. 68). O regulamento de 1916 determinava que o Museu Nacional possuísse uma seção de história, onde

se preservaria objetos históricos referentes ao Brasil, até ser criado um museu especificamente de caráter histórico. É inclusive, em 1920, criada uma sala específica para a exibição da coleção histórica, a sala Pedro II. Essa coleção seria depois direcionada para a criação do Museu Histórico Nacional em 1922 (IDEM, 1997, p. 230).

Lopes nos informa que, desde suas coleções iniciais, o Museu Nacional possuía objetos históricos em seu acervo, advindos de transferências de instrumentos, máquinas e gabinetes já existentes em terras brasileiras no período (1997, p.43). No primeiro catálogo do museu de 1838 constam alguns itens classificados como Belas-Artes, dentre eles moedas, medalhas, pinturas, instrumentos de física e máquinas (IDEM, p. 69). Esse tipo de objeto continuou sendo adquirido, a ponto de em 1850 não haver espaço para os novos itens da coleção de numismática, chegando a mais de 3.000 itens em 1874 (IDEM, p.120).

Outros importantes museus de ciências do período também abrigavam coleções históricas. É o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi e do Museu Paulista. Fundado no dia 25 de março de 1871 por iniciativa da Sociedade Filomática, em Belém do Pará, o Museu Paraense nasce com perspectivas voltadas para as ciências naturais e vinculado à Biblioteca Pública da Província (LOPES, 1997, p. 204). Porém, além de coleções voltadas para as áreas de botânica, zoologia, etnografia e arqueologia, o museu possuía também objetos históricos e artísticos. Abrigava, já no seu início, uma coleção de numismática com cerca de 500 peças. Na gestão de Emílio Goeldi (1894 a 1907), como levantado por Lopes, os objetos de caráter histórico, dentre moedas, medalhas, armas de fogo, jornais e pinturas da família imperial, não eram bem vistos em um museu tido como de ciências naturais. Goeldi queria se ver "livre o quanto antes", de tais objetos e propôs que fossem transferidos para um Gabinete Histórico a ser criado por uma Sociedade de Estudos Paraense (LOPES, 1997, p. 253).

O Museu Paulista foi inaugurado em 7 de setembro de 1895, fundamentalmente, segundo a regulamentação do decreto de criação, como um espaço dedicado às ciências naturais, mas, desde seu início, com coleções históricas. A base inicial do seu acervo foi proveniente da coleção privada do Coronel Joaquim Sertório, conhecida por Museu Sertório. Ela foi adquirida pelo Estado de São Paulo em 1890 e era formada por coleções zoológicas e "uma

miscelânea de objetos-disparates, inclusive algumas peças únicas do patrimônio arqueológico e histórico nacional" (BREFE, 2003, p. 80). Lopes afirma que a coleção abrigava itens numismáticos raros e ricos "curiosidades" históricas (1997, p. 267). O próprio prédio onde a instituição foi instalada era um monumento à Independência do Brasil. Segundo Brefe na gestão de Affonso Taunay, entre 1917 e 1945, o museu adquire a identidade de museu histórico (2003, p. 80). As coleções científicas são retiradas do museu em 1939, levadas para o então criado Museu de Zoologia, passando assim a se dedicar exclusivamente à história brasileira e, em específico, à paulista, bem como à numismática e à etnografia brasileira (LOPES, 1997, p. 291).

Outro museu provincial criado no século XIX foi o Museu Paranaense. Ele foi fundado em 25 de setembro de 1876, com coleções de moedas, documentos, minerais e outras coleções científicas. Contudo, seria em 1937, ao ser dirigido pelo historiador José Loureiro Fernandes, que uma seção de história seria criada no museu, ao lado daquelas dedicadas à botânica, geologia, mineralogia, numismática e zoologia (LOPES, 1997, p. 213).

Não obstante esses museus com coleções ecléticas, Barata destaca que a ideia do caráter especial dos museus históricos e a necessidade de destacá-los de instituições generalistas já estava presente nos meios eruditos no século XIX (1986, p. 24). O diretor do Arquivo Público Imperial, hoje Arquivo Nacional, Dr. Joaquim Machado Portella, chegou a criar nas dependências do organismo por ele dirigido um museu, cujo acervo era composto inicialmente por moedas e medalhas e que, a posteriori, abrigaria outros objetos (IDEM). Esse acervo foi transferido para o Museu Histórico Nacional, contribuindo para sua criação (GOMES; LOPES, 2020). Também o Museu Mineiro, em 1910, origina-se, como afirma Mário Barata, de coleções histórico-artísticas abrigadas no Arquivo Público Mineiro desde 1895.

Os institutos históricos, geográficos e arqueológicos, muitos deles surgidos no século XIX, foram também espaços singulares no desenvolvimento de museus de caráter histórico. Tais organismos fomentaram o desenvolvimento de acervos históricos regionais e nacionais.

Em 1838 foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro. Nessa instituição, nota-se desde o princípio, a partir do que estabelecia o seu estatuto, uma visão voltada para a preservação de acervo de cunho histórico.

Este documento identificava como objetivo institucional: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos para a história e a geografia do Brasil” (LAGO, 2014, p.14). De fato, o Museu do IHGB foi fundado em 1851 por iniciativa do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Seu acervo é composto por coleções e objetos relativos à história do Brasil, entre pinturas, mobiliário, louças brasonadas, medalhas, mapas, além de relevantes coleções e conjuntos documentais relacionados a figuras destacadas do império e da república, como D. Pedro II, José Bonifácio, General Osório, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa e Emílio Médici (LAGO, 2014) e, como veremos no próximo capítulo, também abriga objetos relacionados à maçonaria.

Os Institutos Históricos Estaduais também desenvolveram suas experiências museais. Uma dessas experiências ocorreu na Bahia, onde foi criado o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como exposto por Suely Cerávolo (2020, p. 146-148), o Museu do IGHB funcionou como espaço de recebimento de objetos e documentos relacionados ao estado, abrigando pinturas, peças arqueológicas, objetos etnográficos e históricos, muitos deles doados pelos sócios, além de peças consideradas históricas e mobiliários advindos de órgãos públicos baianos. Assim,

funcionando ele mesmo como um grande museu-arquivo colecionado objetos exemplos, cheio de elementos visuais distribuídos pelos ambientes para o ensino da história, evocando desde as raízes portuguesas e o passado imperial, à história celebrativa dos heróis nacionais e das memórias e rememorações de eventos significativos para a Bahia (CERÁVOLO, 2020, p.154).

Já em 1912 é criado o Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o museu mais antigo do estado, com um viés mais voltado para a preservação de objetos de caráter histórico, com destaque para os itens numismáticos, como medalhas, os retratos de personagens da história sergipana, mobiliário, bustos (BRITTO; DANTAS; SANTOS JÚNIOR, 2020). Sobre a formação desse acervo, o historiador Itamar Freitas nos informa que

eram tênues as diferenças entre os conjuntos do museu, biblioteca e do arquivo. Tais setores funcionavam como repositório de fontes entendidas como históricas e lugar de culto à memória local. Eles recolham toda espécie de “troféus” e de relíquias que pudesse reforçar a legitimidade do IHGS como guardião e promotor do sentimento pátrio (FREITAS, 2009, p. 9).

Dentre os museus históricos brasileiros, o Museu Histórico Nacional - MHN é o mais destacado. Criado em 2 de agosto de 1922 por Decreto nº 15.596 do Presidente Epitácio Pessoa, incorporou inicialmente o acervo do museu existente no Arquivo Nacional; moedas e medalhas da Biblioteca Nacional; a coleção de numismática e de selos da Casa da Moeda; além das coleções históricas do Museu da Marinha, do Museu Militar, do Museu Nacional e da Escola Nacional de Belas Artes, como se observa no instrumento legal de criação. Gustavo Barroso, como diretor do MHN, construiu a instituição e estabeleceu o recorte do museu tendo como base um recorte da história brasileira que privilegiava o período da independência e da constituição do Império, conseguindo, nos relacionamentos estabelecidos com membros da aristocracia, receber doações de diversas coleções do período imperial (ABREU, 1996, p. 55).

No âmbito do MHN foi criado, em 1932, o Curso de Museus e em 1934 a Inspetoria de Monumentos Nacionais. Desse modo, basilar para museologia nacional, o MHN influenciou a criação de diversos outros museus históricos no Brasil, tendo também a influência do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), criado em 1937 (SANTOS, 2004, p. 56).

A política de preservação do patrimônio cultural do Sphan, nos anos posteriores à criação do MHN, propiciou o desenvolvimento de diversos museus históricos.

A política de preservação do patrimônio cultural tombou inúmeros prédios e sítios históricos e criou um grande número de museus. Entre eles, o Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro; o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul; e os Museus da Inconfidência e do Ouro, em Minas Gerais. Os primeiros museus de Arte Sacra no Brasil datam desse período. Os museus brasileiros modificaram e diversificaram suas narrativas, abandonando antigos heróis nacionais e erigindo representantes mais populares da nação (SANTOS, 2004, p. 57).

Assim, tem-se a partir desse período a criação de museus mais voltados para a história regional, alguns deles criados por decretos federais. Dentre eles, o Museu das Missões, criado pelo Decreto-lei nº 2.077, em 1940, segundo o artigo 1º, com a finalidade de “reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais, fundados pela Companhia de Jesus naquela região do país”. Em Minas Gerais, o Museu da Inconfidência foi

criado por meio do Decreto-lei nº 965, em 1938, sendo, como expressa no artigo primeiro, sua missão

coleccionar as coisas de vária natureza, relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que se constituem documentos expressivos da formação de Minas Gerais.

Em 1960, é criado, no Palácio do Catete, o Museu da República dedicado ao período republicano. Inicialmente, foi constituído como uma divisão do Museu Histórico Nacional, por meio do Decreto nº 47.883, de 8 de março de 1960.

Nesse contexto, diante da referência encontrada no Museu Histórico Nacional como espaço de síntese da história nacional, foram estabelecidos museus de menor porte, dedicados à memória individual de personagens nacionais, complementando a história (ABREU, 1996, p. 61). Dentre estes, o Museu Casa de Benjamin Constant, criado em 1982.

Diante da trajetória de formação de alguns museus históricos nacionais, nota-se a diversidade de processos relacionados ao surgimento desses museus, seja em instituições com outras vocações, como os museus de ciências, ou a partir de arquivos e bibliotecas, além de serem, já no século XX, criados pelo poder público, com coleções que tinham como base questões vinculadas à história, seja nacional ou regional. Assim, no próximo tópico, serão apresentadas questões relacionadas especificamente aos museus maçônicos, que têm sua constituição relacionadas também ao tema da história, em específico, a história da maçonaria. Essa história, em alguns casos, está também relacionada à história dos locais onde esses espaços estão inseridos, havendo, inclusive, objetos maçônicos em museus reconhecidos como históricos.

1.3. Museus maçônicos e seus acervos¹⁰

Antes de adentrarmos ao universo dos museus maçônicos, em caráter contextual, resta-nos apresentar uma visão geral da maçonaria. Em relação à

¹⁰ Parte desta seção foi publicada no artigo “A preservação do patrimônio cultural maçônico a partir de coleções e museus” (FERNANDES; LOPES, 2020) na *Revista Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia* em 2020, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação - UnB.

ordem maçônica em geral, muito se tem escrito e noticiado em relação a sua história e às instituições gestoras dessa fraternidade. Segundo o historiador espanhol José Benimeli, que pesquisa a temática maçônica há mais de 50 anos, as origens da instituição situam-se na Idade Média a partir das corporações de construtores, responsáveis pela edificação das igrejas, catedrais e castelos do período. Tais agrupamentos organizavam-se em estruturas estáveis permeadas por simbologia, que evoluíram para o formato moderno, especulativo e filosófico de reunião em espaços privados denominados lojas maçônicas (FERRER BENIMELI, 2010, p. 30).

No Brasil, a maçonaria tem sua aparição inicial no século XVIII. Segundo José Castellani, a primeira loja regular criada no Brasil foi a Reunião, fundada em 1801 no Rio de Janeiro (CASTELLANI, 2009, p. 24). Contudo, uma das principais instituições maçônicas nacionais é o Grande Oriente do Brasil - GOB, fundado em 1822. A historiografia nacional cita diversos maçons que contribuíram nos processos de Independência do Brasil, na Abolição da Escravatura e na proclamação e consolidação da República.

Como afirma a historiadora Célia de Azevedo, poucos foram os políticos do primeiro e do segundo Reinado, além dos períodos iniciais da República, que não estiveram em algum momento filiados a alguma loja maçônica (1997, p. 179). Figuraram entre membros do Grande Oriente do Brasil personagens destacados da história do Brasil, tais como Dom Pedro I, José Bonifácio, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca e Washington Luís.

Mas o que é a maçonaria afinal? Conceitualmente a maçonaria pode ser definida como

associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros” (COLUSSI, 1998, p. 25).

A Constituição do Grande Oriente do Brasil de 2009, ainda em vigência, define em seu artigo primeiro a maçonaria como

é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista, cujos fins supremos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. [...] Além de buscar atingir esses fins, a

Maçonaria: [...] pugna pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, por meio do cumprimento inflexível do dever, da prática desinteressada da beneficência e da investigação constante da verdade.

Sua unidade básica de organização é denominada “Loja Maçônica”. Esse é o local onde os maçons se reúnem para os trabalhos ritualísticos. Em nível nacional, são constituídas as chamadas federações ou obediências nacionais que congregam a representação das lojas de todo um país ou região. No Brasil temos como exemplo o Grande Oriente do Brasil que também se subdivide em Grandes Orientes Estaduais. Essa instituição nacional também pode receber o nome de Grande Loja em alguns países, como, por exemplo, nos Estados Unidos da América.

Como uma escola filosófica, constituída em uma fraternidade e cujos ensinamentos são repassados por alegorias e ilustrados por símbolos, a maçonaria possui na sua forma prática os chamados ritos maçônicos. Segundo Joaquim Figueiredo, rito é “o conjunto de regras segundo as quais se praticam as cerimônias e se comunicam os graus, sinais, toques, palavras e todas as demais instruções” (1990, p. 391). Os ritos Escocês Antigo e Aceito, Adonhiramita, Moderno ou Francês são alguns dos praticados no Brasil. Assim, após a iniciação, o maçom começa a trilhar a caminhada maçônica subindo os degraus do conhecimento, passando pelos graus simbólicos de aprendiz, companheiro e mestre e pelos graus filosóficos, do 4º até o 33º, dependendo do rito praticado na loja maçônica. E é nessa prática ritual que o material se faz presente. Vários são os instrumentos, símbolos, imagens, objetos que se substanciam os trabalhos ritualísticos. Compassos, esquadros, insígnias, indumentárias e outros objetos formam a base para as atividades desenvolvidas nas lojas.

Assim, são diversos os objetos e coleções provenientes das práticas relacionadas à maçonaria e que representam seu patrimônio histórico. Suely Kofes caracteriza os objetos e documentos relacionados à maçonaria dentro de uma chamada “cultura material maçônica”, abrigando objetos simbólicos, ritualísticos e históricos que funcionam como testemunhos, guardando a temporalidade e a historicidade da instituição (KOFES, 2007, p. 29). Em museus, arquivos e bibliotecas estão, segundo a autora, obras de arte, livros, revistas, documentos, objetos históricos e ritualísticos, como mobiliário, indumentária e medalhas.

Os objetos históricos e simbólicos presentes no universo maçônico têm sido inseridos em classificações tipológicas, como a contribuição desenvolvida pelo historiador francês Rafaël Morata (1990). Entre as categorias propostas para os objetos relacionados à maçonaria, Morata propõe a compreensão em 5 tipologias: os *objetos iconográficos*, como os painéis de grau, estandartes, timbres e as obras de arte para a decoração interna dos templos maçônicos; as *indumentárias*, como os aventais, as faixas, colares, luvas, além das joias de grau; os *administrativos*, como os diplomas de grau, os selos, livros de atas; os *ritualísticos e cerimoniais*, como os malhetes, esquadro e compasso, livros religiosos, medalhas, espadas; os *festivos*, como vasos, talheres, taças, pratos; mobiliários; além dos *objetos decorativos* que possuem motivos maçônicos, como caixas, relógios, esculturas (MORATA, 1990).

Tais acervos, para Suely Kofes “atualizam a estratégia de tornar visível a maçonaria e conservar como memória ativa, os símbolos e uma estética maçônica, que guardam neles uma densidade histórica e mítica” (2007, p. 35). Portanto, são objetos de interesse histórico, agrupados, preservados, documentados e expostos em instituições de caráter museal vinculados a instituições maçônicas, museus históricos em geral ou abrigados em coleções particulares. Esses museus vinculados e geridos pelos organismos da maçonaria, emergem como “elemento constituinte da identidade do grupo”, preservando o patrimônio material maçônico (SILVA, 2012, p. 16).

Além disso, tais acervos se caracterizam por serem relevantes fontes para o estudo da história da maçonaria, das suas práticas e relações simbólico-ritualísticas. Como defende o historiador Felipe Côrte Real de Camargo

A importância da cultura material para a história da Maçonaria é ainda mais fundamental quando olhamos para o contexto do século XVIII. Existem poucos testemunhos da Maçonaria do século XVII em comparação com a abundância encontrada em períodos subsequentes. A relação entre a cultura material e a Maçonaria é única, pois não há Maçonaria sem os instrumentos de grau, sem o painel de grau, sem as franjas, os chapéus, os candelabros, as espadas, os aventais, a lista é extensa.¹¹ (2018, p. 40, tradução nossa).

¹¹ No original: “La importancia de la cultura material para la historia de la masonería es todavía más fundamental cuando observamos el contexto del siglo XVIII. Hay pocos testigos de la masonería del siglo XVII en comparación con la abundancia encontrada en los periodos subsecuentes. La relación entre la cultura material y la masonería es única, pues no hay masonería sin las

No Brasil, os acervos maçônicos estão preservados e espalhados em museus generalistas como o Museu Histórico Nacional (FERNANDES, 2017b, p. 21), Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (FERNANDES, 2017a, p. 225) e o Museu Imperial, além das instituições vinculadas a organizações maçônicas, como o Museu Maçônico do Palácio do Lavradio (Rio de Janeiro) e o Museu José Bonifácio (São Paulo), esses museus serão caracterizados na próxima seção. Abaixo seguirá a indicação dos museus supracitados e os objetos maçônicos que preservam, como ilustração da presença de coleções maçônicas em museus nacionais.

No Museu Histórico Nacional encontra-se uma importante coleção de objetos maçônicos. Destaca-se a coleção de objetos maçônicos que pertenceram ao Imperador D. Pedro I, composta de um gládio, avental e faixa maçônica, além de um malhete (FERNANDES, 2017b). Além desses objetos existem diversos outros aventais, insígnias maçônicas e objetos decorativos maçônicos, segundo pesquisa realizada no setor de documentação museológica do museu em 2017¹².

Ao entrar em contato com os setores de arquivo histórico e de museologia do Museu Imperial¹³, foi encontrada outra relevante coleção de objetos e documentos históricos maçônicos. São livros rituais, atas de reuniões, cartas de iniciação e outros documentos que informam sobre a fundação das primeiras lojas maçônicas no Brasil e sobre personagens de relevância histórica como D. Pedro I, José Bonifácio e Visconde do Rio Branco. Dentre os objetos, destacam-se uma insígnia maçônica que pertenceu ao Barão de Salgado Zenha, um malhete com as iniciais de D. Pedro I, além de diversas medalhas, joias, insígnias e paramentos maçônicos.

O Museu Paulista também abriga alguns objetos maçônicos em sua coleção. Em pesquisa realizada na base de dados¹⁴ do acervo do museu, encontrou-se alguns objetos pertencentes a Pedro de Toledo, político paulista que foi governador

herramientas del grado, sin panel del grado, sin las franjas, los sombreros, los candelabros, las espadas, los mandiles, la lista es extensa”.

¹²Solicitação respondida no Departamento de Acervo pela museóloga Adriana Bandeira Cordeiro em 2017.

¹³Solicitação respondida no setor de Museologia pela museóloga Ana Luisa Camargo e no Arquivo Histórico pela pesquisadora Fátima Argon em 2017.

¹⁴Levantamento realizado no site do acervo do Museu Paulista por meio do link: <http://acervo.mp.usp.br/>, em 20 de março de 2020.

de São Paulo e Grão-Mestre do GOB-SP, como uma insígnia e faixa do grau 33 do Rito Escocês Antigo e Aceito; além de diversas medalhas comemorativas maçônicas, selos, insígnias e faixas maçônicas, algumas raras datadas do século XIX, como 3 insígnias em prata do grau 33 que pertenceram ao coronel do Exército, Dr. Policarpo Cesário de Barros.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB preserva alguns objetos e documentos maçônicos de relevância histórica¹⁵ nacional. Há, nas coleções do IHGB, revistas maçônicas, livros maçônicos e sobre a maçonaria, documentos maçônicos, como uma carta de solicitando ajuda para a conclusão do altar da loja maçônica Honra e Humanidade e outra enviando notícias entre membros da ordem e enaltecendo o general Osório - maçom - escritas no século XIX. Os documentos que comprovam a existência do Apostolado, sociedade de caráter maçônico criada por José Bonifácio, também estão no acervo. O *Boletim do GOB* nº4 de 1876, na página 115 cita diligências que D. Pedro I realizou em 1823, fechando o Apostolado (instituição secreta com viés político fundada em 1822). Segue o trecho:

O Imperador, acompanhado de alguns officiaes e pessoas de distincção e de sua confiança, batendo com a senha nas portas do edificio, que se lhe abrirão, entrou de surpresa na sala das sessões e ordenou aos sócios, que se retirassem, dissolvendo a sociedade e tomando conta do archivo, segundo se affirmou.

A urna contendo os documentos supracitados apreendidos pelo Imperador estão hoje preservados no Museu do IHGB. Além desses itens, há diversas medalhas maçônicas e, dentre elas, um colar com medalhão em ouro oferecido ao então Grão-Mestre do GOB em 1872, Visconde do Rio Branco, ambos descritos no catálogo do acervo, o *Brasiliiana do IHGB* (LAGO, 2014) produzido no aniversário de 175 anos do instituto.

De 1993 a 1995 a Loja Maçônica Lessing fez doações ao Museu do Colégio Mauá, Rio Grande do Sul. Dentre os itens maçônicos destacam-se: o Brevê Constitutivo da Loja, datado de 15 de março de 1880, uma cartola maçônica, pinturas de personalidades, como Peter Baumhardt e Frederico Bartholomay, e exemplares do jornal *Kolonie*. (AGNES, 2018, p. 67).

¹⁵Levantamento realizado no site do acervo do Museu IHGB por meio do link: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa.html>, em 20 de março de 2020.

Outra instituição com objetos maçônicos é o Museu Benjamin Constant. Em pesquisa na base de dados online do acervo¹⁶, foram encontrados alguns diplomas maçônicos, um colar e uma insígnia do Grau 33 - Soberano Grande Inspector Geral do Rito Escocês Antigo e Aceito que pertenceram à Claudio Luis da Costa, sogro de Benjamin Constant, além de uma faixa e insígnia do Grau 18, Cavaleiro Rosa-cruz.

Além dos acervos preservados em instituições museais, pode-se acrescentar diversos outros elementos materiais de caráter histórico que podem compor o que classificamos como patrimônio cultural material da maçonaria, como é o caso dos documentos históricos, das obras raras, dos edifícios históricos que abrigam lojas maçônicas, dos monumentos e praças construídos em cidades por instituições maçônicas. Algumas bibliotecas nacionais preservam inclusive raros livros maçônicos do século XIX, tais como a Biblioteca Nacional¹⁷, a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin¹⁸ da Universidade de São Paulo e o Real Gabinete Português de Leitura.

¹⁶ Levantamento realizado no site do acervo do Museu Benjamin Constant, por meio do link: <http://museucasabenjaminconstant.acervos.museus.gov.br/acervo-museologico/#/>, acesso em 10 de janeiro de 2020.

¹⁷ Alguns destaques dos exemplares encontrados em pesquisa na base de dados da Biblioteca Nacional em 2018: M. Bazot, *Code des francs-maçons ou lois, doutrines, morale, secrets, mysteres, cerimonies, etc... de l'institution maconique* de 1830; *Manifesto da Loja do Oriente do Rio de Janeiro* de 1832; *Regulamentos particulares baseados sobre as constituicoes geraes da Ordem Maconica* de 1832; *Estatutos particulares para a Loja Maconica de Sao Joao de Escossia* de 1832; *Guia dos macons escocezes ou reguladores dos tres graos symbolicos do rito antigo e acceito* de 1834; *Reguladores dos graos misteriosos, ou das quatro ordens superiores do Rito Francez* de 1834.

¹⁸ Alguns destaques dos exemplares encontrados em pesquisa na base de dados da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin em 2018: Hipólito José da Costa, *Cartas sobre a framaçonaria. Segunda edição feita sobre a original de Amsterdam, e augmentada com duas cartas escriptas em 1778 sobre o mesmo assumpto* de 1809; *O Vovo maçõn, ou Golpe de vista sobre o Despertador Constitucional Extraordinario do 1º de fevereiro de 1825* de 1827; *Annaes maçõnicos fluminenses* de 1832; *Regulamentos particulares baseados sobre as constituicoes geraes da ordem Maçonica, compostos por A.J.S.F.P. Sertorio. M. ao R. antigo, Memb. do Gr. Or. Braz. Seguidos do Dicionário dos termos maçõnicos traduzido do francez. Para uso, ou instrucção das LL. modernas* de 1832; *Novo diccionario dos termos maçõnicos, recopilado de todas as obras publicadas sobre a Maçonaria, e o mais completo dos que se têm dado à luz* de 1833; *Reguladores dos graos misteriosos ou das quatro ordens superiores do rito francez de 1834; A maçonaria antiga de adopção. Recopilada por hum cavalleiro de todas as ordens maçõnicas* de 1836; *Exposição historica da maçonaria no Brasil particularmente na provincia do Rio de Janeiro em relação com a independência e integridade do Imperio, por Manuel Joaquim de Menezes* de 1857; *Discurso historico pronunciado no dia 29 de setembro de 1858 por occasião de solemnizar-se a posse dos GGR. Officiaes e dignatarios que compem o Grande Oriente do Brasil pelo Dr. Mello Moraes* de 1860; *Cathecismo do aprendiz Maçon, seguido da abertura e encerramento da Loge, e Instrucção de Meza. Para uso do G. Oriente do Brasil*, sem data.

O colecionismo privado de objetos maçônicos também é uma vertente preservacionista a ser considerada. A coleção nacional de maior destaque foi a desenvolvida pelo numismata, jornalista, historiador e colecionador Kurt Prober¹⁹. Durante sua vida, sempre envolvido com a pesquisa e o comércio na área de numismática, desenvolveu diversas coleções, com destaque para a Coleção Eureka, a maior coleção de medalhas maçônicas brasileiras composta por cerca de 1200 itens, que, adquirida pelo GOB em 1995, tornou-se a base do acervo para a criação do Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano do GOB em Brasília. Outra coleção por ele desenvolvida foi a de selos maçônicos, que, comprada por maçons paulistas, foi também doada ao museu maçônico em Brasília. Além dessas coleções, Prober formou um arquivo com milhares de documentos originais e cópias que sempre embasava e ilustrava suas pesquisas e livros sobre a história da maçonaria, e também “a maior biblioteca maçônica do Brasil”, segundo o próprio colecionador, que continha diversos livros raros, como rituais maçônicos do século XIX, constituições maçônicas, boletins, jornais e revistas editados por maçons ou lojas maçônicas. Quantitativamente, em seus catálogos, informa possuir mais de 4500 livros maçônicos, dentre estes 700 rituais maçônicos, 370 jornais e boletins, 9500 documentos dos anos de 1810 a 1980 e mais de 650 diplomas maçônicos desde o ano de 1840. Ele também foi um grande defensor da preservação do patrimônio da maçonaria por seus membros e denunciou diversos

¹⁹ Nasceu em 12 de março de 1909 em Berlim. Chegando ao Brasil por volta de 1920, naturalizou-se brasileiro em 1936. Fundador e primeiro Presidente da Associação Brasileira de Numismática, membro da American Numismatic Association, desenvolveu diversos estudos de referência ainda hoje para a numismática brasileira e internacional, como *Catálogo das Moedas Brasileiras* (1960); *Ouro em Pó e em Barras Meio Circulante no Brasil 1754-1833* (1990); *Obsidionais, as Primeiras Moedas Do Brasil - falsificações e autênticas* (1987), além de diversas monografias numismáticas (1951 - 1968) sobre moedas em geral, moedas contramarcadas, moedas falsificadas e barras de ouro. Na maçonaria, iniciou seus trabalhos maçônicos a 26 de setembro de 1951 na Loja União Escosseza nº105, atingindo os altos graus do Rito Escocês Antigo e Aceito. Como pesquisador de temas maçônicos, escreveu 30 livros sobre o tema, com destaque para os livros: *História do Supremo Conselho do Grau 33.: do Brasil, Achegas para a história da maçonaria no Brasil* (4 volumes), *Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil - Ativas, Abatidas e Inativas* (em que apresenta uma grande pesquisa com dados históricos de todas as lojas maçônicas brasileiras até 1975), *Imprensa Maçônica Brasileira* (em que apresenta um levantamento de todas as revistas e jornais maçônicos editados no Brasil até 1982), *Catálogo das Duas Maiores Coleções de Medalhas Maçônicas Brasileiras*, *Catálogo dos Selos Maçônicos Brasileiros* (2 volumes). A maioria dos seus livros foram editados e impressos pelo próprio autor, sendo hoje raridades e frequentemente vendido em leilões. Kurt Prober faleceu em 23 de março de 2008.

eventos e atividades em que documentos eram descartados em lixeiras e até queimados.

Tais acervos pertencentes às lojas ou obediências ilustram a dinâmica de tais instituições. Os arquivos históricos, os rituais (livros de preceitos e organização das cerimônias) e outros itens bibliográficos, bem como os livros administrativos (atas, lista de membros, balanços) de uma determinada loja ou obediência, em geral, passam para outras instituições semelhantes, quando há fusões ou abatimento de colunas (fechamento). Mas há também, na dinâmica dessas instituições, dissidências e a fundação de novas lojas e potências e, em ambos movimentos, há a dispersão, a dissociação e/ou perda de documentos e objetos. Kurt Prober ao fazer uma crítica à preservação dos acervos maçônicos, nesse contexto, afirmou que nem ao menos cinco por cento das lojas maçônicas brasileiras com mais de 75 anos e nenhuma das instituições gestoras da maçonaria nacional podia afirmar possuir a documentação completa desde sua fundação, formada por seus livros de atas e carta constitutiva original (PROBER, 1982, p. 4). Por conseguinte, percebe-se aqui a relevância do desenvolvimento de um pensamento preservacionista em tais instituições, culminando com o desenvolvimento de museus.

A preservação do patrimônio maçônico, diante do apresentado, é importante não só para os membros da fraternidade, para os quais enseja salvaguardar a memória da instituição e dos seus integrantes, mas também para a comunidade circunvizinha ao estabelecimento maçônico. Uma vez que as lojas maçônicas são um dos primeiros estabelecimentos a serem criados em muitos bairros e cidades, tais estabelecimentos tornam-se também fonte para pesquisas sobre a localidade ou região, revelando aspectos sociais, políticos e históricos.

1.3.1. Museus maçônicos e suas trajetórias

Os primeiros museus maçônicos, isto é, dedicados exclusivamente ao tema da maçonaria e/ou organizados por instituições maçônicas, foram instituídos na década de 1830. Um dos mais antigos museus maçônicos que se tem registro e ainda hoje aberto é o Museu da Maçonaria da Grande Loja Unida da Inglaterra -

GLUI. Os primeiros registros de instalação desse museu datam de 1838. Oficialmente a instituição foi criada em 1841, juntamente com a biblioteca. As coleções do museu são formadas por objetos cerimoniais, joias e insígnias, paramentos (indumentária maçônica), porcelanas e objetos de vidro com motivos maçônicos, prataria, relógios, mobiliário de lojas e da Grande Loja, livros, gravuras e pinturas de personagens históricos da instituição e manuscritos relacionados à maçonaria inglesa e suas interações com lojas e obediências estrangeiras (DENNIS, 2014, p. 607).

De modo geral, a maioria dos museus maçônicos é gerenciado pelos Grandes Orientes ou Grandes Lojas. Algumas lojas maçônicas também possuem museus. Trata-se de lojas com muitos anos de existência, algumas delas fundadas nos séculos XVIII e XIX. Tais museus possuem, em diversos casos, arquivos e bibliotecas vinculados a sua estrutura, tendo a criação destas outras estruturas ocorridas ao mesmo tempo em que os museus foram fundados ou surgiram a partir desses organismos.

O que se percebe é uma cultura de desenvolvimento de bibliotecas no âmbito das lojas maçônicas. Isso porque a maçonaria é considerada uma escola filosófica, que, desde sua fundação, trabalha com o aperfeiçoamento intelectual e moral dos indivíduos. Em 1922, existiam no Brasil cerca de 20 bibliotecas²⁰ mantidas por lojas maçônicas. O *Manual Maçônico* da Grand Lodge of Free and Accepted Masons of Michigan, por exemplo, traz uma orientação encontrada, em geral, no âmbito da maçonaria, de que

cada Loja deve ter uma biblioteca maçônica onde qualquer Mestre Maçom pode obter mais luz na Maçonaria. [...] Cada Loja deve ter uma biblioteca de recursos para os oficiais e membros da Loja. Este pode ser um excelente recurso de material para uma breve palestra do Mestre²¹. (GRAND, 2009, p.145, tradução nossa).

²⁰ Bastos, Carajuru e Dias (1922) no *Livro Maçônico do Centenário* citam a existência de bibliotecas nas seguintes instituições maçônicas: Grande Oriente do Brasil (4.500 volumes), Lojas: Luz de São Francisco (AL), Igualdade (CE), Eureka 3ª (RJ) União de Manhuassú (MG), Verdade e Caridade (MG), Hamonia (PA), Obreiros do Porvir (PE), Segredo e Amor da Ordem (PE), Independência e Luz (RJ), Isis (RJ), José Bonifácio (RJ), 7 de Setembro (SP), Caratinga Livre (MG), Obreiros da Caridade, Regeneração Catharinense (SC), Estrella d'Oeste (SP) - 1.144 obras, Charitas (MG) - 602 volumes, Branca Dias (PB), Eterno Segredo (SP) (1992, p. 225).

²¹ No original: "every Lodge should have a Masonic library where any Master Mason may obtain further light in Masonry. [...] Every Lodge should have a library of resources for the lodge officers and members. This can be an outstanding resource for material for a short talk by the Master".

E, ao longo do desenvolvimento das lojas, no transcurso de suas atividades, tais instituições acabam colecionando documentos, objetos, como mobiliário, instrumentos rituais (malhetes), além dos objetos que são “musealizados” desde seu uso inicial, cabendo muitas vezes seu armazenamento ocorrendo na biblioteca. É o caso, por exemplo, dos malhetes usados em uma inauguração de uma loja, que diante da sua vinculação histórica a um fato memorável, adquire um estatuto especial. Assim, com a acumulação desses “objetos especiais” há, muitas vezes, o desenvolvimento de museus a partir destes organismos.

Uma característica diferenciada dos museus maçônicos é a utilização de objetos preservados na instituição em rituais ou eventos especiais. Apesar da ideia de que os objetos em museus, após sua musealização, perdem seu uso, observa-se em âmbito maçônico em alguns casos a retirada momentânea do objeto do espaço de guarda ou exibição, para seu uso ritualístico. Em museus históricos de lojas maçônicas, para a comemoração, por exemplo, de datas festivas, ocorre o emprego dos primeiros malhetes utilizados pela instituição nas cerimônias festivas. Em 2017, a espada flamígera, pertencente ao Museu Maçônico Arioaldo Vulcano, utilizada na sagração (cerimônia de abertura) do Templo Nobre do GOB em sua inauguração em 1984, foi solicitada para uso, diante de sua carga histórico-simbólica, em sessões maçônicas nas comemorações do aniversário de 195 anos da instituição. Tal fato se aproxima do entendimento trazido por Ulpiano Bezerra de Meneses (2005, p.26) ao falar sobre os objetos históricos ou objetos nos museus de história, os quais são compreendidos como objetos singulares e auráticos, não fungíveis, fetichizados – objetos significantes cujo significado lhes é imanente – por terem ligação a acontecimentos ou pessoas, sendo sua vinculação a fatos ou pessoas condição relevante e singularizadora.

Diante do caráter secreto que envolve os temas relacionados à maçonaria, muitos museus maçônicos não são visitados pelo público em geral. As razões disso, são, na maioria das vezes, por desconhecimento desses espaços ou pelo imaginário de segredo que envolve a fraternidade achar-se que não há abertura para a visita do público não maçom. Apesar disso, a maioria dessas instituições não tem caráter privado de visita, qualquer pessoa, membro ou não da maçonaria, pode visitá-los. Abertos à pesquisa, muitos desses museus possuem destacadas bases de dados online sobre seus acervos. Alguns, como o

Scottish Rite Masonic Museum & Library, Henry Wilson Coil Library & Museum of Freemasonry, Masonic Library and Museum of Indiana, Museu Maçônico José Bonifácio e o Museu Maçônico da GLUI, possuem sistemas integrados e online em que disponibilizam acesso aos documentos históricos, aos livros e às coleções do museu.

Michael S. Kaulback, técnico responsável pelas instituições culturais da Grand Lodge of Massachusetts, defende que os museus e bibliotecas maçônicas têm a missão de

ser capaz de educar o público em geral sobre nosso ofício. Elas devem servir como fontes de informação para dissipar os rumores e mentiras descaradas que são contadas ao público. Muitas das pessoas que divulgam essas informações errôneas não entendem a Maçonaria e elas mesmas receberam informações enviesadas e distorcidas²² (1996, p.4, tradução nossa).

Por conseguinte, segundo Dennis houve uma transformação dos discursos expográficos com a inserção de profissionais museais, como curadores e pesquisadores, não maçons nesses espaços. As exposições tornaram-se mais didáticas e explicativas apresentando o que é a maçonaria, evidenciando sua história, missão e organização para públicos não maçons a fim de dirimir possíveis confusões que existem no imaginário popular acerca da maçonaria (DENNIS, 2014, p. 613).

Para esta pesquisa, objetivando a visualização do cenário atual, foi realizado um levantamento dos museus maçônicos espalhados pelo mundo (APÊNDICE 1). Para tanto, foram analisados catálogos de museus maçônicos, livros que tratam da maçonaria em geral, além de pesquisas em sítios na internet. Nessa ferramenta, foram encontradas duas associações relevantes para o levantamento: Masonic Library and Museums Association - MLMA²³ (E.U.A. e Canadá) e Association on Masonic Museums, Library and Archives - AMMLA²⁴ (Europa), nas quais estão

²² No original: “be able to educate the public at large about our craft. They must serve as information sources to dispel the rumors and outright lies that are told to the public. Many of the people who disseminate this wrongful information do not understand Freemasonry and have themselves been given information that is skewed and twisted”.

²³ Fundada em 1995 em Iowa nos Estados Unidos com a missão de apoiar instituições culturais maçônicas na gestão e preservação do patrimônio maçônico.

²⁴ Fundada em 1989 na Alemanha no Deutsches Freimaurermuseum (Museu Maçônico Alemão), cuja missão é descrita em seu sítio como: “ajudar e apoiar, através da educação, facilitação da comunicação, coordenação de esforços e outros meios, a gestão e preservação do patrimônio maçônico”. Disponível em: <https://www.freimaurermuseum.de/>. Acesso em 21 de novembro de 2019.

listados diversos museus nos Estados Unidos e na Europa, locais com a maior concentração de maçons no mundo e, portanto, de grande representatividade do universo da maçonaria no mundo.

Assim, foram identificados 83 museus maçônicos no mundo. A maioria dos museus estão localizados nos Estados Unidos (28 museus), país com a maior quantidade de maçons no mundo. A outra parte encontra-se em países da América Latina, Europa e Oceania, como Austrália, Alemanha, Bélgica, Brasil, Chile, Cuba, França, Inglaterra, Itália e Portugal. A maioria desses espaços foram instituídos nos séculos XIX e XX. Os objetos históricos maçônicos preservados nesses museus datam do XIV até os dias atuais. Basicamente, apresentam acervos formados por objetos ritualísticos (aventais, faixas, colares, instrumentos simbólicos), documentos históricos e comemorativos (relógios, colares, utensílios), fotografias, objetos pessoais e maçônicos de maçons famosos em seus países, prataria, porcelanas, medalhas e obras de arte. Dentre alguns dos objetos que são destacados nas páginas oficiais desses museus, estão alguns itens vinculados a personagens ou fatos históricos, como o avental maçônico de George Washington e a bandeira do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito que o astronauta maçom Edwin Buzz Aldrin levou consigo até a lua em sua missão a bordo da Apollo 11 em 1969.

Uma das coleções maçônicas mais importantes está preservada no The Scottish Rite Masonic Museum & Library, também conhecido como National Heritage Museum. Este museu foi fundado em 1975 e faz parte da estrutura do Scottish Rite Freemasons Of The Northern Masonic Jurisdiction. Seu acervo abriga em comodato a coleção da Grand Lodge of Masons in Massachusetts com cerca de 10.000 itens, cujos objetos datam de 1733, período em que foram constituídas as primeiras lojas maçônicas da região. São documentos históricos, fotografias, aventais, joias e insígnias maçônicas e diversos artefatos datados dos séculos XVIII e XIX. (TABBERT, 2005). Trata-se da terceira Grande Loja mais antiga do mundo, cuja biblioteca foi criada em 1815 e o início de uma coleção de “objetos curiosos da ordem” criada em 1887. Dentre os objetos, destacam-se um documento de 1677 - “Old Charges” (umas das 113 cópias do documento mais antigo da maçonaria datado de 1390), objetos pertencentes a Paul Revere e George Washington, ambos maçons, além de documentos históricos das lojas e de

maçons na Guerra Civil americana (NEWELL; STELLING; SWANSON, 2013). O acervo do museu abriga além dessa coleção, cerca de 17.000 objetos, bem como uma biblioteca com 60.000 livros, 1.600 títulos em série, como revistas e boletins, e 600 metros cúbicos de documentos históricos no arquivo da instituição.

1.3.2. Museus maçônicos no Brasil

O patrimônio histórico maçônico tem sido constituído ao longo dos 200 anos de existência da ordem em terras brasileiras. O Grande Oriente do Brasil (GOB), que em 2022 completará 200 anos de existência, tem preservado um grande patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico. Diversas lojas e entidades maçônicas estaduais também têm criado espaços de preservação do seu patrimônio histórico.

Para essa pesquisa, foi realizado um levantamento de museus maçônicos nacionais, onde foram também analisadas as informações disponíveis no portal do Cadastro Brasileiro de Museus²⁵ do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que contém dados sobre as instituições museais brasileiras, e no portal MuseusBr - Rede Nacional de Identificação de Museus²⁶, que foi adotado pelo Cadastro Nacional de Museus no âmbito do Ibram desde 2015 como espaço de divulgação dos museus cadastrados. Além disso, foram realizadas pesquisas em buscadores da internet, utilizando-se palavras-chave relacionadas a museus maçônicos e um levantamento documental no Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano.

Ressalta-se que o número de museus e/ou coleções maçônicas possa ser maior do que o levantado. Isso porque algumas lojas possuem espaços dedicados à sua memória, mas que não são divulgados para o público em geral. É o caso da primeira loja maçônica fundada no Distrito Federal. Fundada em 14 de maio de 1957, portanto antes da inauguração da Capital Federal Brasília, a Loja Estrela de Brasília criou em 6 de fevereiro de 2013 o “Memorial Estrela de Brasília”, espaço onde estão expostos diversos documentos, fotografias e objetos que representam a trajetória da loja.

²⁵ Acessado pelo site: <http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/filtrarUf>. A última atualização da base ocorreu em 05/12/2015. Pesquisa realizada em 12/04/2019.

²⁶ Acessado pelo site: <http://museus.cultura.gov.br/>. Pesquisa realizada em 12/04/2019.

Assim, foram identificadas 7 instituições museais nos cadastros realizados pelo Ibram, sendo uma delas virtual. São elas: Museu Maçônico José Bonifácio (SP), Museu Maçônico Paranaense (virtual), Museu Maçônico Past Grão-Mestre Mário Verçosa (AM), Museu Maçônico Rocco Felipe (RS), Museu Maçônico da Imagem e do Som (CE), Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano (DF) e Museu Maçônico da Loja Maçônica Fraternidade Castrense (PR). Contudo, na pesquisa ampliada na internet, verificou-se a existência de mais 5 instituições, sendo uma delas também virtual. São elas: Museu do Grande Oriente do Brasil - Palácio Maçônico do Lavradio (RJ), Centro Cultural do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito (RJ), Casa da Cultura - Museu da Maçonaria (PI) e Museu Maçônico do Pelicano (virtual). Por fim, no Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano foram encontrados 2 folders (número de registro: MMAV.4477 e MMAV.4241) de museus maçônicos: o Memorial Maçônico de Itápolis fundado pela Loja Dr. João Carlos Ferraro nº 2011 em 2006 e o Museu Maçônico do Espírito Santo, este gerido pela Loja União e Progresso. Como destaque, serão apresentadas a seguir algumas dessas instituições museais de acordo com a disponibilidade de informações e pela relevância de seus acervos.

No *Annuário Almanak Laemmert* de 1931 encontra-se uma das mais antigas instituições museais maçônicas formalmente constituídas no Brasil. Ao citar as informações maçônicas na Bahia, há no anuário um tópico sobre o Museu Maçônico “Udo Schleusner”. O museu foi fundado em 22 de dezembro de 1928 na sede da Grande Loja Symbolica da Bahia, o Palacete Maçônico, tendo como inspetor o Dr. Arthur Gomes de Oliveira. Em contato com um membro da Grande Loja da Bahia, sucessora dessa obediência, foi relatada a existência desse museu, dividido em três sessões (museu, arquivo e biblioteca), funcionando até a década de 1930, período em que ocorreu o fechamento de algumas lojas maçônicas pelo governo de Getúlio Vargas.

Dentre os museus relacionados a lojas maçônicas, foi encontrado o Museu Maçônico da Loja Maçônica Fraternidade Castrense. Esta loja foi fundada em 15 de dezembro de 1876, vinculada ao Grande Oriente do Brasil - Paraná, no rito Escocês Antigo e Aceito. O museu abriga objetos e documentos que a loja colecionou ao longo de sua existência, dentre jornais, carteiras de identificação maçônica dos antigos membros da loja, medalhas e condecorações, além de

fotografias. Em 2018, a loja realizou um projeto de conservação e catalogação do seu acervo documental, que contém documentos sobre as sessões da loja, a história da loja e da própria cidade de Castro - PR.

O Museu Maçônico Paranaense foi criado nos anos 2000 a partir de um projeto de Hiran Luiz Zoccoli de disponibilizar documentos e boletins de sua coleção. Trata-se de um museu virtual que disponibiliza documentos históricos da maçonaria no Paraná, imagens de objetos maçônicos, como medalhas e aventais, além de livros e revistas maçônicas. Nos anos de 2002 e 2003, o museu realizou duas exposições físicas, “A maçonaria no Paraná” e “Autoridades maçônicas no Paraná 1867-2000”, dispostas no hall da Biblioteca Pública do Paraná. Ainda em atividade, o museu disponibiliza uma área de acesso ao público em geral, com artigos sobre a história da maçonaria, documentos relativos à história da maçonaria no Brasil, uma galeria de brasileiros ilustres e fotos de aventais e diversos objetos maçônicos. Há outra parte destinada apenas a maçons que realizam um cadastro prévio e assim acessam todo o conteúdo do museu.

O Museu Maçônico Arioaldo Vulcano (IMAGEM 1) foi fundado em 1995 por meio do Decreto nº 16 de junho de 1995 do Grão-Mestre Francisco Murilo Pinto, por ocasião das comemorações do 173º aniversário do GOB. Conceitualmente, o museu é considerado uma extensão do museu situado no Palácio do Lavradio, buscando preservar coleções relacionadas à história recente da Maçonaria e do Grande Oriente do Brasil. Está localizado na sede da instituição em Brasília e preserva um acervo composto de cerca de 6.500 objetos, dentre documentos históricos, medalhas, obras de arte e objetos ritualísticos.

Como já mencionado inicialmente no capítulo anterior, a coleção inaugural do museu foi a “Eureka”, que pertencia a Kurt Prober, colecionador de antiguidades maçônicas, filatelista, historiador e numismata. A coleção foi adquirida em 12 de abril de 1995 pelo GOB, composta por cerca de 1600 objetos, dentre medalhas maçônicas (muitas únicas) e não maçônica (com personagens maçons gravados), provas de medalhas, timbres, selos, sinetes, colares, joias de grau e paramentos.

IMAGEM 1 - Exposição do Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, em destaque vitrine com aventais maçônicos



Fonte: Fotografia do próprio autor.

Além do já mencionado, pode-se destacar dentre os objetos do acervo do museu o decreto do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil assinado por José Bonifácio e datado de 1835; a primeira medalha maçônica cunhada no Brasil, datada de 1833, além de outras raras medalhas maçônicas brasileiras que constituem a coleção “Eureka”; Livros da Lei (Bíblia) de 1821 da Loja Maçônica União e Tranquilidade, uma das fundadoras do GOB; coleção de selos maçônicos brasileiros em 5 volumes, que pertenceu a Kurt Prober; documentos e objetos de vários grão-mestres do GOB, como uma carta do Visconde Albuquerque e outra de Deodoro da Fonseca, um malhete do Barão de Cayrú, uma resolução assinada pelo Visconde do Rio Branco; livros ritual do século XIX; objetos e documentos históricos de transferência da sede do GOB para Brasília e associados a grão-mestres que exerceram mandato a partir dos anos 1980; tratados de Aliança Fraternal do GOB com a Grande Loja da Inglaterra; livros de Atos e Atos do grão-mestrado datados do século XIX, dentre eles um exemplar com as deliberações do Grande Oriente Do Brasil datado de 1835²⁷.

²⁷ Informações levantadas no período em que trabalhei como museólogo no Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, entre 2015 e 2018.

O Museu Maçônico José Bonifácio foi criado pelo Decreto nº 236 de 28 de maio de 1955 no âmbito do Grande Oriente de São Paulo durante a gestão do Grão-Mestre Benedito Tolosa. Anexo ao seu decreto fundacional encontra-se uma relevante lista dos tipos de objetos que constituiriam o acervo do museu. As categorias incluíam: templos (vistas, plantas, itens internos, como painéis, bandeiras, castiçais e estandartes maçônicos), objetos rituais (aventais, faixas, joias de grau, espadas e outros objetos simbólicos), arte maçônica (obras de arte em suas diversas linguagens relacionadas à maçonaria, além de objetos decorativos e pessoais, como relógios, alfinetes, pins), manuscritos e documentos, impressos (manuais rituais, constituições, jornais e revistas maçônicos), estatísticas (informações e mapas estatísticos dos membros da instituição) e arquivo.

O museu ficou fechado na década de 1960. Após este período manteve-se aberto com exposições de longa duração, associado a uma campanha para a coleta de objetos vinculados às lojas maçônicas. Atualmente, fechado para a visitação, o museu abriga um acervo de cerca de 4000 itens, entre plantas de templos maçônicos, objetos ritualísticos, medalhas, pinturas, esculturas, manuscritos e documentos. Esse acervo encontra-se disponível virtualmente no catálogo online, criado por meio de projeto incentivado pelo Instituto Brasileiro de Museus e pelo Ministério da Cultura, realizado no ano de 2011. Associada ao museu, há ainda a Biblioteca Ibrahim Nobre.

Diante do apresentado, observa-se a existência de diversas instituições museias no Brasil e em diversos países. Neste levantamento, observou-se que muitos museus não informam a sua data de criação. O fato de diversos museus não possuírem informações sobre sua origem reflete as circunstâncias envoltas na maioria dos processos de criação dessas instituições no âmbito da maçonaria. Associado ao colecionismo institucional, esses espaços vão se desenvolvendo ao longo do tempo e acabam não tendo uma criação estabelecida. Exemplo disso é caso do Museu Maçônico Rocco Felipe analisado por Carvalho (2011), instituição vinculada a Loja Maçônica Fraternidade nº 3, localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, cuja criação do museu se confunde com a trajetória da loja e os processos de arquivamento e colecionismo desenvolvidos em seu interior.

O mapeamento também serviu para evidenciar a quantidade relevante de instituições museais que preservam a memória e a história da maçonaria e de suas instituições. Tais espaços levantados revelam a diversidade de coleções e acervos que se constituem também como parte do patrimônio cultural da sociedade moderna, devido a relevância histórica e cultural que os permeiam. Além de destacar a presença de acervos maçônicos em instituições não maçônicas, como os museus e bibliotecas geridos por órgãos públicos.

CAPÍTULO 2 – O GRANDE ORIENTE DO BRASIL E O SEU MUSEU

Este capítulo aborda as iniciativas institucionais para a criação do Museu Maçônico, observando-se a história do GOB e os indícios contidos nos documentos oficiais da instituição que caracterizam a formação do museu. São identificados os principais responsáveis pelo museu, a sua inserção na estrutura organizacional, os usos do edifício, tratando também sobre o processo de tombamento do Palácio do Lavradio e a sua relação com o Museu e seu acervo.

2.1. O Grande Oriente do Brasil: apontamentos sobre as movimentações históricas e estruturais

O Grande Oriente do Brasil ou, como nomeado inicialmente, Grande Oriente Brasileiro foi fundado em 17 de junho de 1822, por três Lojas Maçônicas do Rio de Janeiro – a Comercio e Artes na Idade do Ouro, a União e Tranquilidade e a Esperança de Nictheroy²⁸ – e teve como seus primeiros mandatários²⁹ José Bonifácio de Andrada e Silva – Grão-Mestre – e Joaquim Gonçalves Ledo – Primeiro Grande Vigilante.

²⁸ Desde a Constituição do GOB de 1975, essas lojas maçônicas são consideradas patrimônio histórico da instituição, cabendo ao GOB manter suas atividades e integridade.

²⁹ Lista dos Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil (1822-1978) com período do mandato: José Bonifácio de Andrada e Silva (17/06/1822 a 04/10/1822 e 23/22/1831 a 03/12/1837); D. Pedro I (04/10/1822 a 25/10/1822); Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque - Visconde de Albuquerque (03/12/1837 a 09/09/1850); Miguel Calmon du Pin e Almeida - Marquês de Abrantes (09/09/1850 a 25/08/1863); Bento da Silva Lisboa - Barão de Cayrú (25/08/1863 a 26/12/1864); Joaquim Marcelino de Brito (26/12/1864 a 1870); José Maria da Silva Paranhos – Visconde do Rio Branco (22/08/1871 a 01/11/1880); Francisco José Cardoso Júnior (05/06/1882 a 30/10/1885); Luís Antônio Vieira da Silva - Visconde Vieira da Silva (30/10/1885 a 03/11/1889); João Batista Gonçalves Campos – Visconde de Jari (03/11/1889 a 24/03/1890); Manuel Deodoro da Fonseca (24/03/1890 a 18/12/1891); Antônio Joaquim de Macedo Soares (18/12/1891 a 21/06/1901); Quintino Antônio Ferreira de Sousa Bocaiúva (21/06/1901 a 21/06/1904); Lauro Nina Sodré e Silva (21/06/1904 a 07/03/1916); Francisco Glicério de Cerqueira Leite (01/02/1905 a 03/04/1905); Veríssimo José da Costa (24/06/1916 a 24/06/1919 e 22/04/1921 a 05/05/1921); Nilo Procópio Peçanha (23/07/1917 a 24/09/1919); Thomaz Cavalcanti de Albuquerque (27/06/1919 a 28/06/1922); Mário Marinho de Carvalho Behring (28/06/1922 a 13/07/1925); Bernardino de Almeida Senna Campos (13/07/1925 a 27/12/1925); Vicente Saraiva de Carvalho Neiva (23/12/1925 a 18/02/1926); João Severiano da Fonseca Hermes (18/02/1926 a 06/06/1927); Otávio Kelly (06/04/1927 a 10/01/1933); José Maria Moreira Guimarães (10/01/1933 a 21/11/1938); Joaquim Rodrigues Neves (05/02/1937 a 24/06/1952); Benjamin de Almeida Sodré (24/06/1953 a 25/08/1954); Cyro Werneck de Sousa e Silva (26/04/1954 a 24/06/1963); Álvaro Palmeira (24/06/1963 a 24/06/1968); Moacyr Arbex Dinamarco (24/06/1968 a 24/06/1973); Osmane Vieira de Resende (24/06/1973 a 24/06/1978); Osiris Teixeira (24/06/1978 a 28/08/1982).

Em 4 de outubro do mesmo ano, já após a declaração de Independência do Brasil em 7 de setembro, o Imperador D. Pedro I (o Irmão Guatimozim) assume o grão-mestrado, tornando-se o líder maior da instituição. Este, diante da instabilidade dos primeiros dias de nação independente e considerando a rivalidade política entre os grupos de José Bonifácio e de Joaquim Gonçalves Ledo, ordenou que fossem suspensos os trabalhos no âmbito do GOB em 25 de outubro de 1822.

A instituição retomou suas atividades apenas em 23 de novembro de 1831, tendo, novamente, como Grão-Mestre, José Bonifácio. A estrutura administrativa era formada por uma Assembleia Geral e a chamada Grande Loja, que era composta pelos maiores cargos da instituição. Já em 1839 foi criado no GOB o “Grande Colégio dos Ritos”, que era uma espécie de departamento para a gerência dos ritos praticados no período: os Ritos Adonhiramita, Moderno e Escocês Antigo e Aceito. Como uma Potência Mista, que congrega os graus simbólicos ou iniciais e os graus filosóficos, o GOB incorporou em 1854 o Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito no Brasil, fundado em 1832.

A partir da Constituição do GOB de 1901, a instituição passou a funcionar, à semelhança da tripartição dos poderes da República, com três estruturas: Executivo, Legislativo e Judiciário. Diante disso, a instituição foi constituída como uma Federação dos Grandes Orientes dos Estados e das Lojas Maçônicas. Quando não havia lojas ou estrutura nos estados para a instalação de um Grande Oriente, eram então estabelecidas Delegacias Estaduais subordinadas ao Poder Central. E, a partir da Constituição de 1951, o GOB passou a ser um organismo de gestão exclusivo para os graus simbólicos - aprendiz, companheiro e mestre.

Ao longo do tempo, a estrutura do GOB foi incorporando novos setores e criando novos departamentos. O Executivo, por exemplo, passou a se subdividir em Secretarias-Gerais, como órgãos auxiliares do Grão-Mestrado para diversos assuntos específicos, dentre os quais, a Secretaria-Geral de Guarda dos Selos, responsável pelo cadastro e documentação dos membros da instituição, além das Secretarias-Gerais de Administração, Finanças, Educação e Cultura.

Em diversos momentos da trajetória do GOB, houve cisões motivadas por questões políticas, além de disputas eleitorais. Como destaque, ocorreu em 1863 uma dissidência que culminou com a separação do GOB em duas obediências: o

Grande Oriente dos Beneditinos, gerido por Saldanha Marinho, e o Grande Oriente do Lavradio, sob a liderança do Visconde do Rio Branco. Contudo, no ano de 1883 ocorreu a reunificação dessas obediências.

Já no século XX, ocorreram duas outras grandes dissidências: em 1927 e em 1973. Aquela ocorreu sob a liderança do ex-Grão-Mestre do GOB, Mário Behring, criando as chamadas Grandes Lojas estaduais. Já a de 1973 desencadeia-se quando treze Grandes Orientes Estaduais se desligam do Poder Central do GOB, o que culminou com o surgimento do Colégio de Grão-Mestres.

Durante o governo de Getúlio Vargas, houve a suspensão dos trabalhos maçônicos no Brasil, existindo o registro de fechamento de algumas lojas maçônicas do GOB. Embora tal restrição não tenha sido vista nas lojas do Distrito Federal, em São Paulo, as Lojas Maçônicas Piratininga e Firmeza estiveram fechadas entre os anos de 1937 e 1940 (CASTELLANI, 2009, p. 211).

Nesse contexto, é importante destacar que nos momentos de dissidências e fechamentos de lojas, como os ocorridos nos eventos supracitados, também como já citado no capítulo anterior, existiu dispersão dos acervos. Kurt Prober (2002, p. 481) destaca que na dissidência de 1927, foram retirados do GOB todo o arquivo do Supremo Conselho para o Rito Escocês Antigo e Aceito, bem como alguns documentos de extrema relevância histórica para o GOB, como o *Livro de Ouro*, contendo as Atas de fundação do GOB de 1822 e ainda hoje desaparecido.

Após a transferência da sede do GOB para Brasília, decretada pelo Grão-Mestre Osiris Teixeira (1931-1993) em 13 de julho de 1978, houve também perdas de diversos documentos. Segundo Kurt Prober (1986, p.1), parte dos livros e documentos existentes no arquivo do Palácio do Lavradio foram queimados, descartados ou vendidos como “papel velho”. Willian de Carvalho informa que tais acontecimentos são frutos de “diversas administrações sem visão da importância do seu acervo cultural”, ocorridos em períodos conflituosos (2009, p. 357). Isso nos traz à reflexão sobre o desaparecimento de coleções ou o fenômeno da “tafonomia dos museus”, como apresentado por Lubar e coautores (2017), e dos fenômenos de dispersão das coleções evidenciados por Miruna Achim e Irina Podgorny (2014). Percebe-se, então, que as movimentações e as mudanças institucionais têm grande potência em relação ao destino das coleções no âmbito do GOB.

Diante de fechamentos e dissidências, um registro importante sobre o tema é encontrado a partir da Constituição do GOB de 1930. Nesse documento encontramos uma referência sobre o encaminhamento a ser seguido em caso de fechamento da instituição. O artigo 92 declara que, em caso de dissolução do Grande Oriente do Brasil, os seus bens seriam entregues à “Universidade do Rio de Janeiro” sob a premissa de criar uma biblioteca pública na mesma cidade. Em caso de negativa por parte da universidade, seriam então encaminhados à Biblioteca Nacional (p. 36).

Na Constituição de 1938, em seu artigo 135, tem-se o acréscimo do Arquivo Nacional no rol das instituições receptoras do patrimônio gobiano. E, na Constituição de 1962, no parágrafo segundo do artigo 156, é apresentado que “em caso de dissolução do Grande Oriente do Brasil, seus bens serão doados à Bibliotheca Nacional e ao Arquivo Nacional e ao Patrimônio Nacional” (p. 33). Com isso, depreende-se que, em âmbito institucional, a partir dos documentos basilares e normativos da instituição, em caráter teórico, há uma preocupação com seu patrimônio cultural, percebido como relevante a ponto de ser encaminhado para os organismos federais mais expoentes.

A título introdutório, destaca-se também a gestão de alguns Grão-Mestres, como Cyro Werneck, Moacyr Dinamarco e Osmane Vieira, que estiveram à frente do GOB nas décadas de 1950 a 1970 e período de maior evidência, como se notará à frente, do Museu Maçônico. Cyro Werneck de Sousa e Silva, que dirigiu a instituição entre abril de 1954 e junho de 1963, buscou se aproximar das potências dissidentes ao assinar tratados de amizade com 14 Grandes Lojas do Brasil. Cyro Werneck articulou a unificação com o Grande Oriente Unido em 1956, a reincorporação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul e a fusão do GOB com o Grande Oriente Estadual “Tiradentes” de Minas Gerais, ambos em 1960. Junto à Novacap, nesse mesmo ano, trabalhou pela cessão de um terreno para a instalação de uma sede do GOB em Brasília.

Na gestão de Moacyr Arbex Dinamarco, que dirigiu a instituição entre 1968 e 1973, foi realizado o tombado do Palácio do Lavradio pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. Dinamarco atualizou a instituição, sancionando o novo Regulamento Geral da Ordem em 1969, cujo anterior estava em vigência desde o ano de 1905. Além disso, participou da cerimônia de recepção

dos restos mortais de D. Pedro I em Brasília e lançou a pedra fundamental da nova sede do Grande Oriente do Brasil em 3 de agosto de 1972, em Brasília.

Osmane Vieira de Resende, Grão-Mestre entre 1973 e 1978, buscou recuperar o patrimônio do Grande Oriente do Brasil nos Estados após a cisão de 1973. Para isso, buscou reincorporar diversas lojas maçônicas no âmbito do GOB. Assim, diante desse contexto, serão observados os aspectos institucionais vinculados à constituição de um Museu Maçônico no interior do Grande Oriente do Brasil.

2.2. Um museu nas entrelinhas dos documentos, do arquivo e da biblioteca

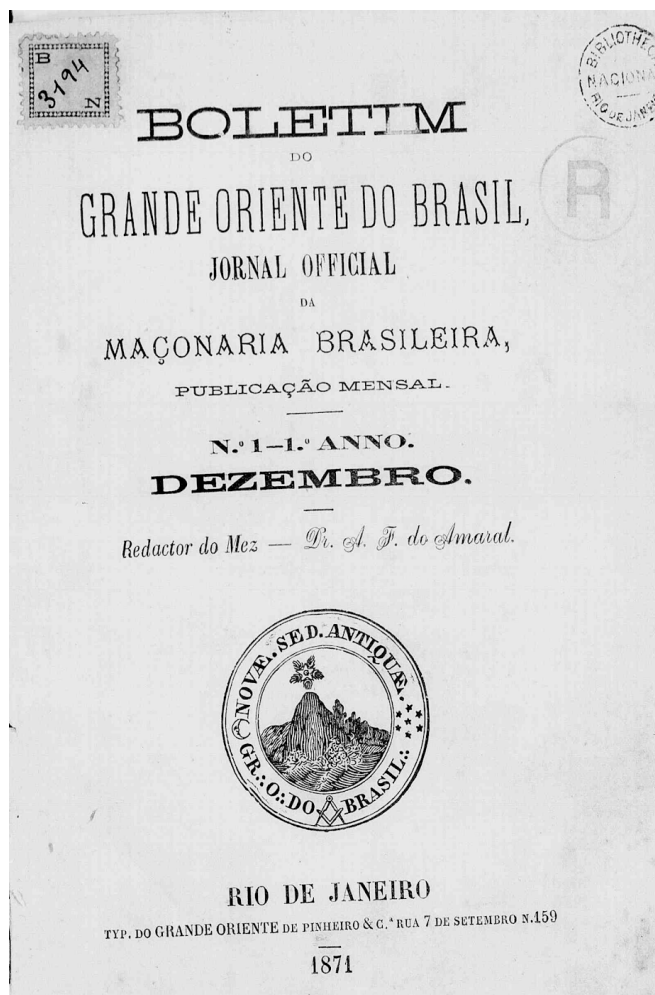
A maçonaria é uma instituição que possui, desde seu início, documentos normativos que estabelecem suas práticas, preceitos e estruturas organizativas. O GOB, desde sua constituição em 1822, estruturou-se a partir de diversos documentos oficiais. Constituições, regimentos internos (*Regulamento Geral da Ordem*), decretos, atos e livros de atas compõem a documentação institucional de referência. Para a presente pesquisa, tais documentos serão analisados, observando-se as questões relativas à preservação do patrimônio institucional, com foco na possível existência de um museu dentro dessa estrutura, mas buscando também informações relativas às instituições congêneres: arquivo e biblioteca e suas relações com o patrimônio histórico e/ou museu.

Como documentação em destaque, tem-se a criação do *Boletim Oficial*. Na gestão do Grão-Mestre Visconde do Rio Branco, exercida interinamente por Elisiário Antônio dos Santos (1806-1883), o Barão de Angra, foi criado o *Boletim Oficial da Maçonaria Brasileira*³⁰ no âmbito do GOB (IMAGEM 2), tendo como primeiro redator o maçom Alexandrino Freire do Amaral (1843-1907) e sua

³⁰ O nome do periódico recebeu algumas alterações no decorrer dos anos. Em 1872, por exemplo, aparece como *Boletim do Grande Oriente Unido do Brazil*; já em 1873 como *Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Vale do Lavradio*. Assim, neste trabalho, optou-se por utilizar a nomenclatura *Boletim Oficial*.

periodicidade, mensal. Trata-se de uma das principais fontes de informação sobre a maçonaria, publicado desde 1871 com algumas interrupções³¹ até os dias atuais.

IMAGEM 2 - Capa da primeira edição do *Boletim do GOB* de 1871



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A estrutura dos *Boletins Oficiais* sofreu algumas variações ao longo das edições. De modo geral, esta inclui a publicação de todos os atos oficiais dos corpos superiores do Poder Central, além de notícias relevantes do “mundo maçônico”. Divide-se em algumas partes: “Secção Official”, na qual constam os expedientes, atos, decretos e extratos das assembleias e sessões ordinárias; listagens gerais com a relação dos deputados nas assembleias, as colações de grau dos membros e os cadastros de maçons, os membros eleitos para os cargos

³¹ Houve interrupção na publicação dos *Boletins Oficiais* nos períodos de 1885 a 1888; 1945 a 1948; 1950 a 1952; 1977 a 1979. Assim, de 1871 a 1976 foram editados cerca de 860 fascículos do boletim.

das lojas e dignidades das delegacias ou grandes orientes estaduais; seção “Correspondências” em que são apresentadas as cartas trocadas com Obediências estrangeiras e entre lojas nacionais; a “Parte não oficial”, contendo artigos sobre temas diversos, sessões históricas, discursos de maçons e parlamentares; e “Noticiário” com informações sobre lojas maçônicas, inauguração de escolas, entre outros.

Há variações nas seções dos Boletins, nas quais se incluem uma “Secção dogmática” com instruções maçônicas, crônicas sobre teologia e temas religiosos. Também são publicados nesses periódicos os orçamentos, balancetes e relatórios de gestão dos grãos-mestrados, em forma de mensagem apresentada à Assembleia Federal Legislativa. Em diversas edições do *Boletim Oficial*, encontra-se menção a organismos de preservação, como a biblioteca e o arquivo, como serão descritos.

Formalmente, a Biblioteca foi o primeiro órgão relacionado aos bens culturais criado no âmbito do GOB. Sua criação foi autorizada, em sessão ordinária do dia 22 de setembro de 1891 (*Boletim Oficial* nº8, 1891, p. 245), na gestão do Grão-Mestre Deodoro da Fonseca. Contudo, houve estratégias para seu desenvolvimento anteriores à criação formalizada desse organismo.

O *Boletim Oficial* nº 1 de 1871 apresenta o Ato nº 2, em que é criado o Boletim Oficial do GOB. Em seus artigos 10 e 11 apresenta a seguinte redação:

10. A Com.: de Redacção fica autorizada a fazer a aquisição de jornaes, revistas e livros que sirvam, não só para auxilio da publicação, como também para núcleo de uma bibliotheca que deve possuir o Gr.: Or.:

11. O Gr.: Secret.: Ger.: da Ord.: fica encarregado de colleccionar e mandar encadernar todos os livros, folhetos e documentos que existao na Gr.: Secret.: Ger.: e que sirvam para os misteres da resolução antecedente.

Tem-se, a partir de então, diversas movimentações visando a preservação de documentos e livros em âmbito institucional, o que culminou na criação da biblioteca. Em 1877 (*Boletim Oficial* nº 7, p. 310), há a solicitação do Grande Secretário Geral da Ordem, Ângelo de Bittencourt (1831-1892), aos maçons para a doação de livros objetivando a constituição de uma biblioteca no âmbito do GOB. A mesma solicitação é repetida nos *Boletins* nº 8, 9, 10, 11, 12 de 1877 e nos nº 1 e 2 de 1878. Essa incumbência por ele descrita como “espinhosa tarefa”, produziu

efeitos práticos. Em 1879, os maçons Theodoro Souza Lobo e Antônio Chaves Pereira Coruja doaram diversos exemplares, tendo a biblioteca recebido deste último 180 livros.

Desde a criação da Biblioteca, formalmente instalada no Palácio Maçônico, nota-se seu crescimento a partir da incorporação de exemplares, cuja campanha para a doação de livros foi mantida até os primeiros anos do séc. XX³². Nesse contexto, encontra-se também uma referência a itens históricos no âmbito deste organismo. Tratava-se da existência de uma “estante histórica” na biblioteca do GOB. No *Boletim nº 11 e 12* de 1892, na seção intitulada “Bibliographia”, escrita pelo Grão-Mestre Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), encontra-se uma menção à reprodução de documentos e livros raros para compor a referida estante. Macedo Soares fez ainda, nesse documento, petição aos maçons para remeterem à Grande Secretaria Geral da Ordem “todos e quaesquer papeis, manuscritos ou impressos, que possuam sobre nossa Ord.:, afim de serem impressos ou reimpressos e constituirem um raio importante da estante historica da bibliotheca do Gr.: Or.: do Brazil” (Boletim Oficial nº 11 e 12, 1892, p.416).

Existem diversas referências ao horário de funcionamento da biblioteca. A primeira delas é encontrada em 1916 e informava a abertura das 11h às 15h e das 19h às 22h. Havia até a possibilidade de empréstimos de livros, com restrição aos exemplares que eram considerados obras raras e “de valor inestimável”, conforme o *Regimento Interno da Biblioteca do GOB*, estabelecido pelo Ato nº 351 de 1º de julho de 1916, durante a gestão do Grão-Mestre Lauro Sodré (1858-1944). Neste regulamento estão descritas as normas para funcionamento e organização da biblioteca, bem como as funções do bibliotecário. Nesse período, entre 1916 e 1917, a Biblioteca do GOB tinha o advogado Optato Nehemias Eustachio Carajuru como diretor.

Parece haver também outro organismo institucional voltado para a preservação de documentos. Em 1896, encontra-se uma menção ao “Archivo do Gr.: Or.:”, na seção do *Boletim Oficial nº 1* denominada “Documentos importantes”. Esta era dedicada à publicação de documentos históricos relacionados à

³² Em 1901 foi publicado o “*Catálogo das obras existentes na Bibliotheca do GOB*”, organizado por Mário Behring, como suplemento no *Boletim Oficial* de dezembro. Nele encontra-se uma relação de 912 livros, classificados em ordem alfabética por título. Informa também que a biblioteca estava em processo de construção, carecendo de mais doações.

maçonaria no Brasil. Tais documentos eram transcritos, conforme consta, com a grafia encontrada no documento original conservado no Arquivo. Nessa edição foi transcrita a *Ata da Sessão de Reinstalação da Loja Commercio e Artes*, datada de 1821. Essa mesma ata foi publicada, posteriormente, no *Boletim Oficial nº 11 e 12* de 1902 (p. 598) sob a epígrafe: “*Subsidios para a história da maçonaria no Brazil*”.

A falta de pessoal para a atuação no referido Arquivo da instituição e, por conseguinte, a necessidade de sua melhor organização foi inclusive apresentada no relatório do Grande Secretário-Geral da Ordem, Henrique Valladares (1852-1903), em 23 de abril de 1896, à Assembleia Geral do Povo Maçônico.

A verba despendida com ordenados foi menor do que a votada, em consequência de haver falecido o irmão Augusto César da Costa, official da Grande Secretaria Geral e não ter sido ainda preenchida a vaga deixada. A Grande Secretaria Geral resente-se d'essa falta, cabendo aqui declarar que é de imprescindível necessidade uma organização methodica do archivo, o que certamente nunca poderá realizar-se com o exíguo pessoal de que dispõe (*Boletim Oficial nº 2*, 1896, p. 160-161).

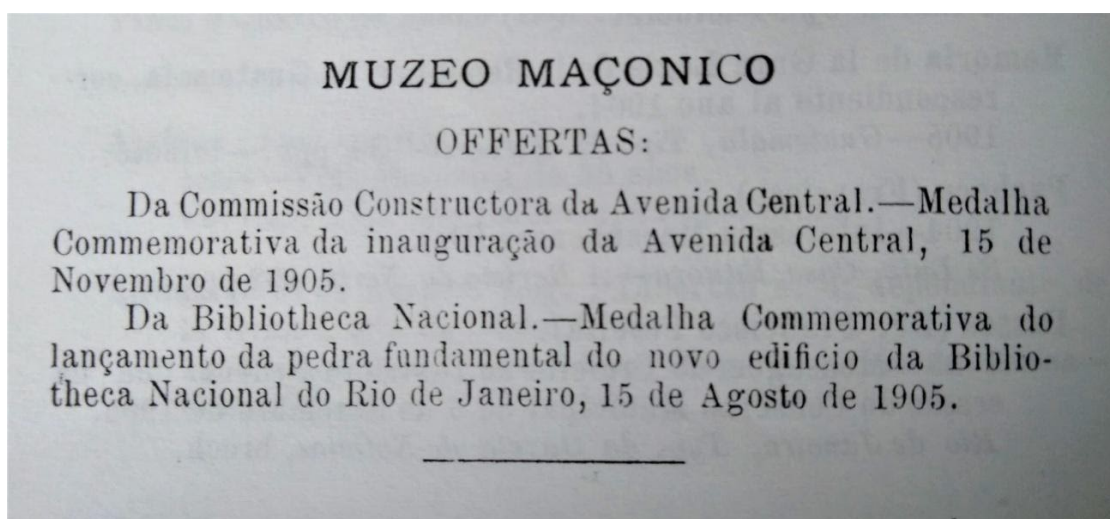
Outra menção ao “*Archivo do GOB*” é encontrada no *Boletim Oficial nº 6* de 1922. Na ocasião, foi informado que as medalhas comemorativas do centenário do GOB haviam sido executadas por Augusto Girardet em ouro, prata e bronze, cujos exemplares de ouro e prata seriam destinados ao Arquivo da instituição.

No que se refere a um museu maçônico, os primeiros indícios de sua existência surgiram nos anos iniciais do século XX. No *Boletim Oficial nº 11* de 1906 aparece a primeira referência a um museu no âmbito do GOB (IMAGEM 3), sob a epígrafe “*Muzeo maçónico*”. Esta referência é encontrada na seção existente nos *Boletim* que elenca o acervo recebido pela Biblioteca, fruto de doações diversas. Tal seção aparece nos *Boletins Officiais* desde o ano de 1879, esporadicamente, e a partir de 1901, com maior frequência. No trecho evidenciado, tem-se, inclusive, a primeira referência a objetos doados ao museu e, por conseguinte, a sua vinculação a um museu. Trata-se do recebimento de 2 medalhas do ano de 1905, doadas pela Comissão Construtora da Avenida Central no Rio de Janeiro e outra doada pela Biblioteca Nacional.

Algumas questões surgem quando se observa tal registro. De início, destaca-se que as medalhas recebidas não fazem parte de uma categoria que as classifiquem como maçônica. Também não foram encaminhadas por lojas ou

fazem referência a eventos maçônicos. De outro modo, indaga-se a razão do encaminhamento de tais medalhas ao Grande Oriente do Brasil, uma vez que representam eventos e organizações, que, inicialmente, não têm relação direta com a maçonaria. Haveria, no contexto da época, conhecimento sobre um museu existente no âmbito do GOB ou o interesse de sua criação que justificasse a doação das medalhas? Os documentos não indicam tal caminho.

IMAGEM 3 - Primeira referência a um museu encontrada nos *Boletins do GOB*



Fonte: Digitalização do autor, *Boletim do GOB* de 1906.

Por outro lado, pode evidenciar um conceito de museu relacionado à guarda de objetos, passando pelo início de formação de uma coleção e a sua exposição em ambientes do Palácio Maçônico. O Balanço patrimonial do GOB, realizado pelo Grande Tesoureiro-Geral da Ordem, Manoel Fernandes Faria Machado, em 31 de maio de 1908, também encaminha para esse entendimento. O levantamento diz respeito ao exercício de 1907-1908 e nele foi elencado como ativo o Museu Maçônico, com a seguinte descrição: “idem dos **quadros, retratos e joias existentes na vitrine**: 7:000\$000” (destaque nosso), igualmente como é mencionada a Biblioteca: “idem dos livros e estantes: 8:000\$000”.

Nesse contexto, parecia haver uma relação museu-biblioteca, bem como existia a indicação de objetos e sua exibição. No *Boletim Oficial* nº 11 e 12 de 1927 (p. 64), ao citar o relógio de carrilhão existente no Palácio do Lavradio, é mencionada como sua localização o “Museu Maçônico” anexo à Biblioteca (IMAGEM 4). Segundo a notícia, a Biblioteca do GOB estava funcionando há cerca

de três anos com regularidade, sendo gerida pelo maçom Leonel Pinto, 2º Oficial da Grande Secretaria-Geral da Ordem. Como mencionado, a Biblioteca recebia visitas constantes e seus livros eram consultados e emprestados. Em relação ao relógio, esclarece que este possuía parte interna em platina e estava em pleno funcionamento, sendo de "grande importancia historica por sua antiguidade no Grande Oriente do Brasil", acrescentando que este era "diariamente, admirado por todos os Ilr. [irmãos] visitantes, os quaes não se cançam de o gabar com os melhores adjectivos da lingua portugueza."

IMAGEM 4 - Relógio de carrilhão do "Museu Maçônico", anexo a Biblioteca do GOB



Fonte: Digitalização do autor, *Boletim do GOB* de 1927 e fotografia do autor³³.

A partir disso, percebem-se indícios do desenvolvimento de um museu no âmbito de uma instituição correlata, a Biblioteca do GOB ou mesmo o uso desse espaço para a guarda/exposição do acervo de caráter museológico. Isso demonstrado tanto em relação à existência de objetos históricos em exposição,

³³ O relógio estava em um nicho no espaço da Biblioteca conforme visita realizada ao Palácio do Lavradio em 2018.

quanto no que se refere a uma visitação pública, mesmo que restrita a membros da maçonaria. Portanto, o Museu Maçônico, nesse período, parecia ocupar uma sala da Biblioteca. A alusão ao conceito de “instituições híbridas” de Hedstrom e coautores (2004) encontra aqui forte sugestão para aplicação. Isto faz refletir sobre a hipótese do desenvolvimento de coleções de caráter museológico inserido nos domínios da Biblioteca do GOB.

Além disso, a situação relacionada ao arquivo, biblioteca e museu no âmbito do GOB assemelha-se àquelas encontradas em alguns dos museus apresentados no capítulo anterior, nos quais não havia delimitações claras sobre o papel ou a guarda específica de cada um desses organismos, tais como nos casos do Museu do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, como destacado por Freitas (2009), e do Museu criado no interior do Arquivo Nacional.

Tais questões relativas à constituição de uma biblioteca, o esforço na preservação de um patrimônio histórico e as preocupações relativas à guarda de documentos e livros históricos fazem questionar quais foram as iniciativas voltadas para a criação de um museu maçônico na instituição. A próxima seção será dedicada a investigar detalhes sobre o processo de formação de um museu maçônico no âmbito do GOB, a partir das referências documentais.

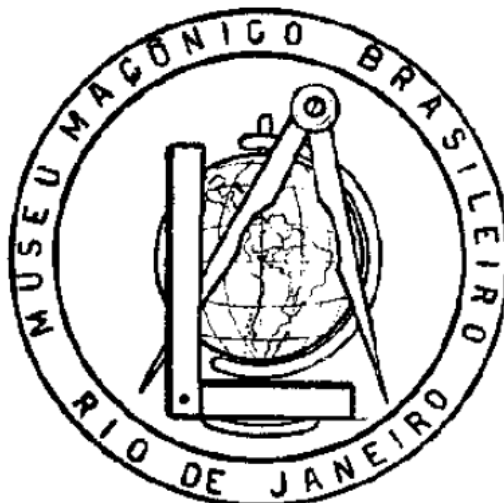
2.3. O Museu Maçônico Brasileiro: em busca da consolidação

Enquanto para outros organismos culturais do GOB, como a já citada Biblioteca, há, por exemplo, uma criação formal em âmbito institucional, em relação ao Museu Maçônico não há nenhuma documentação oficial, até meados do século XX, estabelecendo sua criação. Vimos que há algumas referências a acervos históricos no âmbito da Biblioteca do GOB, um arquivo, doação de medalhas à instituição e até a citação de um Museu anexo à Biblioteca. Resta-nos aprofundar as questões relativas especificamente ao Museu Maçônico.

O Museu Maçônico Brasileiro, cujo timbre segue abaixo ilustrado (IMAGEM 5), assim nomeado no *Boletim Oficial nº1* de 1960 pelo seu então diretor, Ariovaldo Vulcano (1915-1988), tem sua data de fundação desconhecida. Vulcano, ao apresentar um artigo com apontamentos sobre o Museu Maçônico, nesse mesmo

boletim, afirma que não há nenhum documento oficial que estabeleça a criação do museu na estrutura do Grande Oriente do Brasil. Esse texto apresenta também indícios que encaminham um olhar especial para os *Boletins Oficiais* do início do século XX.

IMAGEM 5 - Primeiro timbre do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio



Fonte: Digitalização do autor, *Boletim Oficial* nº9 de 1960.

Outras fontes também foram consultadas para corroborar esses indicativos. No *Livro Maçônico do Centenário* (BASTOS; CARAJURÚ; EVERARDO, 1922, pp. 260 - 280), por exemplo, escrito em 1922, há uma relação de todos os decretos estabelecidos no âmbito do GOB até aquela data e em nenhum deles se faz referência a um museu. Além disso, na análise detalhada realizada dos anuários, constituições e regulamentos da Ordem até 1960, não foi encontrada nenhuma referência a documento ou ato legal estabelecendo um museu na estrutura da instituição.

A primeira referência ao Museu Maçônico, segundo Ariovaldo Vulcano, data do ano de 1933. No *Relatório do Grande Tesoureiro Geral da Ordem*, organizado pelo Dr. Carlos Castrioto Pinheiro, há uma relação de objetos históricos encontrados em vitrines no Palácio do Lavradio, em específico na Portaria e no Salão Nobre do soberano Grão-Mestre. Esse relatório também citava a inexistência de informações sobre a origem da maior parte dos objetos, seus doadores, a data de incorporação, estando as pinturas, bustos, retratos e outras obras de arte que

estavam nas galerias e templos na mesma situação. O Dr. Carlos Pinheiro é considerado, por Vulcano, como o primeiro organizador do Museu, pois atuou na organização e catalogação das peças, ao fazer, como descrito no relatório, o levantamento histórico dos objetos, descrevendo-os e buscando suas origens. Nesse documento, segundo Vulcano, há também a sugestão do tesoureiro para a criação de uma comissão com foco em organizar o Museu, porém nos Boletins do período não há nenhuma menção a tal mecanismo.

A preocupação de Carlos Castrioto em relação ao acervo do Museu tinha relação com suas práticas colecionistas. No *Jornal do Commercio* - RJ de 18 de julho de 1954 há uma referência ao leilão de sua coleção colocada à venda por seus herdeiros após seu falecimento. Essa coleção era composta de pinturas de artistas nacionais e internacionais, como Pancetti, Henrique Bernardelli, Taunay, Pedro Weingärtner, Eduardo Sá, Eduardo de Martini (artista inclusive presente na coleção existente do Palácio do Lavradio); mobiliário francês e em estilo D. João V; além de porcelanas, cristais, prataria, tapetes, joias e peças do período imperial.

Arioaldo Vulcano, porém, no *Boletim Oficial* nº9 (1960, p. 38) apresenta uma retificação da informação sobre a primeira referência ao Museu Maçônico no âmbito do Grande Oriente do Brasil. Chama a atenção o fato de Vulcano estar procurando as origens do museu, investigando inclusive a documentação institucional. Na ocasião informa que

A designação MUSEU MAÇÔNICO, pela primeira vez encontramos-la na MENSAGEM lida pelo Sob.: Gr.: Mestr.: Veríssimo J. da Costa perante a Sob.: Assembléia Geral do G.O.B. em 25.6.1917, onde diz que 'deve ser fundado o MUSEU MAÇÔNICO', e sendo muito curioso o fato de já constar do Balanço de 31.12.1916, anexo ao Relatório do Pod.: Gr.: Thesour.: Ger.: da Ordem, um item no ATIVO, textualmente assim: 'MUSEU MAÇÔNICO — Saldo desta, valor existente 6:5475000' sinal evidente de que o MUSEU MAÇÔNICO, embora ainda não instalado oficialmente, 'de facto' já existia (destaques do autor).

Tais menções ao Museu Maçônico, no balanço patrimonial de 1916 e na mensagem do Grão-Mestre Veríssimo da Costa, apontam a existência ou a iniciativa para a criação de algum espaço destinado a abrigar alguns bens caracterizados como espaço museal no período.

A partir da análise da mensagem do Grão-Mestre Veríssimo José da Costa, citada por Arioaldo Vulcano, observa-se que, de fato, até 1917 parece não haver um Museu Maçônico no Grande Oriente do Brasil. Nesse documento, há uma

declaração do mandatário da instituição que evidencia isso. Em parte da mensagem, Veríssimo José da Costa dedica-se a apresentar uma proposta de criação do museu, elucidando alguns pontos relevantes para o entendimento da situação da instituição no período, a qual transcrevemos abaixo.

Tendo essa Sob.: Assembl.: apresentado numa de suas sessões do anno proximo passado, a idéa de ser festejado o centenario da fundação do Gr.: Or.: do Brasil, a realizar-se em 17 de junho de 1922, e se achando actualmente em estado florescente a nossa bibliotheca, é muito natural que desde já a Sob. Assembl. autorise o Poder Executivo do Gr.: Or.: a fundar o Museu Maçonico, afim de que este tenha tempo para se dirigir não só às lojas, delegacias e Grandes Orientes Estadoaes, como aos orientes estrangeiros, pedindo exemplares diversos de cartas patentes desde as mais antigas até as actuaes, de diplomas, medalhas, photographias de maçons celebres, de pedras cubicas dos diversos ritos já extinctos, de edificios maçonicos antigos e dos actuaes, de paineis de grãos que existiram, do sonho de Cyro, de fitas antigas e de abetas, de estandartes, de bustos de bronze ou de gesso de maçons celebres, Clepsydras, etc., finalmente tudo que for possivel de obter para, conjunctamente com as suas respectivas datas, fazerem parte do museu. Desta maneira o Gr. Or. proporcionará mais um ponto de entretenimento para os Ilr. que de longe vierem participar das festas do centenario, como mesmo facilitará aos nosso Ilr. do Poder Central a se illustrarem nos conhecimentos das grandes collecções dos objectos maçonicos, assim adquiridos, e ainda a todos que o visitar.

A partir do relato do gestor máximo da instituição, nota-se que, apesar de já existirem referências ao museu nos balanços patrimoniais (há menção nos anos de 1907, 1908, 1911 e de 1912 a 1916) anteriores ao registro, parece não haver de fato um museu. Por outro lado, diante do paralelo em relação à biblioteca, há uma convocação do Grão-Mestre para que se crie formalmente a instituição, pedindo inclusive o aval da Soberana Assembleia Geral. Interessante também é a percepção da estratégia e entendimento do museu enquanto mecanismo de memória e “entretimento” no âmbito da celebração do centenário da instituição. Como apresenta Ana Abreu Gomes e Margaret Lopes em relação ao estabelecimento dos eventos centenários, estes

seriam indicativos de uma nova maneira das sociedades se relacionarem com o seu passado; poder-se-ia observar aí uma nova função social para o passado sendo capaz de integrar presente e passado ao construir uma narrativa sobre esse passado que dê sentido ao presente, na dimensão da coletividade, afinal comemorar é lembrar junto (GOMES, LOPES, 2020, p. 22).

Além disso, observa-se uma busca por antecipar a constituição do museu, com a finalidade de, em tempo hábil, adquirir objetos e coleções para comporem o

acervo do museu. A campanha para aquisição proposta, como se observa, teria como base objetos e documentos pertencentes a lojas, delegacias e Grandes Orientes Estaduais, além de instituições maçônicas internacionais. O entendimento da composição do acervo maçônico assemelha-se àqueles já observados em museus maçônicos, como apresentado no capítulo anterior. Sua constituição compreendia a guarda de documentos, como as cartas patentes e diplomas, fotografias e bustos de personagens ilustres, medalhas, além de objetos simbólicos e ritualísticos, como pedras cúbicas, painéis de grau, fitas, estandarte que fossem históricos.

Mesmo que de forma efêmera, o referido Museu Maçônico idealizado pelo Grão-Mestre Veríssimo José da Costa, parece ter sido criado. A iniciativa, inclusive, partiu do próprio mandatário, pois o Museu havia sido instalado no próprio gabinete do Grão-Mestre. No artigo denominado "Um documento importante", do Ticiano Corregio Daemon, Grande Secretário-Geral da Ordem e redator do Boletim, é feita referência a uma prancha datada de 8 de junho de 1877 do Padre Eutychio Pereira da Rocha, maçom Grau 33, atestando a colação de Grau 18 de um maçom. Segundo o redator, esse documento histórico estava "achivado no museu" do Gabinete do Grão-Mestre, "podendo ser visto pelos nossos eternos adversarios, si, depois de quanto fica dito ainda duvidarem de ter sido Operario da Arte Real o Padre Eutychio Pereira da Rocha" (*Boletim Oficial nº 10*, 1918, p. 1123-1124).

Outra menção é encontrada no *Boletim Oficial nº 12* de 1918. Nesse volume foi informado o recebimento de um documento histórico para o Museu do Gabinete do Grão-Mestre. Tratava-se da doação, realizada por Vitalino Candido de Almeida, de um diploma do Grande Colégio dos Ritos do Grande Oriente do Brasil, conferindo o grau de Soberano Príncipe Rosa Cruz ao maçom Pedro Brasil, vigário de Saubara - Bahia, datado de 12 de março de 1843 e assinado pelo Visconde de Albuquerque, Grão-Mestre do GOB e por José Clemente Pereira, Grão-Mestre Adjunto. Ticiano Daemon reitera que o

documento, quer pelo nome do Ir. a quem pertenceu, quer pelos dos de seus subscriptores, é uma reliquia preciosa a enriquecer o Museu Maçônico, o que devemos ao zelo e obsequio do Pod. Ir. Vitalino Candido de Almeida, a quem o Sob. Gr. Mestre mandou agradecer tão valiosa oferta. (*Boletim Oficial nº 12*, 1918, p. 1410).

Não obstante a existência “momentânea” do desejado Museu Maçônico do Grão-Mestre Veríssimo José da Costa, ao se analisar os documentos subsequentes, bem como, aqueles relativos às comemorações do centenário, não encontra-se nenhuma menção ao Museu Maçônico, sua criação, outras doações ou tentativas de seu estabelecimento. Em 1918, de fato, chegou-se até a ser criada uma Comissão do Centenário com 21 membros. Mas como inclusive o historiador maçônico José Castellani relata “não houve, estranhamente, nenhuma festividade - apenas a cunhagem de medalhas” (CASTELLANI, 2009, p. 187) e a edição do *Livro do Centenário*.

Nova menção ao museu só é encontrada em 1935. Trata-se da criação de uma comissão para estudar os balanços da instituição e proceder a avaliação dos móveis e utensílios do GOB, da Biblioteca, do Museu Maçônico, do edifício do Palácio do Lavradio e do Orfanato mantido pela instituição.

Assim, como os indícios sugerem, houve uma movimentação inicial em relação ao museu nas décadas iniciais do século XX, cuja existência permeia a constituição de um acervo exposto em algumas vitrines, bem como um espaço no próprio Gabinete do Grão-Mestre destinado à guarda de documentos históricos. E “o museu tão promissora e iniciada entrou em sono profundo”, como declarou Ariovaldo Vulcano no texto supracitado.

Durante mais de 20 anos, tais vitrines parecem ter “parado no tempo” e permanecido no mesmo local com os mesmos itens. Tal sugestão, encontra-se na declaração de Ariovaldo Vulcano sobre o início de seus trabalhos à frente do museu. Na ocasião, a iniciativa partiu do próprio Ariovaldo Vulcano, que, em 1957, solicitou junto ao Grão-Mestre Cyro Werneck e ao Grande Chanceler da Ordem, General Severo Coelho de Souza, autorização para “revigorarmos” o Museu Maçônico. Aceita a propositura, como relata, Ariovaldo Vulcano conferiu se os objetos citados no relatório constavam nas vitrines, estando, segundo ele, tudo conforme informado.

A partir disso, percebe-se também que o museu e o seu patrimônio/coleção estavam sob a gestão da chancelaria, como também se observa na Constituição de 1953. Em seu artigo 78 declara que compete à Grande Chancelaria Geral da Ordem “guardar sob sua responsabilidade, e preservar a segurança” os Arquivos Históricos da Ordem Maçônica no Brasil, os arquivos das Grandes Secretarias de

Relações, dos manuscritos, quadros e arquivos de Oficinas ou Altos Corpos que tenham os seus trabalhos encerrados, bem como os “objetos e relíquias preciosas que instruem e iluminam a história da Instituição e a história do próprio País” (p.41).

Então, em 1957, Ariovaldo Vulcano assumiu a direção do Departamento de Domínio Maçônico por meio do Ato nº 2.514 de 16 julho de 1957 do Grão-Mestre Cyro Werneck, ficando no cargo até o ano de 1959. Como Diretor do Departamento de Domínio Maçônico, Ariovaldo Vulcano, como visto, passou a ter também a atribuição de zelar pelo Museu Maçônico. Assumindo, tal qual nos informa, uma "responsabilidade pessoal da reorganização do museu", Ariovaldo Vulcano torna-se o primeiro Diretor do Museu Maçônico, permanecendo à frente do espaço até 1961. É a partir da sua gestão frente ao museu que encontramos também a maior quantidade de informações relativas ao Museu, o que sugere uma atuação e dedicação do seu responsável, no que se refere às ações preservacionistas, à ampliação do acervo (como veremos no próximo capítulo), à divulgação da instituição, ao aprimoramento das atividades, à reorganização e, como já visto, na sua busca pelas origens da instituição.

Ariovaldo Vulcano nasceu em Bragança Paulista – SP em 26 de julho de 1915 e faleceu em 19 de outubro de 1988. Foi médico e professor universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sendo também Diretor do Departamento de Ciências Morfológicas, e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), entre 1961 e 1964, de Histologia e Embriologia. Foi iniciado na maçonaria no dia 30 de janeiro de 1953 na Loja Estrela do Rio, Rio de Janeiro. Exerceu o cargo de Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Brasil para o Rito Escocês Antigo e Aceito, foi membro do Conselho Federal da Ordem e Vice-Presidente e Presidente da Soberana Assembleia Federal no GOB. Nos relatos sobre sua vida maçônica há diversas referências a sua educação, cultura e polidez no tratamento dispensado aos seus pares e maçons.

A dedicação do Diretor ao Museu Maçônico é percebida em sua busca por aperfeiçoamento e inserção na área museológica. Em um dos documentos, Ariovaldo Vulcano informa a sua participação no II Congresso Nacional de Museus de 1959, ocorrido em São Paulo e organizado pela Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (Onicom). Além de participante, realizou uma apresentação sobre o Museu Maçônico, com relato sobre a sua existência, as

atividades e seu acervo, oferecendo, inclusive, apoio a outros museus para a catalogação de itens maçônicos de suas coleções. Como nos informa Natália Biserra (2017), ao estudar os primeiros Congressos Nacionais de Museus em sua dissertação, nesses eventos ocorriam

discussões sobre políticas públicas voltadas para os museus, bem como para a regulação do exercício profissional de museólogo. Nesse sentido, as organizações dos primeiros eventos da área surgiram com o intuito de aglutinar os técnicos e, por isso, abriram caminho para gerações futuras de museólogos na prática associativa (BISERRA, 2017, p. 75).

Ao observar o contexto do período, percebe-se que o Museu Maçônico, como os documentos apresentam, não possuía dotação orçamentária própria. Contudo, em 1959, a partir do aumento de visibilidade do museu e adaptações da estrutura do espaço, observados na gestão de Vulcano, foi estabelecida uma rubrica específica para o museu. Na "Exposição da Gr. Tesouraria Ger. da Ordem" (*Boletim Oficial nº11*, 1958, p. 29), assinada pelo Grande Tesoureiro Geral da Ordem Raul Garcia Cal, de 19 de outubro de 1958, com explicações e proposta para o orçamento de 1959, consta como sugestão a criação de uma rubrica específica para o Museu Maçônico, com valor de Cr \$50.000,00 para atender "às despesas com a reorganização e ampliação deste importante setor, que já foi substancialmente melhorado". O que foi prontamente atendido, conforme se observa na Lei nº 1.818 de 23 de dezembro de 1958, que determina o orçamento para o ano 1959. Nesta consta o referido montante para o Museu Maçônico, além de Cr\$30.000,00 para a Pinacoteca e de Cr\$20.000,00 para a Biblioteca.

Nos anos subsequentes, o Museu continuou a ter dotações orçamentárias. Em 1962, houve rubrica para o Museu Maçônico de Cr\$50.000,00; Pinacoteca: Cr\$30.000,00. Além dos valores para o museu (Cr\$50.000,00) e pinacoteca (Cr\$60.000,00), em 1963 foi estabelecida uma rubrica para conservação do prédio no valor Cr\$50.000,00. Depois de um período sem menção, encontra-se novamente, no orçamento para os anos de 1971 a 1974, os valores de Cr\$5.000,00, destinados ao Museu.

Em relação ao espaço físico utilizado pelo Museu Maçônico, não havia um local exclusivo para a exposição do acervo. Como nos informa Ariovaldo Vulcano, eram aproveitadas "todas as dependências usáveis do velho casarão tradicional que serve como Sede à Maçonaria, há mais de um século" (*Boletim Oficial nº 1*,

1960, p. 38). Assim, o acervo estava disposto nas galerias, gabinetes, salões, hall de entrada e na sala da biblioteca. Observa-se isso na fotografia (IMAGEM 6) do Grão-Mestre Cyro Werneck no Salão Nobre, espaço onde se reunia o Conselho Federal da Ordem, cercado por diversos objetos históricos, como o busto do Visconde do Rio Branco, estandarte do GOB, espadas, o trono de Grão-Mestre do século XIX, pintura dos Grão-Mestres Joaquim Rodrigues Neves e José Moreira Guimarães.

IMAGEM 6 - Grão-Mestre Cyro Werneck no Salão Nobre do Palácio do Lavradio



Fonte: Digitalização do autor, *Anuário do GOB* de 1959.

Acrescenta-se que o diretor buscava um espaço específico para o Museu, mas que, como cita, “não poderemos fazer nenhuma adaptação porque para nossa grande tristeza, o prédio vai desaparecer.” Fazia ele referência à exigência de desapropriação e demolição do Palácio do Lavradio ante o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, questão tratada com maior profundidade na próxima seção.

Somente em 1965, tem-se uma referência a um espaço expositivo próprio para o Museu Maçônico. No “*Guia do Visitante da Exposição do IV Centenário*” ao apresentar o acervo existente no Palácio do Lavradio, é informado também os diversos locais onde havia objetos em exposição, dentre esses o vestíbulo, a escadaria, o salão do Conselho Federal da Ordem, o Gabinete do Grão-Mestre, o Templo Maçônico, além de haver no corredor pinturas e vitrines. Ao se referir ao Museu Maçônico menciona, pela primeira vez, uma sala de exposição “permanente” para o acervo (*Boletim Oficial nº 1 a 3*, 1965, p.18).

A gestão de Ariovaldo Vulcano, como se nota, tornou-se um marco para a consolidação do Museu Maçônico, podendo ser compreendido como um organizador da informação no âmbito do museu, como se verá no próximo capítulo. Sua atuação à frente do Museu Maçônico Brasileiro foi diversas vezes elogiada pelo próprio Grão-Mestre. Em uma dessas menções, na Mensagem nº 14 apresentada à Assembleia Federal Legislativa em 23 de junho de 1958, o Grão-Mestre Cyro Werneck cita, na parte final, "o incansável Diretor do Domínio Maçônico (Dr. Ariovaldo Vulcano), cujo relatório será oportunamente divulgado e cujo magnífico trabalho pode desde logo ser verificado pela reorganização do nosso Museu Maçônico” (*Boletim Oficial nº 6*, 1958). Reconhecido por gestores e pares do período, como um dirigente destacado à frente do museu, foi também selecionado para ser patrono do Museu Maçônico criado em Brasília. Inaugurado em 1995, recebeu o nome de Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano por meio do Decreto nº 16 de junho de 1995.

Com a gestão do Museu estabelecida no âmbito do Departamento de Domínio Maçônico, sob a direção de Ariovaldo Vulcano, tem-se assim evidenciada a vinculação formal do museu à alguma estrutura na esfera institucional do GOB. Essa estrutura administrativa foi criada em 1938 por meio do Ato nº 1.525, durante a gestão do Grão-Mestre José Maria Moreira Guimarães. Teve como primeiro diretor o maçom Alexandre Brasil de Araújo, nomeado pelo Ato nº 1.542 de 1938. Dentre as responsabilidades do departamento, conforme o Ato nº 1.296 que regulamentou o seu funcionamento, estava a de gerenciar o Tesouro Geral da Ordem, procedendo ao registro de todos os bens imóveis, tombamento dos bens móveis, objetos, utensílios, alfaias. No artigo 7º desse ato, há ainda o estabelecimento da competência de providenciar, por meio de investigações e

sindicâncias, a situação das lojas que fossem fechadas, observando-se qual o destino dos bens imóveis, móveis, alfaias, utensílios e arquivo.

Em 1960, chegou-se até a ser organizado um projeto de resolução, organizando a estrutura do Museu Maçônico Brasileiro, bem como a Biblioteca, que seria submetida à aprovação da Assembleia Legislativa, mas não encontramos o texto do dispositivo. Assim, a vinculação do Museu Maçônico a uma estrutura administrativa só é formalmente estabelecida pela Constituição do GOB de 1962. Neste instrumento é feita a separação em relação às atribuições da Chancelaria e do Departamento de Domínio Maçônico.

Segundo o texto constitucional seria responsabilidade da Grande Secretaria Geral da Guarda dos Selos:

I - preservar em segurança os arquivos históricos da Ordem Maçônica no Brasil; conservar os manuscritos, quadros de Obreiros, livros de atas e de presenças e demais documentos Lojas ou Altos Corpos que tenham cessados os seus trabalhos, temporária ou definitivamente (art. 90, p.33).

Já o Departamento de Domínio Maçônico, órgão diretamente subordinado ao Grão-Mestre, tinha a incumbência de “atender aos negócios dominiais da Ordem”, cabendo ao seu diretor:

I - zelar pelo patrimônio da Ordem;
II - proceder ao registro dos bens imóveis do GOB;
III - manter atualizado o tombamento dos bens móveis, utensílios e alfaias do GOB, inclusive a Pinacoteca e o Museu Maçônico, e velar por sua conservação (art. 92, p.33).

Acompanhando as adaptações institucionais, políticas e culturais no âmbito do GOB, percebe-se uma maior inserção do Museu Maçônico na estrutura da instituição nos anos seguintes. Na Constituição do GOB de 1967, encontramos, por exemplo, as competências do Museu Maçônico e sua vinculação administrativa descritas com maior clareza. As competências da Grande Secretaria Geral da Guarda dos Selos e do Departamento de Domínio Maçônico permaneceram as mesmas determinadas na Constituição do GOB de 1962. A grande inovação é trazida com a criação da Grande Secretaria Geral de Cultura e Orientação. Segundo o artigo 101, esta tinha como objetivo “incentivar e estimular a cultura maçônica em geral, através de cursos especializados e de extensão universitária; apoiar a prática dos desportos e recreações educativas”, estando sob sua tutela o

Instituto Maçônico de Estudos Superiores (IMES), a Editora Maçônica, o Serviço de Imprensa e Radiodifusão, Departamento de Desportos e Recreação Educativa, o Museu Histórico e a Biblioteca. Para cada um desses órgãos seriam, conforme o texto da constituição, nomeados diretores conforme a escolha do Grande Secretário Geral de Cultura e Orientação e aprovação do Grão-Mestre Geral da Ordem.

As competências específicas do denominado Museu Histórico foram elencadas pela primeira vez em texto constitucional ou formal no âmbito do GOB. Conforme o artigo 108, competia ao Museu

recolher, classificar e expor ao público objetos e documentos de importância histórica e valor artístico, principalmente os relativos ao Brasil; concorrer por meio de pesquisas, estudos, cursos, conferências, comemorações e publicações, para o conhecimento da História Maçônica e da História Pátria e o culto das nossas tradições; ministrar cursos de museus (p.36).

No *Regimento Geral da Ordem* de 1970 observam-se as mesmas competências para o Museu Maçônico, com mudança apenas na terminologia da última parte que passou a ser “ministrar cursos de museologia”. Esta última uma proposta destacada para o museu, não havendo, contudo, nenhum registro de sua realização na instituição.

Não obstante uma já consolidada estrutura do Museu Maçônico em âmbito institucional, com acervo (como veremos no próximo capítulo) e exposições, este órgão parecia ser ainda desconhecido do público não maçônico. Em notícia do *Jornal Diário de Notícias*, de 9 de março de 1965, é informado que o GOB “inaugurou na sua sede central da rua do Lavradio, 97, o Museu da Maçonaria, abrindo suas portas à visita pública, fato que ocorre pela primeira vez, permitindo ao povo conhecer algumas das raridades de propriedade dos maçons” (p. 2). Tratava-se, como será melhor descrito no próximo capítulo, da exposição comemorativa por ocasião do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, em outra menção em jornais do período, já em 1974, encontramos uma identificação do Museu Maçônico como fonte sobre a história da maçonaria. Na reportagem *“Igreja e a Maçonaria: o fim de uma guerra de 200 anos”* do *Jornal do Brasil* de 18 de outubro, ao apresentar um relato sobre a questão religiosa envolvendo a maçonaria e a Igreja Católica, desde o século XIX, é mencionada a

quantidade de padres maçons na história do Brasil, citando o Museu Maçônico como fonte das informações.

Após a saída de Vulcano da direção, continuamos encontrando referências constantes ao museu nos Relatórios de Gestão. Em 1963, ao apresentar o Relatório relativo ao exercício dos anos de 1962-1963, o Grande Secretário-Geral de Administração, Altamiro Meireles Grilo, informa que o Departamento de Domínio Maçônico estava sob a gestão de Mauro de Faria Becker e, por conseguinte, também cuidava dos assuntos relacionados ao Museu Maçônico. E, ao trazer informação sobre esse órgão, Altamiro Grilo menciona que este constituía "uma parte histórica do GOB. Tem merecido elogios de quantos o visitam, embora um pouco abandonado pelo seu orientador." (*Boletim Oficial nº 4 a 6*, 1963, p. 41).

Em 1970, os gestores do GOB já se preparavam para as celebrações do sesquicentenário da instituição. Assim, segundo o Relatório do período, o Palácio Maçônico passava por um processo de restauração. No período, foi construído um espaço para guarda de "arquivos raros, bem como livros antiquíssimos e onde funcionará parte da Grande Secretaria Geral da Guarda dos Selos". O Grande Secretário Geral de Cultura e Orientação do período era Luiz Braga Mury, que ficou no cargo até 1973, retornando ao posto em 1976. Sob sua gestão, encontram-se diversas referências relacionadas ao Museu Maçônico, tais como a melhoria dos espaços e o restauro e higienização de objetos do acervo. O Arquivo e a Biblioteca também receberam apoio do Secretário, que trabalhou para a reestruturação dos espaços e catalogação das obras, contando inclusive com o auxílio de Mirtes Maria Freire, bibliotecária da Biblioteca Nacional.

O Museu Maçônico, a partir de 1971, teve como diretor o Coronel da Polícia Militar Alberto Santos Duque Estrada Meyer. À frente do museu, trabalhou na restauração de pinturas e na reestruturação do mobiliário da exposição. Fato curioso é citado no Relatório do referido ano, onde informa que foi "determinada uma busca para apreensão de um busto, em bronze de George Washington e um retrato de D. Pedro I" (*Boletim Oficial nº 11 e 12*, 1971, p. 69). O que mostra uma atenção relacionada ao controle do acervo.

A partir de 1976, encontram-se referências aos visitantes do Museu Maçônico. Segundo o relatório do Secretário Luiz Mury, o número de visitantes havia crescido. Os dias de maior visitação ocorriam, sobretudo, nos dias de

solenidades comemorativas. Em 1977, por exemplo, a instituição recebeu 1075 visitantes, entre autoridades maçônicas estrangeiras e nacionais, maçons e não maçons, entre civis e militares. Já em 1978 foram contabilizadas 754 visitas em dias comuns e 172 em sessões magnas.

Também a partir desse ano, o Museu passou a ficar sob os cuidados pessoais do Grande Secretário, diante da falta de pessoa interessada em “lidar ou dedicar-se à conservação e segurança de todo o seu histórico e variado material”, conforme seu relato. A Grande Secretaria contava apenas com um funcionário responsável por todo o serviço administrativo da própria repartição, da biblioteca e da datilografia. Luiz Mury também faz menção ao não atendimento de solicitações referentes a confecção de vitrines (que pelo visto continuou na mesma situação até 1978) e reparo no forro do teto e assoalho do salão do Museu, para o qual tinha inclusive uma proposta de ampliação.

Na visão de Luiz Mury, o último responsável pela instituição no período estudado, o Museu Maçônico, bem como a Biblioteca, tinham importância vital para o GOB. Isso que justificou seu esforço na melhoria das condições dos órgãos sob sua tutela. Houve no período, inclusive, solicitações direcionadas às lojas maçônicas com pedidos de membros da ordem interessados e detentores de conhecimento especializado sobre o tema para atuarem no Museu.

Tendo sido o Grão-Mestre Osiris Teixeira empossado no cargo em 24 de junho de 1978, providenciou, logo de início, a transferência da sede do GOB para Brasília. Assim, em 13 de julho foi realizada a mudança de parte da estrutura administrativa do grão-mestrado, envolvendo as Secretarias Gerais, o Conselho, os Tribunais e a Soberana Assembleia. Continuaram instalados no Palácio Lavradio, contudo, a Secretaria de Cultura, bem como o Museu e a Biblioteca com seus respectivos acervos.

Diante do apresentado, nota-se o desenvolvimento do Museu Maçônico segundo o padrão “tradicional” como classificado por Pomian (1990). Os museus que assim são constituídos, como visto no capítulo anterior, apresentam seu desenvolvimento a partir do estabelecimento de coleções institucionais, muitos deles, inclusive, vinculados a momentos de comemoração. Assim, no caso do Museu Maçônico, houve alguns momentos em que tal nomenclatura esteve associada a uma coleção, bem como sua maior evidência esteve associada a

momentos comemorativos da instituição. Além disso, como apresentado por Pomian, tais processos também se relacionam com uma progressiva mudança do estatuto do edifício enquanto monumento. Na próxima seção, serão abordados alguns aspectos relacionados ao tombamento do Palácio do Lavradio e sua vinculação com o Museu e seu acervo.

2.4. O tombamento do Palácio do Lavradio com seu museu

Em 1843, depois de adquirido, em 1840, pela Sociedade Glória do Lavradio, formada pela união de várias lojas maçônicas do Rio de Janeiro, o Palácio Maçônico do Lavradio (IMAGEM 7) torna-se a sede do Grande Oriente do Brasil, durante a gestão do Grão-Mestre Visconde de Albuquerque. A planta inicial do edifício é atribuída ao arquiteto francês Auguste Grandjean de Montigny (1776-1850), cuja proposta original era edificar um teatro. Comprado pelo ator Vitor Porfirio Borja, a construção do sonhado espaço cultural não foi concluída. Assim, após sua aquisição pela maçonaria, a construção do edifício foi concluída e adaptada para os interesses da instituição.

IMAGEM 7 - Vista da fachada do Palácio do Lavradio na década de 1920



Fonte: *Livro maçônico do Centenário* (BASTOS; CARAJURÚ; EVERARDO, 1922).

Situado na Rua do Lavradio nº 97, no centro da cidade do Rio de Janeiro e construído em estilo neoclássico com três pavimentos, o Palácio Maçônico do Lavradio foi sede do GOB até o ano de 1978. Além disso, diversas lojas maçônicas sediaram suas reuniões nos mais de 10 templos maçônicos existentes no edifício.

Na década de 1950, surgiram algumas iniciativas de adequações urbanas no Rio de Janeiro. Buscava-se, dentre outros objetivos, desafogar o trânsito no centro da cidade. Nos planos da Superintendência de Urbanização e Saneamento do Estado da Guanabara (Sursan), responsável pelos projetos de urbanização, estavam adaptações urbanísticas nas proximidades do Morro de Santo Antônio. Isso incluía desapropriar diversos edifícios da região e, dentre eles, estava o Palácio do Lavradio. Até 1969, de fato, já haviam sido demolidos 23 imóveis na Rua do Lavradio, como nos informa reportagem do Jornal *O Globo*, de 15 de fevereiro.

Assim, nesse período, surge uma série de ações, por parte dos gestores do GOB e membros da maçonaria, visando manter intacto seu edifício histórico. E, notadamente, a figura do Museu Maçônico tornou-se elemento chave para que o Palácio Maçônico continuasse existindo ao passo em que era promovida a sua monumentalidade e história. Dentre as propostas, foram realizadas tentativas de tombamento do edifício em esfera estadual e federal.

Uma das propostas surgiu em 1953 por meio do Projeto de Lei nº 3.347 de autoria do Deputado Federal Cel. João Cabanas (1895-1974), maçom filiado ao GOB. O objetivo do projeto apresentado ao Congresso Nacional era autorizar o Poder Executivo Federal a desapropriar e tomba o Palácio Maçônico do Lavradio para criar o Museu Histórico da Maçonaria, o qual transcrevemos abaixo.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a “tombar”, desapropriar e adquirir o Palácio Maçônico do Grande Oriente do Brasil, situado à rua do Lavradio nº 97, nesta cidade.

Art. 2º O Palácio Maçônico, com seus pertences e arquivos, destina-se a ser monumento nacional e museu histórico maçônico.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a estabelecer convênio com o Grande Oriente do Brasil no sentido de permanecer, como doados, todos os pertences, objetos, telas, quadros, biblioteca, joias e demais relíquias que serviram aos maçons e aos próceres da Independência, da Regência, da Abolição e da República, também maçons, D. Pedro 1º, Padre Diogo Feijó, José Bonifácio, Duque de Caxias, Visconde de Rio Branco, Quintino

Bocaiuva, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Luís Gama, Lauro Sodré, Nilo Peçanha, Lauro Muller, Campos Salles, Visconde Cayrú, e outros grandes cidadãos e estadistas brasileiros.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, a título de indenização, ao Grande Oriente do Brasil, pela cessão do Palácio Maçônico, utensílios, pertences, joias e biblioteca, a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinada a construção de um novo palácio para sede central.

Art. 5º Realizada a posse do imóvel e dos bens referidos nos artigos anteriores o Ministério de Educação organizará e regulamentará o Museu Monçônico, sua biblioteca e demais dependências para visita pública, estabelecendo, conforme faculta a lei, quadros de funcionários para sua administração e conservação.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. (*Diário do Congresso Nacional*, 1953, p. 6487).

Tratava-se de uma proposta de grande vulto, transformando o Palácio como um todo em um Museu Histórico, com estrutura administrativa vinculada ao Ministério da Educação e tendo, inclusive, um corpo de funcionários para a administração da instituição e do acervo. No texto de justificativa do projeto, é feita menção ao risco de demolição em virtude das alterações urbanísticas já citadas. No texto, a argumentação elencou a relação da maçonaria com eventos históricos nacionais, com referência à participação dos maçons em momentos históricos, como a Independência, o período regencial, a Abolição da Escravidão, a proclamação da República, bem como aos seus principais personagens. O Palácio era descrito como uma “reliquia da história pátria, testemunha viva dos fatos mais destacados da nacionalidade brasileira”, a partir da apresentação de detalhes da própria arquitetura do edifício e do acervo existente, evidenciando o valor do mobiliário histórico, joias maçônicas, os retratos e os documentos relacionados a personagens históricos. Além disso, o texto destacou a percepção daqueles que visitavam o Palácio e viam o acervo: “são unânimes em seu desejo de que se conservem intactos todos esses documentários de nossa nacionalidade”.

O projeto de Lei foi bem visto no âmbito da maçonaria. Na ata da reunião de 5 de agosto de 1953 do Conselho Federal da Ordem, encontra-se uma menção ao projeto Irmão Cel. João Cabanas para desapropriação e transformação do Palácio do Lavradio em Museu Maçônico. Na discussão, citam “ter a impressão que o Ir. Cel. Cabanas pretende beneficiar a Instituição, precisando apenas corrigir seu

projeto de lei cuja iniciativa, porém, merece nossos agradecimentos”. (*Boletim Oficial nº9*, 1953, p. 4).

Porém, o projeto não foi aprovado, sendo arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados em 16 de julho de 1953. Por outro lado, os Grão-Mestres do período buscaram outras estratégias para manter a edificação. Uma delas foi a divulgação do valor histórico do edifício, a promoção de eventos cívicos no Palácio, para os quais eram convidadas autoridades da época, bem como, a criação de exposições, cuja apresentação com maiores detalhes faremos no próximo capítulo.

O Grão-Mestre Cyro Werneck, em relatórios e discursos, mencionava com constância o Palácio, seu Museu e seu acervo. Em 1956, no Relatório apresentado à Soberana Assembleia Federal Legislativa do GOB, declara que o Palácio se constituía “não apenas como um Patrimônio maçônico de alto valor, mas uma verdadeira relíquia, um autêntico monumento histórico, do Distrito Federal e do País”.

Em 1957, o GOB foi representado pelo seu Grão-Mestre no Congresso Maçônico Internacional em Haia. No discurso, proferido por Cyro Werneck, foram feitas diversas referências ao caráter singular do patrimônio histórico da maçonaria, preservado em sua sede, dentre os quais destacam-se:

Não é de admirar, portanto, que o Grande Oriente do Brasil possua um inapreciável patrimônio histórico, recolhido ao seu Museu Maçônico. Autógrafos valiosíssimos, joias e medalhas em ouro, prata e bronze, condecorações, moedas, etc. [...] A pinacoteca do Grande Oriente do Brasil é também rica, apresentando reputadas pinturas de De Martino e Rocha Fragoso, sobre a guerra do Paraguai, retratos a óleo, em tamanho natural, de personalidades maçônicas, e um Quadro sobre a ‘Morte do Imperador’. São dezenas de telas de grande valor. Há ainda bustos e estátuas, em mármore e bronze, obras de arte, guarnecendo o Templo Nobre, a Sala do Conselho, os 9 Templos de Lojas, os halls e as galerias da Sede Central. A biblioteca reúne obras de grande preço, algumas raríssimas e de inestimável valor. Seu total ultrapassa de 2500 obras. O próprio prédio, em que funciona o Grande Oriente do Brasil [...] é centenário, em estilo colonial português, construído pelos maçons em 1843. Nele foram tomadas, através do tempo, muitas deliberações importantes para a Ordem e para o país.

Nos planos de Cyro Werneck também estavam, em caso de derrota na defesa do edifício, a criação de um novo Palácio no Rio de Janeiro, havendo registro inclusive de sua planta. Além disso, com a transferência da Capital Federal para Brasília, já havia planos para, em algum momento, estabelecer a sede da instituição na nova capital. O Grão-Mestre esteve presente na inauguração de

Brasília, conforme informado no *Jornal Diário da Noite* de 23 de abril de 1960. Mas antes disso, Cyro Werneck esteve na região para receber um terreno de 30.000 m² doado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), no qual se cogitava construir uma sede administrativa para o GOB.

Já em 1965, durante a gestão do Grão-Mestre Álvaro Palmeira, para comemorar o 4º Centenário do Rio de Janeiro, realizou-se no GOB uma Convenção Maçônica Nacional, bem como se organizou a Exposição Pública Comemorativa do IV Centenário do Rio. A cerimônia de inauguração contou com a presença de diversas autoridades maçônicas, civis e militares, dentre elas o Governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

Uma tentativa de tombamento federal foi realizada pelo Grão-Mestre Moacyr Arbex Dinamarco. Segundo Prober (1986, p. 66), Dinamarco realizou inúmeras tratativas junto ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) objetivando o tombamento em nível federal, não alcançando, porém, nenhum sucesso.

Diante disso, o grão-mestrado adotou a estratégia de promover eventos cívicos, buscando o apoio político para sua empreitada. Em 1969, realizou um evento em homenagem a Duque de Caxias. A sessão festiva, realizada no Palácio do Lavradio, contou com a presença do Governador do Estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, do Ministro Aurélio de Lira Tavares e do Almirante Barros Nunes, dentre outras autoridades civis e militares, além do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon. No ano seguinte, foram realizadas outras celebrações, com sessões magnas dedicadas novamente a Duque de Caxias e em comemoração à Independência do Brasil. Essas também contaram com a presença do Governador da Guanabara, além de outras autoridades militares. Nesses eventos ocorriam verdadeiras visitas guiadas ao Palácio, nas quais eram apresentados os espaços do edifício, bem como seu acervo. Além de eventos no Palácio, em 24 de agosto de 1971, foi realizada uma grande passeata da Semana da Pátria para homenagear o Duque de Caxias, saindo do Palácio do Lavradio até as proximidades do Quartel General do Exército.

Como se observa, as articulações do Grão-Mestre alcançaram êxito. Em prancha encaminhada à Soberana Assembleia Legislativa de 20 de outubro de 1971, informou que o Palácio do Lavradio estava finalmente livre de sua demolição

total ou parcial, após tratativas pessoais e requerimentos direcionados à Sursan, pois o edifício constava no Plano Aprovado da região. Mas ainda assim, via no tombamento do Palácio do Lavradio, mesmo em nível estadual, a melhor e mais segura ferramenta para preservação do patrimônio, diante de possíveis mudanças políticas tanto na esfera do governo estadual, quanto no âmbito da maçonaria, uma vez que futuros gestores poderiam não se atentar para defesa do patrimônio histórico à ponto de vender, demolir ou transformar o edifício visando interesses comerciais. Em um trecho do seu discurso, ao discorrer sobre as tentativas de conversa com o Serviço de Tombamento e Proteção estadual, informa como foi realizado o contato e início das tratativas para o tombamento:

Felizmente, ao ensejo da inauguração da exposição de documentos relacionados com a Escravatura, no saguão do prédio onde funciona a Assembléia Legislativa da Guanabara, através dos bons ofícios do nosso prestimoso ir. Eduardo Jorge Bacil, tive o prazer de entrevistar-me com o Dr. Trajano Garcia Quinhões, Diretor do Patrimônio. Em palestra informal, falei-lhe do Palácio Maçônico e convidei-o a fazer-nos uma visita, para verificar 'in loco' as possibilidades de um possível tombamento. Logo no dia seguinte, o Dr. Trajano, numa demonstração eloquente da seriedade com que encara as suas atribuições, aqui compareceu. Da maneira mais fidalga, conosco permaneceu cerca de quatro horas, percorrendo todas as dependências desta casa, e manifestando-se encantado com os trabalhos realizados visando a conservação deste inestimável patrimônio carregado de história e de tradição.

O pedido foi formalmente encaminhado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico³⁴ via ofício do Grão-Mestre em 04 de outubro de 1971. No estudo técnico³⁵ para o tombamento realizado por Florentino Machado Guimarães, chefe da Seção de Estudos e Tombamento, foram mencionadas a participação da maçonaria na história do Brasil, por meio de diversos personagens históricos e sua participação em movimentos históricos como a Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana, Independência do Brasil, Confederação do Equador e Abolição da Escravidão; algumas características arquitetônicas do edifício e o Museu com seu acervo, o qual teve alguns itens elencados, tendo como conclusão que

a preservação deste edifício, através do tombamento representará a preservação de uma instituição que somente bons serviços tem prestado à

³⁴ Atualmente denominado Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, no Rio de Janeiro.

³⁵ Processo de tombamento da Grande Oriente do Brasil (Sede da Maçonaria) nº 03/300.410/71 disponibilizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

Nação e também, proteção a um acervo que além de valioso é importante documentário de nossa História Pátria.

Nos encaminhamentos e deliberações das equipes técnicas e conselho da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico há também diversas menções ao acervo diante de seus valores histórico e artístico como justificativa para o tombamento do Palácio.

Assim, finalmente em 20 de janeiro de 1972, ano do sesquicentenário da instituição, houve no Palácio Maçônico do Lavradio a cerimônia de assinatura do documento de seu tombamento, o qual foi inscrito no Livro do Tombo Histórico e das Belas Artes do Serviço de Tombamento e Proteção da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, por meio da Portaria "E" nº 1 de 03 de janeiro de 1972.

No evento estiveram presentes diversas autoridades maçônicas de todo o Brasil, bem como o Governador da Guanabara, Antônio Chagas Freitas, o Secretário de Cultura, Fernando Barata e o Diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, Trajano Quinhões. Nos discursos pronunciados durante o evento, percebe-se a importância do acervo preservado no interior do edifício nesse processo. Transcrevemos abaixo parte do discurso proferido pelo Governador Antônio Pádua Chagas Freitas após assinatura do documento de tombamento.

bem compreendo a razão do tombamento deste Palácio. Iniciada a construção em 1842, com destinação a teatro [...] a fachada constitui um exemplo néo-clássico brasileiro, com filiação ao renascimento italiano. Seu interior não só oferece suntuosas instalações, como reúne apreciável acervo de obras de arte: esculturas e bustos, móveis e pinturas, dentre estas "a passagem do Humaitá" e "Entrada da Esquadra em Assunção", para citar apenas dois quadros históricos e artísticos.

Outro discurso que traz tal percepção foi proferido pelo Grão-Mestre Moacyr Arbex Dinamarco, onde há referência direta ao Museu e a Biblioteca.

o ato que é hoje aqui referendado, produzirá os seus frutos. Porque é fora de dúvida o interesse que este palácio, com o seu museu, a sua pinacoteca, os seus livros raros, poderá trazer aos que nos visitam. Vetustos documentos históricos, raridades bibliográficas, tradições seculares, estilos de arquitetura singular, poderão ser justa motivação turística.

A notícia sobre o tombamento do Palácio do Lavradio foi publicada em alguns jornais do período, como no *Jornal A Notícia* e no *Jornal A Luta Democrática*. Este publicou a seguinte notícia em 21 de janeiro de 1972:

As linhas arquitetônicas do Palácio da Maçonaria, é no estilo neo-clássico brasileiro e foi inspirada no renascimento italiano, sendo construído em 1842, em terreno adquirido pela Instituição. Em uma ampla sala do seu interior, existe uma exposição permanente, e que é denominada 'Museu Maçônico', onde existem obras notáveis e de inestimável valor histórico.

Diante do apresentado, observa-se a relação direta entre o Palácio e o Museu Maçônico, entre o edifício e o acervo. As iniciativas de divulgação e ações de visibilidade do espaço tinham o Museu e seu acervo como parte integrante das propostas, como no caso das exposições, dos discursos e eventos promovidos. Diante do acervo histórico e artístico preservado na instituição, foi, inclusive, embasado e justificado o tombamento do Palácio. De modo geral, esse movimento contribuiu para a consolidação da imagem do Museu no âmbito da instituição no período.

CAPÍTULO 3 – O MUSEU MAÇÔNICO E O SEU ACERVO

Neste capítulo, a análise será focada no desenvolvimento do acervo do Museu Maçônico, explorando a trajetória do colecionismo institucional vinculada à ideia de um Museu Maçônico, observando-se as ações voltadas para a preservação e divulgação do acervo ao longo do recorte de tempo estabelecido. Assim, são apresentadas especificamente as estratégias e os processos de aquisição estabelecidos ao longo dos anos, os objetos e as tipologias encontradas no acervo, além de analisar os acervos que foram descritos nos Boletins Oficiais e as exposições que foram realizadas nos ambientes do Palácio do Lavradio.

3.1. Construção do acervo: Incorporação e procedência das coleções

Assim como diversas instituições, o GOB, ao longo de sua história produziu e recebeu documentos, adquiriu e recebeu doações de objetos. Estes foram utilizados em cerimônias, decoraram os espaços e templos ou ficaram, nas palavras de Pomian, “fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (1987, p. 53). O foco desta seção é apresentar um panorama dos processos de aquisição desenvolvidos ao longo dos anos no Museu Maçônico. Em específico, serão apresentados os objetos que foram recebidos pela instituição e que ganharam destaque ao serem incluídos nos *Boletins Oficiais*.

Ao se analisar os documentos, umas das primeiras informações relativas à guarda de acervos históricos no âmbito do GOB é encontrada já em suas atas de fundação, escritas no *Livro de Ouro* (desaparecido desde a década de 1930). Na Ata da 1ª Sessão³⁶ do Grande Oriente Brasileiro, na qual José Bonifácio foi aclamado Grão-Mestre, há referência ao livro de atas a ser lavrado em todas as “Assembleas Geraes” e da Grande Loja para “perpetuo documento”.

Como já apresentado, o GOB possuía uma Biblioteca. No *Boletim nº 1* de 1892, há a citação da autorização da despesa de criação da biblioteca, para a manufatura de estantes. Há também informação sobre a doação de 1.200 volumes,

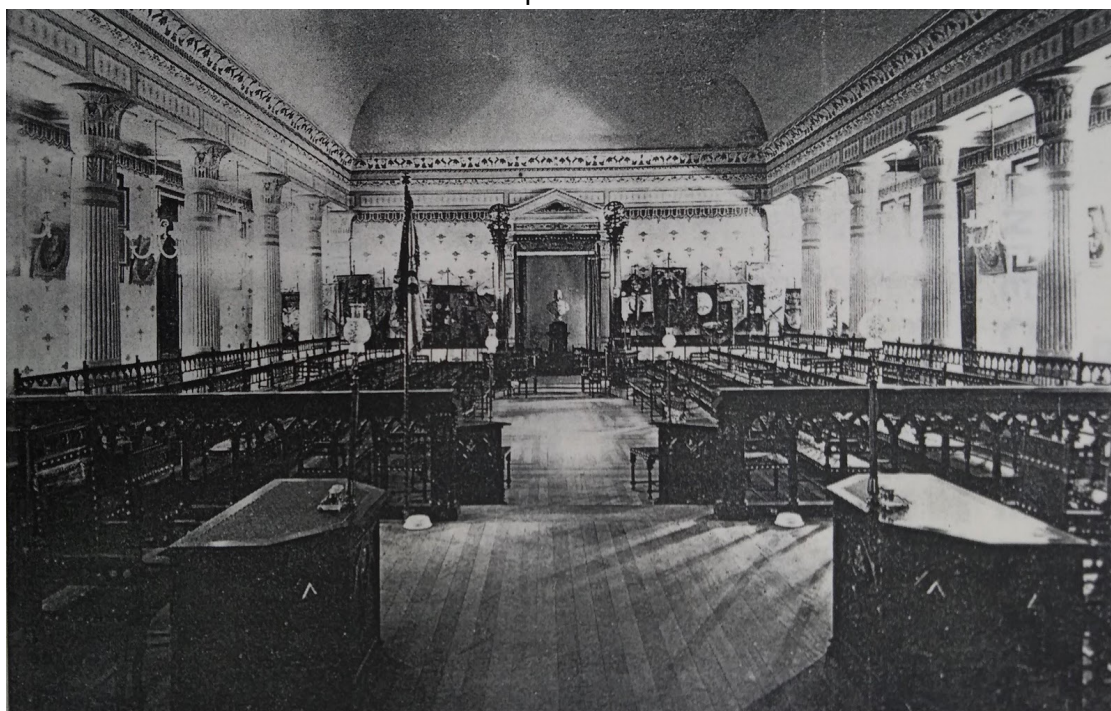
³⁶ Ata da Sessão nº1 transcrita *ipsis litteris* do “Livro de Ouro nº 1 da Ordem” datado de 1822 no *Boletim Oficial* nº 6 ano 48 de junho de 1923.

contendo obras raras, feita pela Loja Maçônica Filhos da Luz, além da preparação do catálogo que seria publicado em maio de 1892 (*Boletim Oficial nº1*, 1892, p. 35). Assim, vemos algumas movimentações relativas à incorporação de acervos, seja por doação, produção institucional ou aquisição.

Até a década de 1950, foram encontradas poucas referências relativas à incorporação de objetos e/ou itens decorativos. A primeira referência relativa a incorporação de objetos de caráter museológico é encontrada no ano de 1879. No "Extracto da sessão ordinária n.769 em 22 de dezembro de 1879 E.V.", presidida pelo maçom Antonio Alvares Pereira Coruja (1806-1889), é apresentado um agradecimento à Loja União Escosseza e ao artista e membro desta Loja, Antonio Henrique da Silva Heitor, pela oferta de 4 pinturas com os retratos de José Clemente Pereira, Marquez de Abrantes, Visconde de Cayrú e do GMG Joaquim Marcelino de Brito (*Boletim Oficial nº 12*, 1879, p. 435).

Em 1903, encontra-se uma fotografia do Templo Nobre (IMAGEM 8), inaugurado em 13 de dezembro de 1902. O "Grande Templo", como era chamado, começou a ser construído em 1901, tendo como referência o Parlamento Inglês. Na fotografia, observam-se pinturas, estandartes de lojas, mobiliário e o busto do Visconde do Rio Branco na porta de entrada.

IMAGEM 8 - Vista do interior do Templo Nobre do Palácio do Lavradio em 1903



Fonte: *Boletim Oficial nº 11* de 1903.

Como já visto, em 1906 foi encontrado, em uma seção do Boletim denominada “Museo maçônico”, a primeira referência a objetos doados a um espaço denominado museu no âmbito do GOB. Fazia referência ao recebimento de 2 medalhas do ano de 1905, doadas pela Comissão Construtora da Avenida Central no Rio de Janeiro e outra doada pela Biblioteca Nacional. Porém, nos documentos posteriores, onde encontramos uma listagem do acervo, não há menção a tais medalhas, tratando-se de um movimento isolado no contexto da instituição.

A tentativa de iniciar a constituição de um Museu Maçônico, iniciada em 1917, pelo Grão-Mestre Veríssimo José da Costa em seu gabinete, mencionada no capítulo anterior, momentaneamente possibilitou a doação de ao menos dois documentos. Diante de apontamentos sobre uma campanha de doação de objetos maçônicos para o Museu Maçônico, a partir de contato com organismos maçônicos no Brasil e no exterior, há menção de duas iniciativas de doação em 1918. A primeira se refere à doação de uma prancha datada de 1877 em que o maçom Padre Eutychio Pereira da Rocha, atesta o grau 18 de um maçom. Sobre a procedência da doação do documento é mencionado que ocorreu por intermédio da viúva de um maçom.

O outro documento, considerado uma “reliquia preciosa”, foi ofertado pelo Poderoso Irmão Vitalino Candido de Almeida. Tratava-se de um diploma do Grande Colégio dos Ritos do GOB de 1843, indicando a conquista do grau de Príncipe Rosa Cruz ao vigário de Saubara, Pedro Brasil, assinado pelo Visconde de Albuquerque, Grão-Mestre do GOB à época e por José Clemente Pereira, Grão Mestre-Adjunto. A referência ao tema da disputa entre maçonaria e a Igreja Católica, existente desde o século XIX, presente nos dois documentos, parece indicar a razão da divulgação de tais doações no *Boletim Oficial*, o que faz parecer possível ter ocorrido outras doações no período, diante do chamamento do líder maior da instituição.

Para a celebração do centenário do GOB, em 1922, houve a confecção de medalhas comemorativas. Conforme nos informa o *Boletim Oficial* do período, o trabalho de cunhagem foi executado pelo professor Augusto Girardet, catedrático da Escola Nacional de Belas Artes, cujo cunho foi enviado para a Casa da Moeda de Bruxelas, Bélgica. Houve poucos exemplares cunhados, havendo o registro de

2 em ouro e prata, além de 200 de bronze, das quais 50 seriam enviadas às Potências Maçônicas Estrangeiras, ficando as 150 restantes à disposição das Lojas da Federação. Um dos exemplares em ouro, com numeração 01, seria destinado, conforme descrito, para o “Arquivo do GOB”. Esse exemplar em ouro nunca mais foi mencionado nos documentos posteriores, havendo apenas registro do recebimento de um exemplar em prata, doado em 1957 ao Museu Maçônico por José Guedes, estando, atualmente, a medalha nº 2 no acervo do Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano, proveniente da coleção Eureka de Kurt Prober.

Cumprido destacar que o Museu Maçônico não possuía todas as medalhas cunhadas pelo GOB. No *Catálogo das duas maiores coleções de medalhas maçônicas brasileiras*, escrito por Kurt Prober, são listadas todas as medalhas cunhadas pelo GOB e também são informadas as medalhas que existiam no Museu Maçônico. E, na lista, havia menção de algumas medalhas cunhadas pelo GOB não existentes no acervo do museu. A legislação, descrita à frente, que orientava lojas, Grandes Orientes estaduais e até o Poder Central a enviarem os primeiros exemplares das medalhas para o Museu Maçônico, parece não ter sido cumprida pela própria instituição, bem como, ao longo dos anos, parece não ter havido uma visão preservacionista em relação a própria história.

Também como já indicado, nos balanços patrimoniais havia referências ao Museu Maçônico e ao que seria uma coleção. Ao visualizar a evolução dos valores (QUADRO 1), entre 1907 e 1934, parece haver um crescimento no valor dos objetos ou um acréscimo de objetos à coleção existente.

QUADRO 1 - Evolução dos valores relativos ao Museu Maçônico encontrado nos Balanços Patrimoniais

| ANO | VALOR | PADRÃO MONETÁRIO |
|---------------------------------------|--------------|-------------------------|
| 1907 e 1908 | 7:000\$000 | Réis |
| 1911 | 6:507\$000 | Réis |
| 1912 a 1916 | 6:547\$000 | Réis |
| 1933 e 1934 | 8:000\$000 | Réis |
| 1942, 1944 a 1948, 1953 a 1958 | 8.000,00 | Cruzeiro |
| 1968 e 1969 | 102.456,00 | Cruzeiro Novo |
| 1970 | 109.956,00 | Cruzeiro |
| 1975 | 112.299,00 | Cruzeiro |

Fonte: Autoria própria.

No Relatório do Grande Tesoureiro Geral da Ordem de 1933, o Dr. Carlos Castrioto Pinheiro, foram relacionados os objetos históricos que estavam em vitrines no Palácio do Lavrado e, já neste período, havia lacunas nas informações sobre a origem dos objetos, sem registros sobre seus doadores e data de incorporação. Fato é que tais objetos foram mantidos na instituição e chegaram até a década de 1950.

Durante a gestão de Ariovaldo Vulcano, fase, como visto, de reorganização e estruturação da instituição, o acervo do Museu Maçônico foi ampliado, sendo também a partir desse período encontradas diversas referências às doações recebidas, podendo a partir dessas informações, traçarmos um panorama do acervo museológico. Conforme informado no *Boletim Oficial nº 1* de 1958, as doações eram registradas em um Livro especial (p. 61). Porém tal exemplar parece ter se perdido na instituição.

Ariovaldo empregou a mesma estratégia já usada em anos anteriores pela biblioteca, de divulgar as doações recebidas, fazendo menção dos seus responsáveis, em seção especial do *Boletim Oficial*. Inclusive, ao final de cada listagem, deixava a seguinte mensagem: "o Museu Maçônico Brasileiro aceita dádivas de qualquer objeto maçônico, bem como faz permutas".

Encontram-se assim, nos boletins, diversos informativos sobre os objetos recebidos, dentre joias, medalhas, insígnias, documentos e até livros. Todos os objetos doados entre 1957 e 1960 estão listados nesta pesquisa (APÊNDICE C). Muitos objetos estão inclusive com as informações descritivas e de procedência. Assim, como indicado, ocorreram doações de lojas maçônicas de diversas partes do Brasil (QUADRO 2) e de outras internacionais, de maçons brasileiros e de outros países (QUADRO 3), além de colecionadores como Kurt Prober. Foi adquirida no final da década de 1950 a coleção de joias de grau do Dr. José Luiz de Araújo, além de medalhas da coleção do Conselheiro Zacarias de Góes (1815-1877).

QUADRO 2 - Lista de lojas maçônicas que doaram objetos ao Museu Maçônico

| | | |
|-------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Loja 2 de Julho | Loja Giuseppe Mazzini | Loja Piratininga |
| Loja 6 de Março de 1817 | Loja Hermanubis | Loja Rangel Pestana |
| Loja Alvorada | Loja Humanitas | Loja Redenção do Oriente |

| | | |
|---------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Loja Amizade ao Cruzeiro do Sul | Loja Imparcialidade e Prudência | Loja Renovadora de Barretos |
| Loja Antenor Ayres Vianna | Loja Joaquim Nabuco | Loja Segredo e Amor da Ordem |
| Loja Beckman | Loja Justiça e Perfeição | Loja Segredo e Amor da Ordem |
| Loja Caridade Santanense nº 2 | Loja Luz e Discrição | Loja Segredo e Verdade |
| Loja Cavalheiros da Cruz | Loja Luz e Discrição | Loja Theodor Hersz |
| Loja Cayrú II | Loja Luz e Discrição | Loja União e Tranquilidade |
| Loja Comércio e Ciências | Loja Mensageiros do Bem | Loja União Escosseza |
| Loja Dois de Dezembro | Loja Obreiros de Irajá | Loja Vigilância e Segredo |
| Loja Estrela de Santos | Loja Otacílio Camará | Loja Visconde do Rio Branco |
| Loja Fraternidade Lagunense | | |

Fonte: Autoria própria.

Em Relatórios do grão-mestrado há diversas menções sobre o enriquecimento do acervo do Museu Maçônico no período. Na Mensagem do Grão-Mestre Cyro Werneck de 1960 à Assembleia Legislativa, relata-se o enriquecimento do museu pela organização e novas doações de lojas, grandes orientes estaduais, grandes lojas e maçons. Já no relatório do ano posterior tem-se a seguinte descrição

merece uma especial menção esta dependência administrativa que é o Museu Maçônico Brasileiro, do Gr.: Or.: do Brasil, que vem se enriquecendo dia a dia, não só com a aquisição, mas, principalmente, com a doação generosa de medalhas, comendas, insígnias, joias, moedas e documentos históricos por parte de Gr.: Or.: Estaduais e Lojas maçônicas.

QUADRO 3 - Lista de maçons doadores de objetos ao Museu Maçônico

| | | |
|-------------------------|-----------------------------|----------------------------------|
| A. S. Beck (Inglaterra) | Edison de Oliveira Souza | Kurt Prober |
| Abelardo Albuquerque | Edmundo Martins | Lara Ribas |
| Altamiro Meireles Grilo | Feliciano Antonio M. Barros | Lourenço Fortes |
| Álvaro de Figueiredo | Francisco Bezerra | Leopoldo Vasconcelos |
| Alvaro Sousa Martins | Francisco Mesquita | Lourenço Fortes |
| Amaral | G. U. Peixoto | M. Martins |
| André Talarico | H. G. Smith | Manoel Gonzales Del Valle (Peru) |
| Antão A. Chagas | Heitor Passerine | Manoel Tenório da Silva |

| | | |
|--------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| Antonio Brito Miguel | Herros Capello | Mário Mello |
| Antonio Ignacio | Isbert Horowitz | Max Finster |
| Ariovaldo Vulcano | J. E. Milagres | Porfirio Sécca |
| Armando | J. Piazza | Romeu Cascaes |
| Astrogildo Calypso de Carvalho | João Pereira da Costa | Samuel S. Dunley |
| Augusto Pinheiro Moreira | Joaquim Amaral | Sigismundo F. Medeiros |
| Brito Miguel | Jorge Bittencourt | Soares |
| Cândido Ferreira de Almeida | José da Silva | Teófilo B. Otoni |
| Carlos A. Machado | José Guedes | Tibúrcio de Oliveira |
| Custódio Lobo | José Peon | Torres de Mello |
| Daniel Carlos Guarino Martins | José Silva | Urbano Pinheiro |
| Daniel Gonçalves | José Thomé do Espírito Santo | Virgílio Rodrigues Cruzeiro |
| Dr. d'Ávila | Julião de Macedo Soares | Wilson Chagas |
| Edgar A. Alencar | Julio Huertas y Parraguirro (Peru) | |

Fonte: Autoria própria.

Além de fomentar novas doações ao museu por meio de uma campanha, outra estratégia utilizada por Ariovaldo Vulcano foi a permuta de duplicatas com outros museus e colecionadores. Kurt Prober cita diversas vezes em seus livros e catálogos referências sobre a troca de medalhas maçônicas realizadas com o Museu Maçônico do GOB. Em uma destas, em 1960, ocorreu a permuta de duas medalhas, uma de prata e outra de bronze, da Loja Concordia et Humanitas. Já no ano de 1959, encontra-se mencionada a permuta de medalhas maçônicas entre o Museu do GOB e o Museu Maçônico do Grande Oriente de São Paulo, fundado em 1955, como visto no capítulo 1. Na ocasião, o museu gobiano recebeu uma medalha de prata, da Loja Monte Líbano e uma medalha de Member of Commandery.

Ariovaldo Vulcano possuía também interesse em colecionar objetos maçônicos. Na Exposição realizada em 1958 por ocasião da posse do Grão-Mestre Cyro Werneck, foram elencados diversos objetos em exposição como pertencentes ao Diretor do Museu. Dentre eles, o Alvará da Imprensa Régia, que proibia o funcionamento de sociedades secretas datado de março de 1818 e uma edição original da Constituição de Anderson de 1756. Prober (1988, p. 37) ao apresentar

em seu catálogo as medalhas da Loja Maçônica 6 de março de 1817, informa que um exemplar de uma das medalhas da loja estava na coleção de Vulcano. Diante disso, identifica-se porque o próprio diretor doava objetos para o museu. Em 1958, Arioaldo Vulcano ofertou um avental de Mestre, em pelica, da Loja Sant'Ana, de Liverpool, Inglaterra; um distintivo em ouro usado pelos juizes do Tribunal de Justiça do Grande Oriente Unido, dentre outros objetos. Já em 1960, o diretor do Museu Maçônico recebeu do Professor Francisco Bruno Lobo uma joia do Grau 30, a qual informa ter pertencido a Duque de Caxias. Esse exemplar também foi encaminhado ao Museu por Vulcano. Além desses itens, há menção à incorporação da flâmula do 2º Congresso Nacional de Museus de 1959, evento em que Arioaldo Vulcano esteve presente. Assim, não somente objetos maçônicos eram incorporados, buscando-se com essa doação, pelo visto, preservar a memória do diretor frente à instituição.

Outros membros do GOB também doavam objetos ao Museu Maçônico. Altamiro Meireles Grilo, Grande Secretário-Geral de Administração, em 1960, doou diversas joias de cargo e de grau, dentre elas uma antiga joia de mestre de cerimônias em prata, uma joia de venerável mestre, três joias do grau de mestre maçom e uma do grau 30.

Além de maçons e órgãos vinculados à maçonaria, o Museu Maçônico recebia também objetos de pessoas não relacionadas à instituição, bem como de familiares de maçons. Uma fita de Cavaleiro Rosa Cruz foi doada pela família do maçom Frederico Guilherme Paulo Heuseler em 1957. Em 1958, a viúva do maçom Albertino Ferreira da Costa, Maria d'Ascenção Costa, ofereceu ao museu uma fita de Cavaleiro Rosa Cruz com a respectiva joia, que havia pertencido ao seu marido. O diretor do Instituto Neo Pitagórico, em 1960, doou a medalha Dario Vellozo em bronze dourado. Nesse mesmo ano, uma medalha comemorativa do 150º aniversário do ensino médico foi doada ao Museu Maçônico pelo reitor da Universidade do Brasil e presidente do IHGB, Pedro Calmon.

Dois escultores também realizaram doação ao Museu Maçônico. Paulo Mazzucchelli doou dois trabalhos de sua autoria: em 1957, o busto do Barão do Rio Branco em gesso patinado e o busto do Grão-Mestre Otávio Kelly em 1959. Já Humberto Cozzo fez a doação, em 1957, de uma escultura do Duque de Caxias montado em um cavalo, em gesso patinado. Esse artista também emprestou uma

escultura em gesso de José Bonifácio para a Exposição Comemorativa do 137º aniversário de fundação do GOB realizada em 1959.

O Museu Maçônico parece ter sido conhecido por diretores de outros museus. Em 1960, há referência ao recebimento de três medalhas (uma de Lowton da Loja Sol do Oriente, uma de prata da Loja Dario Veloso e outra em metal branco) e dois livros (*Medalhas do Paraná* e *Dicionário Bibliográfico do Paraná*), doados pelo Dr. Júlio Moreira, então Diretor do Museu Paranaense. Também nesse mesmo ano o Museu Maçônico recebeu uma cópia da carta de Antônio Manuel Correia da Câmara a José Bonifácio sobre maçons brasileiros na República Cisplatina do Museu David Canabarro de Santana do Livramento - RS.

Diversos eventos cívicos e comemorativos eram realizados no GOB e também nessas ocasiões ocorriam novas incorporações ao acervo. Em uma dessas comemorações, em 7 de maio de 1970, foi realizada uma homenagem aos veteranos da Força Expedicionária Brasileira que lutaram na II Guerra Mundial no *front* italiano. Durante a cerimônia, ocorrida no Templo Nobre do Palácio do Lavradio, houve a entrega de uma urna com terra de Pistóia ao GOB. Como informado, a urna foi encaminhada ao Museu Maçônico para guarda.

Outra forma de recebimento de objetos para o compor o acervo do Museu Maçônico foi legalmente estabelecida. A Lei nº 30 de 12 de setembro de 1964, que estabelece as normas do Regimento de Recompensas (regulamentação para a criação de medalhas e condecorações no âmbito do GOB), traz diversas exigências quanto à distribuição de medalhas maçônicas que favoreciam o Museu. O artigo 19 estabelecia que

as condecorações e medalhas terão numeração cronológica que será gravada no verso das mesmas. A condecoração e a medalha nº 1 de cada espécie serão remetidas ao Departamento do Domínio Maçônico que providenciará a sua inclusão no Museu Maçônico.

Tal exigência deveria ser seguida na cunhagem de medalhas e condecorações propostas pelas lojas (art. 25), pelo Conselho Federal da Ordem (art. 22, parágrafo 2º) e pelo GOB - Poder Central (art. 23, parágrafo 5º). O mesmo deveria ocorrer para os cunhos das medalhas (*Boletim Oficial nº 7 a 9*, 1964, p. 8). Isso levou o museu a receber diversas medalhas de lojas maçônicas ao longo dos anos. De 1959 a 1961, o museu recebeu 105 medalhas.

Já na Constituição do GOB de 1977 encontramos como competência do Conselho Federal da Ordem, “determinar o recolhimento ao ‘arquivo-morto’ de todos os livros, documentos, **joias, alfaias e objetos de valor histórico**” (p.31, grifo nosso). Assim, cabia aos conselheiros da Ordem deliberar sobre a existência de objetos históricos no âmbito do GOB, bem como destiná-los à guarda. De fato, tratou-se de mais um mecanismo institucional para o recolhimento de objetos para o acervo. Contudo, não foi encontrada nenhuma referência sobre procedimentos de incorporação de objetos desse modo.

Havia no período, como se nota, o entendimento do museu como espaço de preservação de objetos históricos, por conseguinte, da memória institucional. Isso é evidenciado no Ato nº 23 de 17 de dezembro de 1960 do Grão Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Candido Ubaldo Gonzalez, o qual declarava que

ficam doados, por liberalidade e cara recordação, ao Museu Maçônico do GOB, os paramentos que foram usados pelo último Grão Mestre do Grande Oriente de Minas Gerais, Pod[eroso] Ir[mão] Cândido Ubaldo Gonzalez, Gr. 33, em homenagem ao áureo Tratado de Unificação com o GOB. (*Boletim Oficial nº 1, 1961, p. 4*).

Além disso, o Museu era visto como espaço capacitado para receber objetos históricos relacionados à maçonaria, que estavam dispersos em lojas maçônicas espalhadas pelo Brasil. Em uma notícia veiculada no *Boletim Oficial nº 1 a 3*, encontram-se informações sobre a celebração do centenário da Loja Lealdade e Brio de Resende - RJ, comemorado em 12 de dezembro de 1970. A loja havia recebido no dia 12 de dezembro de 1880, em seu 10º aniversário, uma espada do Imperador D. Pedro II, que passava pela cidade de Resende no período. Diante da existência desse objeto histórico, o redator sugere que tal espada seja "entregue aos cuidados e guarda do GOB, onde ficará em exposição permanente no seu Museu, ao lado de outras relíquias que lá se encontram", sendo este o melhor local para preservação do objeto (1971, p. 74-75). Contudo, não encontramos referência sobre a incorporação da referida espada, bem como não se operou, ao longo dos anos, uma campanha de doação formalmente estabelecida capaz de capitalizar objetos históricos dispersos pelas diversas instituições maçônicas nacionais.

Na gestão de Luiz Braga Mury à frente da Grande Secretaria Geral de Cultura e Orientação, bem como do Museu Maçônico, houve também novas incorporações de acordo com as informações descritas nos relatórios institucionais.

Em 1970, por sua iniciativa foi adquirido um busto do Duque de Caxias em bronze, doado pelo Arsenal de Guerra. No ano seguinte, após vasculhar os depósitos da instituição, Luiz Mury encontrou, em estado ruim de conservação, um retrato de D. Pedro I representado no leito de morte. Prontamente, o Secretário encaminhou a pintura para sua restauração, bem como a incorporou ao acervo do Museu.

Novas menções sobre doações ao acervo são encontradas somente em 1977. Na ocasião, é informado o recebimento de 7 medalhas, sem maiores descrições. Contudo, nota-se que o Secretário Geral de Cultura e também Diretor do Museu promoveu uma campanha de doações para o museu. Nestas ações buscava orientar os familiares de maçons quanto à possibilidade de após o falecimento encaminhar livros, documentos, joias e quaisquer objetos para o GOB e seu Museu.

A última informação sobre objetos doados, indica o recebimento de uma placa e 4 medalhas em 1978. Assim, diante do exposto, percebe-se uma carência de informações que aprofundem as questões relacionadas às procedências dos objetos e coleções, sendo os Boletins e Relatórios institucionais as únicas fontes de informação sobre os processos de incorporação. Tais documentos são frutos de seleções e recortes, sobre o que deve ser registrado ou não. E, diante disso, os registros com maiores informações ocorreram naqueles momentos em que estiveram à frente do Museu indivíduos com apreço pelas questões relacionadas ao museu e a preservação do patrimônio maçônico.

3.2. As coleções do Museu: registro, conservação e divulgação

Na seção anterior foram apresentadas algumas estratégias e modos de aquisição empregados para constituição do acervo do Museu Maçônico. Nesta parte, serão aprofundadas algumas questões relacionadas à composição das coleções, bem como às iniciativas de inventário, conservação e divulgação do acervo. Consideram-se como parte do acervo os bens culturais de natureza museológica distribuídos nos diversos ambientes do Palácio Maçônico. Para o levantamento do acervo, utilizou-se as informações contidas nos *Boletins Oficiais*, no “*Guia do Visitante da Exposição do IV Centenário*” de 1965, que apresenta o

acervo existente no Palácio do Lavradio; no “*Folheto da Exposição do Sesquicentenário*” de 1972, bem como as referências encontradas em catálogos do colecionador Kurt Prober, como o *Catálogo das duas maiores coleções de medalhas maçônicas brasileiras*, de 1988.

Já desde o século XIX, havia, como informado na seção anterior, a incorporação de objetos no acervo palaciano, bem antes da ideia de constituição de um museu. Por se tratar da sede de uma instituição encarregada de administrar a nível nacional os organismos maçônicos associados, ao longo dos anos o Palácio Maçônico foi sendo decorado, reformado e adaptado para comportar as estruturas administrativas e ritualísticas. Assim, existiam templos e outros espaços ritualísticos, gabinetes, salas e salões e, como já visto, espaços para biblioteca, arquivo e até um museu.

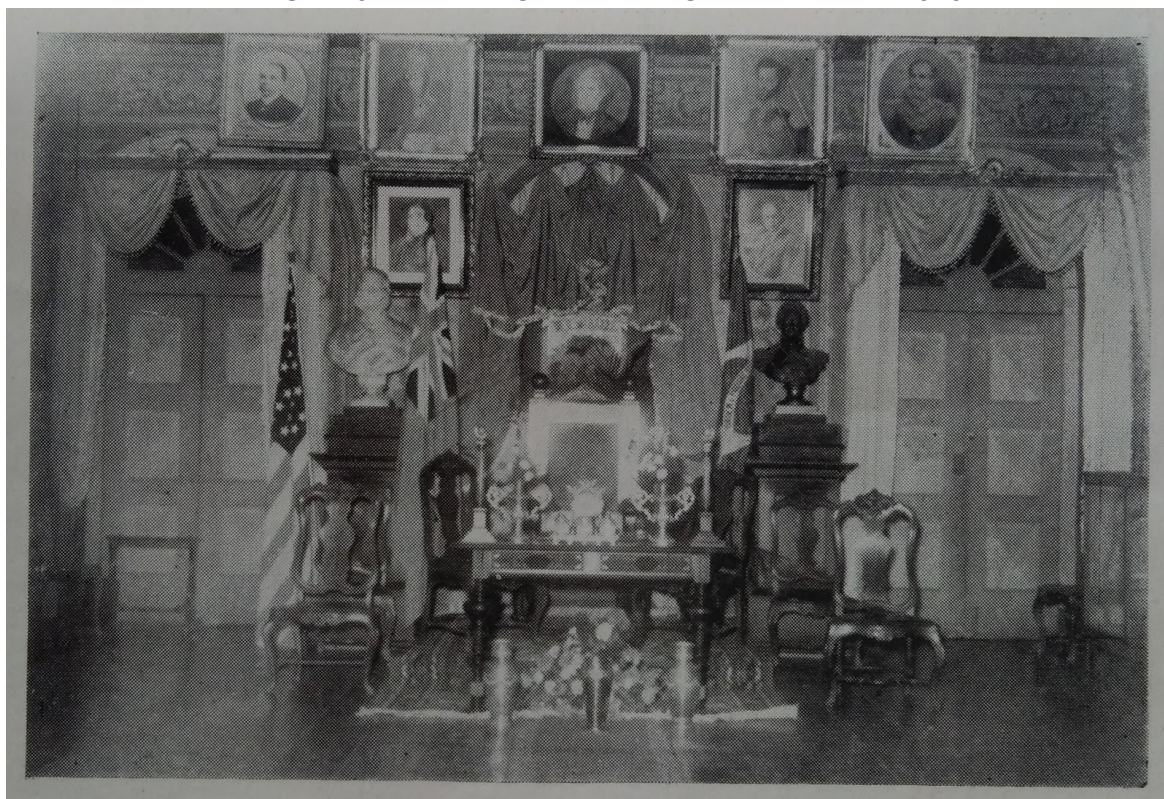
Havia de fato uma preocupação com a decoração desses espaços administrativos e ritualísticos. Observa-se em diversos *Boletins Oficiais* menção a templos e a outros espaços ricamente decorados. Ao se projetar, por exemplo, o Templo Nobre no início do século XX, Antônio Pinto Mendes, Grande Secretário-Geral da Ordem, faz referência aos trabalhos de reforma que estavam ocorrendo no edifício no período, bem como sobre a “decoração artística”, a ornamentação e manufatura do mobiliário, cujos trabalhos estavam sendo acompanhados pessoalmente (*Boletim Oficial nº 6*, 1902, p. 442).

Ao se observar as fotografias, encontradas em diversos *Boletins Oficiais*, (IMAGEM 8, na seção anterior) desse templo, ao longo do período, percebe-se de fato a existência de diversas pinturas, bustos e mobiliários. As pinturas faziam referências a personagens de grande vulto, associados à história da instituição, como D. Pedro I, José Bonifácio, Joaquim Gonçalves Ledo, bem como a antigos Grão-Mestres. Objetos históricos ou representando personagens ilustres eram utilizados como decoração, havendo uma relação dicotômica entre objeto decorativo/museológico, o que se aproxima das ideias trazidas por Pomian (1990) ao refletir sobre o padrão tradicional de formação de museus, os quais passam por transformações ao longo do tempo, tendo coleções instituições e peças decorativas transformando-se em acervo museológico, ocorrendo, portanto, sua musealização.

A presença de objetos no Gabinete do Grão-Mestre não ocorreu somente em 1918, como já visto no capítulo anterior, durante a gestão de Veríssimo José da

Costa. Em 1949, em uma edição especial do *Boletim Oficial*, encontra-se uma notícia da recepção dada a Melvin Johnson, Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho da Jurisdição Norte dos Estados Unidos, em 18 de março de 1949. No texto de apresentação é citada a visita da comissão ao "histórico gabinete", ricamente ornamentado. Na edição encontram-se algumas fotografias (IMAGEM 9) onde é possível observar diversos retratos, como de D. Pedro I, Joaquim Gonçalves Ledo, Deodoro da Fonseca; fotografias; cadeiras; relógio de carrilhão (o mesmo citado em 1927); busto de Visconde do Rio Branco e D. Pedro I, em bronze de autoria do escultor Marc Ferrez (1788-1850); o trono do século XIX, atribuído ao período de D. Pedro I; urnas; vasos e outros ornamentos. Nota-se assim que também no Museu Maçônico do Palácio do Lavradio, os objetos históricos, como o trono do século XIX, eram utilizados nos gabinetes e salões palacianos.

IMAGEM 9 - Vista do Gabinete do Grão-Mestre em 1949



Fonte: *Boletim Oficial* nº 11 de 1903.

Houve, ao longo dos anos, diversos levantamentos patrimoniais, bem como o estabelecimento de comissões avaliativas, objetivando o controle dos bens em posse da instituição. Desde 1889, são encontrados balanços patrimoniais

assinados pelos tesoureiros da instituição. Em alguns casos, houve levantamentos focados especificamente em bens museológicos (cujos valores estão informados no Quadro 1 da seção anterior), como o Relatório do Tesoureiro Geral da Ordem, Carlos Castrioto Pinheiro, realizado em 1938 e já mencionado no capítulo anterior.

Antes, porém, em 1935, tem-se o Ato nº1382, nomeando uma comissão composta pelos maçons: Dr. Augusto Diogo Tavares, Tenente-Coronel Joaquim José Antunes e Manoel José de Almeida. Essa comissão tinha a finalidade de revisar o balanço anterior, procedendo à avaliação dos móveis e utensílios pertencentes ao GOB, em específico no Museu Maçônico, na Biblioteca, no Palácio Maçônico e no edifício do Orfanato Maçônico mantido pela Ordem.

Muitos balanços, como visto, apenas repetiam a informação dos anteriores. Diante disso, encontra-se uma solicitação de atualização dos valores monetários dos objetos. Raul Holt, em seu Relatório do Balanço Patrimonial de 1941, indica a necessidade de reavaliação dos valores dos bens artísticos e históricos, como móveis e pinturas, diante de possuírem, em sua visão, maior valor intrínseco e histórico. Tais valores teriam inclusive o objetivo de providenciar uma cobertura de seguro mais próxima do real em caso de acidentes. Já em relação ao ano de 1942, o relator qualifica o valor de Cr\$ 8.000,00 para o Museu Maçônico como “irrisório”, reiterando a necessidade de reavaliação dos valores.

Desse parecer, resultou o Ato nº 1.708 de 2 de junho de 1942 do Grão-Mestre Joaquim Rodrigues Neves, designando o Dr. José Luiz de Araújo para proceder ao levantamento, classificação e avaliação do patrimônio artístico do Grande Oriente do Brasil. O ato também indicava, em caso de necessidade, realizar-se a contratação de profissional especializado, inclusive não maçom, para auxiliar no processo de avaliação. Tal necessidade parece ter existido e pelo Ato nº 1.721 foi contratado Francisco Lisboa para trabalhar no levantamento do patrimônio e tombamento de bens pertencentes ao GOB. Apesar disso, não encontramos referência sobre o andamento de tal processo.

Novamente em 1953, por meio do Ato nº 2.380 do Grão-Mestre Benjamin de Almeida Sodré, foi nomeada uma comissão para auxiliar o Diretor do Domínio Maçônico no serviço de levantamento de todos os bens do Grande Oriente do Brasil. Fazia parte desta os maçons Otavio Moreira Batista, João Lopes Rafael e José Chateaubriand Alvares.

Durante a gestão do Grão-Mestre Moacyr Arbex Dinamarco, houve também um esforço para realizar o inventário dos bens pertencentes ao GOB. Estabelecida a comissão, pelo Ato nº 2.945, logo se iniciaram os trabalhos. Conforme indicado, ocorreu, após a conclusão do levantamento, o tombamento e a escrituração dos bens encontrados em livro próprio. Após isso, uma comissão de técnicos da Caixa Econômica Federal foi convidada a avaliar o balanço informando, conferindo o valor exato dos bens. Esta comissão teve, como relatado, o auxílio de profissionais do Museu Imperial para proceder a avaliação de objetos históricos, como as medalhas e peças em ouro e outros metais.

O *Regimento Geral da Ordem* de 1970 estabeleceu no artigo 328 como competência do Departamento do Domínio Maçônico “manter atualizado o tombamento dos bens móveis, utensílios e alfaias do Grande Oriente do Brasil, inclusive a Pinacoteca e o Museu Maçônico”, como também já havia sido estabelecido em normas anteriores. Um acréscimo em relação às outras normas, no entanto, foi a criação de um livro especial para os registros dos objetos que faziam parte do acervo do “Museu Histórico do Grande Oriente do Brasil”, segundo o parágrafo segundo do referido artigo.

Encontrou-se na documentação pesquisada informações sobre o número de tombamento de alguns objetos. No livro *A verdadeira História do Palácio Maçônico do Lavradio*, Kurt Prober faz referência ao busto de D. Pedro I, do artista Marc Ferrez, tendo o tombo nº 053. O trono de Grão-Mestre tinha o nº 054. Diversos estandartes, que estavam em exposição no corredor próximo ao Templo Nobre na Exposição do Sesquicentenário, segundo Prober, possuíam os números de tombamento 144, 146, 147, 203 e 204. Também em um relatório de 2011 do processo de restauração das pinturas do Palácio do Lavradio, do restaurador Tércio Gaudêncio, encontra-se a informação de que a maioria das pinturas possuía no verso uma placa com um número de tombamento. O retrato do Marquês de Abrantes, de autoria do artista Joaquim da Rocha Fragoso, tinha numeração 00089.

Os livros e materiais produtos dos levantamentos patrimoniais, elencados até aqui, parecem ter se perdido no decorrer dos anos, não permitindo assim, obtermos um quantitativo do acervo do Museu Maçônico. Todavia, alguns registros encontrados nos *Boletins Oficiais* e no folheto da exposição de 1972 (APÊNDICE

D), permitiam estimar um quantitativo e também alguns detalhes do acervo preservado no Museu Maçônico e em outros espaços do Palácio do Lavradio durante o período.

A partir das informações encontradas, o acervo levantado foi classificado tendo como base a Taxonomia da cultura material maçônica³⁷ (APÊNDICE B). Foi possível identificar 599 objetos pertencentes ao acervo do Museu Maçônico (QUADRO 4). As medalhas (330 exemplares) e joias de grau ou cargo (40 exemplares) destacam-se como os itens mais presentes no acervo, isso talvez em razão da obrigatoriedade estabelecida em legislação interna, como visto na seção anterior, para o envio de um exemplar de cada medalha cunhada pelas instituições maçônicas ao Museu Maçônico.

QUADRO 4 - Acervo do Museu Maçônico

| CATEGORIA | NOME | QUANTIDADE |
|----------------------|-------------|-------------------|
| BIBLIOGRÁFICO | boletim | 1 |
| | jornal | 1 |
| | livro | 24 |
| | revista | 4 |
| | ritual | 4 |
| COMEMORATIVO | abotoadura | 4 |
| | cachimbo | 1 |
| | caneca | 3 |
| | caneta | 1 |
| | chaveiro | 2 |
| | cinzeiro | 2 |
| | flâmula | 19 |
| | medalha | 330 |

³⁷ A Taxonomia da cultura material maçônica foi elaborada como trabalho final da disciplina “Fundamentos em Organização da Informação”, dirigida pelo Prof. Dr. Rogério Henrique de Araújo Júnior, durante o transcurso desta pesquisa. Trata-se de uma classificação dos objetos encontrados em coleções e museus maçônicos. Para a elaboração da taxonomia foi realizado um levantamento dos nomes específicos de objetos encontrados em museus maçônicos, um comparativo dessa terminologia com a literatura e, por fim, a criação das relações hierárquicas/classificatórias gerais que conduzissem a uma ampla compreensão desses acervos. Como termos gerais da classificação dos objetos foram selecionados: bibliográfico, comemorativo, decorativo, documento, iconografia, ritualísticos, além de discriminar os objetos que não apresentam relação com a maçonaria.

| | | |
|----------------------------|-------------------------|------------|
| | placa | 12 |
| | relógio | 1 |
| DECORATIVO | mobiliário | 12 |
| | porcelana | 7 |
| | relógio | 2 |
| DOCUMENTO | atas | 2 |
| | carta | 3 |
| | certificado | 1 |
| | diploma | 3 |
| | prancha | 3 |
| | quadro de membros | 1 |
| | vídeo | 1 |
| ICONOGRAFIA | escultura | 15 |
| | pintura | 21 |
| | distintivo | 21 |
| | estandarte | 4 |
| | insígnia | 11 |
| RITUALÍSTICO | espadim | 1 |
| | indumentária/ paramento | 16 |
| | joia | 40 |
| | livro da lei | 2 |
| | malhete | 2 |
| | pedra | 2 |
| | saco de proposições | 3 |
| | trolha | 1 |
| | urna | 2 |
| OBJETO NÃO MAÇÔNICO | condecoração | 1 |
| | flâmula | 1 |
| | medalha | 5 |
| | moeda | 5 |
| | pintura | 2 |
| TOTAL | | 599 |

Fonte: Autoria própria.

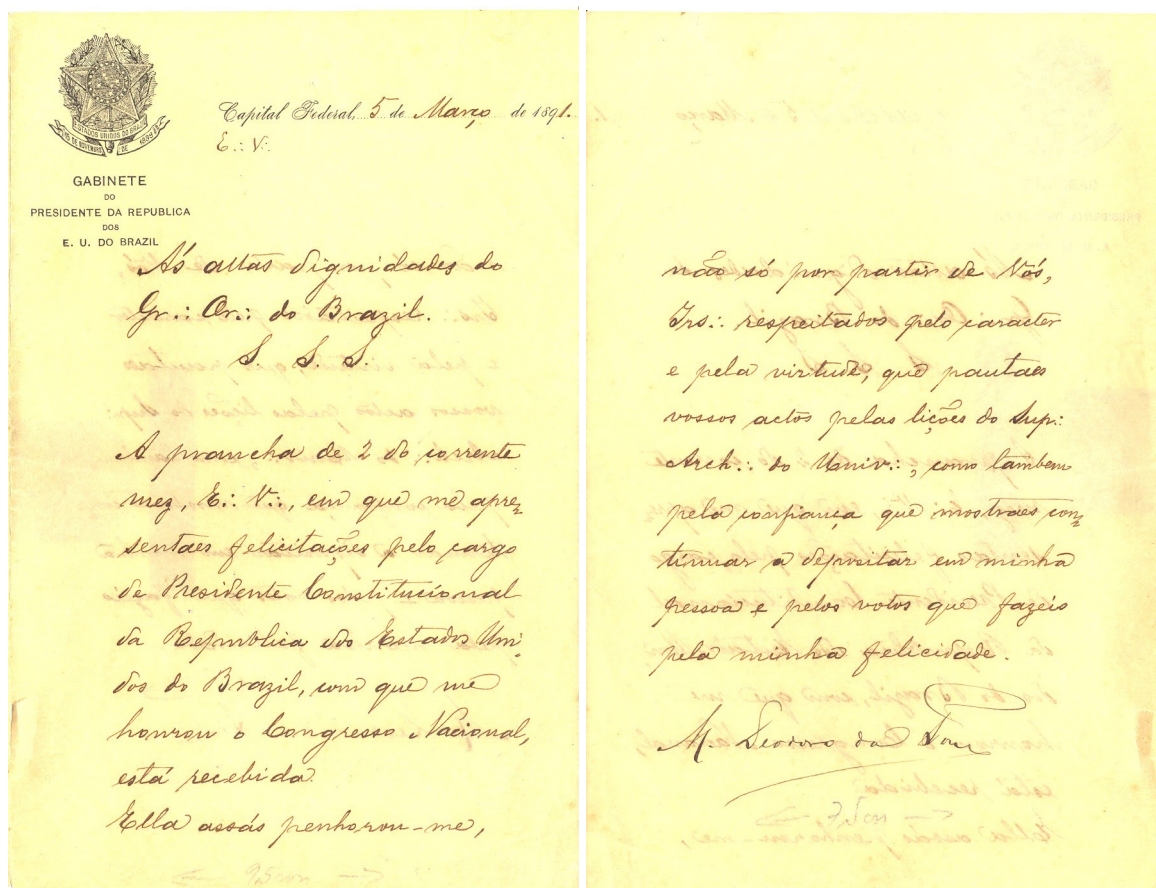
No *Catálogo das duas maiores coleções de medalhas maçônicas brasileiras*, de autoria do colecionador e historiador Kurt Prober, publicado em 1988, encontram-se informações sobre todas as medalhas do Museu Maçônico existentes no período. O catálogo apresenta a própria coleção de medalhas maçônicas do autor, bem como a coleção de medalhas do acervo do Museu Maçônico Brasileiro. Conhecida como “Coleção Gonçalves Ledo”, nome de um dos fundadores do GOB, a coleção de medalhas do museu até o período possuía 357 peças. No catálogo encontra-se a descrição das medalhas, com informações sobre o nome da loja ou instituição criadora, o gravador, dimensões, metal, peso, local, quantidade e data de cunhagem, além da numeração. Não foram citadas no levantamento de Prober, contudo, as medalhas de lojas e obediências estrangeiras. Nesse volume, Kurt Prober também faz menção a uma coleção de joias de Grau pertencente ao acervo do Museu, com exemplares raros, muitos deles confeccionados com pedras preciosas, além de informar sobre a existência de sinetes e chaveiros de lojas do século XIX, bem como algumas insígnias e colares de ritos maçônicos.

O acervo do Museu Maçônico, a partir das informações supracitadas, possuía categorias de objetos semelhantes aos encontrados em outros museus maçônicos, como destacado no capítulo 1. Havia objetos decorativos, comemorativos e ritualísticos, além de documentos e exemplares bibliográficos. A maioria dos documentos foi produzida e preservada pelo próprio GOB. No acervo do Museu, havia documentos relacionados a personagens destacados da história da instituição, como alguns Grão-Mestres e figuras políticas proeminentes, muitos deles contendo suas assinaturas. Cartas, decretos, atas, pranchas e diplomas estavam entre os documentos expostos nas vitrines. Um desses documentos era a carta em agradecimento ao apoio de maçons assinada por Deodoro da Fonseca (IMAGEM 10), hoje exposta no Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano. Um vídeo documentário sobre o Grande Oriente do Brasil, doado em setembro de 1958 pelo Grande Oriente do Paraná, também estava no acervo.

Livros também faziam parte do acervo do Museu Maçônico. A Bíblia de 1555, doada por Victor Hugo ao Imperador D. Pedro II e este ao GOB, segundo notícia do *Jornal do Commercio* de 1972 (4 de agosto, p. 3), era um dos exemplares que figuraram nas exposições que ocorreram no Museu. Exemplares

da Constituição de Anderson nas edições originais de 1723 e 1756, livro escrito por James Anderson em 1723 e considerado a base da maçonaria moderna, além de livros maçônicos dos séculos XVIII e XIX, faziam parte da coleção bibliográfica em exposição nos anos 1960 e 1970.

IMAGEM 10 - Carta de agradecimento assinada por Deodoro da Fonseca de 1891



Fonte: Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano.

Nota-se, contudo, que entre os livros existentes no acervo não havia somente exemplares históricos ou raros. Existiam livros sobre a história da instituição, como *História da Maçonaria* de Manoel Arão, ou escrito por membros do GOB, como o livro *A Grande Conceção de Deus* de autoria do Grão-Mestre Moreira Guimarães. Além desses livros, outras obras com temática variada foram encontradas na pesquisa, como os dois volumes do livro *Sociologia*, incorporados ao acervo em 1958 e o *Dicionário Bibliográfico do Paraná* e as *Medalhas do Paraná* doados em 1960, bem como quatro números da *Revista Oriente*.

Alguns objetos encontrados também não tinham, segundo os documentos consultados, relação direta com a maçonaria, como as medalhas recebidas em 1906, algumas moedas (4 moedas brasileiras e uma espanhola, doadas por Lourenço Fortes em 1959), a flâmula do II Congresso Nacional de Museus, que foi incorporada ao acervo na gestão de Ariovaldo Vulcano, e as pinturas de Eduardo De Martino: “A passagem de Humaitá” (IMAGEM 11) e a “A entrada da esquadra em Assunção”. Essas pinturas, segundo Prober (1986), foram doadas pelo Visconde do Rio Branco ao GOB em 1869.

IMAGEM 11 - A passagem de Humaitá, óleo sobre tela de Eduardo De Martino



Fonte: Fotografia de Tércio Gaudêncio.

Os bustos e pinturas (IMAGEM 12) de personagens históricos da maçonaria brasileira e internacional também eram destaques do acervo. Em alguns casos, como em relatórios, balanços e orçamentos do GOB, a coleção de pinturas era agrupada na designação de Pinacoteca. Em uma dessas citações, o Grão-Mestre Cyro Werneck apresenta que

A pinacoteca do Grande Oriente do Brasil é também rica, apresentando reputadas pinturas de De Martino e Rocha Fragoso, sobre a guerra do Paraguai, retratos a óleo, em tamanho natural, de personalidades maçônicas, e um Quadro sobre a “Morte do Imperador”. São dezenas de telas de grande valor (*Boletim Oficial nº 4, 1957, p. 7*).

IMAGEM 12 - Marquês de Sapucaí, óleo sobre tela de Manuel Poluceno Pereira da Silva - Biblioteca, Palácio do Lavradio



Fonte: Fotografia do autor.

Menção também é feita às peças do mobiliário do Palácio. Muitas dessas eram utilizadas nas salas de reunião e gabinetes, bem como nos templos, havendo uma citação geral de sua existência e possibilidade de acesso no guia e no folheto das exposições de 1964 e 1972, não contendo nesses documentos, porém, uma descrição mais detalhada. A sala do Conselho Federal da Ordem possuía um mobiliário constituído de peças do século XIX, dentre elas cadeiras estilo D. João V. O gabinete do Grão-Mestre continha um espelho veneziano do século XIX, ornado com símbolos maçônicos, além de um relógio de carrilhão do mesmo período. A peça de maior destaque, contudo, era o trono de Grão-Mestre (IMAGEM 13) que era atribuído ao período em que D. Pedro I estava na gestão do GOB. A peça foi produzida em jacarandá com incrustações em marfim e partes folheadas

em ouro, pesando cerca de 250 quilos. Em 1972, durante o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil, o trono figurou ao lado dos despojos do Imperador quando estes estiveram no Palácio do Buriti em Brasília (*Jornal Correio Braziliense*, 5 de agosto de 1972, p. 9).

IMAGEM 13 - Trono de Grão-Mestre, século XIX - Palácio do Lavradio



Fonte: Fotografia do autor.

Esse acervo também foi restaurado em diversos momentos. No orçamento para 1954, encontra-se uma rubrica para despesas relacionadas à “aquisição, conservação e melhoramentos” no montante de Cr\$30.000,00 para a Pinacoteca. Não se encontrou, porém, informações sobre como tal valor foi utilizado. Já no Relatório de Gestão de 1956, há menção ao processo de restauro de 15 pinturas do acervo que estariam avaliadas em Cr\$1.370.000,00. Tais obras, segundo informou o Grão-Mestre Cyro Werneck no relatório, estavam “em completo abandono, sujos, com crosta formada pelo pó e risco de se estragarem definitivamente; breve iniciaremos a restauração ou substituição das molduras

estragadas”. Contudo, o procedimento de substituição das molduras parece não ter ocorrido até 1963, pois no Relatório da Grande Secretaria Geral de Administração, do Secretário Altamiro Meireles Grilo, é informado que a “Pinacoteca” necessitava de urgentes reparos, principalmente nas molduras.

Na década de 1970, dentre os trabalhos preparativos para comemoração do sesquicentenário da instituição, também foram realizados trabalhos de conservação no edifício e no acervo. As esculturas passaram por processo de higienização e o busto do Visconde do Rio Branco foi restaurado. As pinturas também foram restauradas, havendo inclusive menção do profissional que a realizou, o mestre Casemiro, da Escola de Belas Artes.

Na gestão de Ariovaldo Vulcano, a divulgação do acervo Museu Maçônico ganhou espaço relevante no *Boletim Oficial*. Em 1958 foi criada uma seção específica no Boletim denominada "Documentos Históricos Maçônicos - da seção de manuscritos do Museu Maçônico do GOB". Tinha como objetivo apresentar documentos destacados da história da maçonaria no Brasil. Em uma das publicações, foi apresentada aos leitores a transcrição das Atas de reuniões do GOB nas quais consta a eleição de José Bonifácio para o grão-mestrado, datadas de 1832. No *Boletim Oficial* nº 7 de 1959 foi apresentada a cópia da carta (IMAGEM 10) de Deodoro da Fonseca de 1891, enquanto estava à frente do Grande Oriente do Brasil.

Em 1960, Ariovaldo Vulcano criou, no interior do *Boletim Oficial*, uma seção intitulada *Boletim do Museu Maçônico* (IMAGEM 14). No total foram publicadas 6 (seis) edições. De autoria do próprio diretor, apresentava assuntos referentes ao museu, apontamentos sobre sua história, o acervo e as doações recebidas. Em parceria com Kurt Prober, começou a serem descritas, dentro desse Boletim, as medalhas cunhadas pelo Grande Oriente do Brasil ao longo de sua história, em um projeto de elaboração do catálogo de todas as medalhas maçônicas do Museu. A iniciativa, contudo, foi encerrada no ano seguinte.



Museu Maçônico Brasileiro

do

Gr.: Or.: do Brasil

Boletim n.º 2 — Mês de Maio de 1960
Rua do Lavradio n.º 97 — Rio de Janeiro

MEDALHAS MAÇÔNICAS BRASILEIRAS

As medalhas do Grande Oriente do Brasil
(Continuação)

Ariovaldo Vulcano

Kurt Probel

Em 1906, sentindo os maçons a necessidade de um hospital para atender constantes apêlos de infortunados, bem como dar assistência aos irmãos e seus familiares, foi criada a Associação Promotora do Hospital Maçônico.

A fim de angariar fundos para a obra, foi realizada no dia 13.8.1907, uma competição ciclística no velódromo do Velo Club, ocasião em que foram cunhadas medalhas comemorativas.

Conhecemos dois exemplares desta medalha (col. K. Prober); um com argola, pesando 11 gr., e outro sem argola, pesando 15 gr., ambos de cobre, e da época, pois vieram da famosa coleção Góes.

O cunho do anverso foi encontrado na oficina de Américo Monteiro, no Rio de Janeiro, fundada em 1.10.1919, e requisitado pelo Museu Maçônico onde se encontra. Nessa mesma oficina encontramos 2 exemplares com o mesmo anverso, porém com os reversos diferentes: um, com uma figura feminina em pé, com o escudo do lado esquerdo, e outro com campo liso contornado com uma grinalda marajoára.

Fonte: Digitalização do autor, *Boletim Oficial* nº9 de 1960.

Observa-se, porém, que, buscando destacar a relevância histórica das coleções, essas iniciativas acabaram tornando-se um canal de divulgação do acervo. As exposições também se constituíram em ferramentas para divulgação e consolidação da imagem do Museu Maçônico como veremos na próxima seção.

3.3. Exposições: abertura ao público dos históricos segredos

Notadamente, o Museu Maçônico e o Palácio do Lavradio, como um todo, eram espaços restritos aos maçons e, em alguns casos, aos familiares e aos convidados. Contudo, os documentos consultados informam a abertura da instituição, em momentos específicos, também ao público em geral, bem como o

desenvolvimento de exposições das coleções e, em alguns momentos, propriamente com a nomenclatura de Museu Maçônico.

No dia 20 de janeiro de 1903, durante a gestão do Grão-Mestre Quintino Bocaiúva (1836-1912), houve a primeira abertura pública do Palácio Maçônico do Lavradio à visitação de público externo à maçonaria. Essa primeira exposição foi inclusive publicada em diversos jornais do período, tais como o *Jornal Português Moderno*, *Jornal do Commercio* e no próprio *Boletim Oficial* do GOB. De acordo com os relatos, foi possível visitar os novos templos, a galeria de retratos, a biblioteca, a sala de sessões fúnebres, o gabinete do Grão-Mestre, a secretaria e o salão nobre. Este inclusive descrito como “rico e magestoso com a valiosa mobília que o guarnece, e a sua esplendida galeria de quadros onde vimos importantes vultos históricos que ali militaram com glória” (*Jornal Português Moderno*, 1903). A visita foi guiada pelo Grande Secretário-Geral da Ordem Antônio Pinto Mendes e por Mario Behring (1876-1933), redator do Boletim e responsável pela Biblioteca do GOB (*Boletim do GOB nº11*, 1903, p. 854). Foi Antônio Pinto Mendes, inclusive, quem trabalhou pela obra de reforma-restauro do Palácio em 1901.

A partir disso, pode-se destacar a abertura do Palácio a uma exposição pública. Diante das questões relacionadas ao sigilo, uma primeira abertura ao público não-maçom indica uma tentativa de aproximação da sociedade, além de apresentar um edifício histórico e seu acervo, fazendo parte desse acervo pinturas, livros e mobiliários. Nota-se também a utilização dos espaços do edifício palaciano de três pavimentos com foco expositivo. A existência de um espaço de galeria para a exposição de retratos, por exemplo, informa sobre as possíveis raízes de um museu, bem como de uma atenção dada à memória e sua construção por meio de pinturas retratando personagens históricos da instituição.

Especificamente vinculadas ao Museu Maçônico, ocorreram quatro exposições. Em 1958, uma Exposição por ocasião da posse do Grão-Mestre Cyro Werneck, em 1959 a Exposição comemorativa do 137º Aniversário de fundação do GOB, em 1965 a Exposição do IV Centenário do Rio de Janeiro e, por último, em 1972 a Exposição do Sesquicentenário do GOB. A lista do acervo em cada dessas exposições foi encontrada nos *Boletins Oficiais* e em folhetos das exposições, as

quais foram incluídas nesta pesquisa (APÊNDICE D³⁸). Além dessas mostras, foi também realizada uma pequena exposição itinerante em 1960. Serão abordados alguns detalhes sobre cada uma dessas exposições.

Em junho de 1958, foi realizada uma exposição por ocasião da posse das Altas Dignidades do GOB e da Instalação da Soberana Assembleia Federal Legislativa. Essa é descrita no *Boletim Oficial nº 12* como sendo a primeira exposição do Museu Maçônico. Em 31 vitrines menores e uma maior com quatro nichos, foram expostos documentos assinados por ex-Grão-Mestres e outros personagens históricos, medalhas, joias e insígnias maçônicas, livros, constituições, pinturas, aventais e faixas de graus maçônicos. Segundo informado, a exposição recebeu inúmeros visitantes, bem como despertou o interesse de diversos maçons pela doação de objetos, havendo o encaminhamento por parte de lojas e outras obediências de diversos itens para o acervo.

No ano seguinte, foi realizada nova exposição e, desta vez, em comemoração ao 137º aniversário de fundação do GOB. Na ocasião, foram expostas algumas obras de arte e medalhas, mas tendo como foco principal a apresentação de documentos históricos. Dentre esses, foram expostos diversos documentos assinados por personagens da história da maçonaria brasileira, como D. Pedro I, José Bonifácio, Visconde do Rio Branco, Marquês de Abrantes, Barão de Cayrú, Duque de Caxias, Visconde de Jary, Saldanha Marinho, Lauro Sodré, Deodoro da Fonseca, Joaquim Macedo Soares, Mário Behring e Quintino Bocayuva. Distribuídos em quinze vitrines, havia diplomas, pranchas, cartas patentes, atas, decretos assinados por diversos Grão-Mestres do GOB. Uma relação com o resumo dos documentos expostos foi publicada no *Boletim Oficial nº 7* de 1959 com a finalidade de divulgar o acervo para aqueles que não puderam visitar a exposição.

No *Boletim Oficial nº 8* de 1959 encontra-se um informativo sobre a visita de um maçom norte-americano ao GOB e à exposição. Na ocasião, em 5 de agosto, o Major Gunter W. Joseph visitou a instituição e conheceu também toda a estrutura palaciana, sendo recebido pelo Grão-Mestre Cyro Werneck. A visita foi conduzida

³⁸ As informações foram transcritas conforme a grafia utilizada nos Boletins, havendo a manutenção de algumas abreviaturas maçônicas.

por Jorge Bittencourt e por Ariovaldo Vulcano, onde conheceu a Biblioteca e o Museu,

demorando-se o mesmo nas montras onde estão expostos e catalogados os velhos documentos e joias usados pelos nossos antepassados, verdadeiras raridades, relíquias dos tempos de outrora: os velhos moveis entalhados em jacarandá, a cadeira histórica do primeiro Grão Mestre do GOB [...] o Ir. Gunter ficou sumamente impressionado com a organização da Biblioteca e do Museu Maçônico, apresentando as suas felicitações.

Já em 1964 há um informativo no *Boletim Oficial nº 4* sobre a visita de 300 universitários e professores do Curso de Aspectos Históricos e Pitorescos da Cidade do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 13 de junho. Os visitantes percorreram os Templos Nobre, Azul e Vermelho, bem como a Biblioteca e o Museu. Acrescenta-se que os visitantes também tiveram acesso ao Arquivo do GOB onde foram exibidos aos visitantes documentos históricos assinados por D. Pedro I, José Bonifácio, Cônego Januário, Duque de Caxias, Visconde do Rio Branco, Marquês de Abrantes, Saldanha Marinho, Deodoro da Fonseca.

Dentre as exposições do Museu Maçônico Brasileiro, encontrou-se em 1960 uma itinerante realizada no Rio Grande do Sul, por ocasião do evento comemorativo do Convênio de Incorporação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul ao Grande Oriente do Brasil. A exposição ocorreu em um estabelecimento comercial na cidade de Rio Grande, despertando, segundo o relato, "interesse não só dos próprios maçons como da população local" (*Boletim Oficial nº 6*, 1960, p. 12). Esta foi a primeira exibição do acervo fora dos limites do Palácio do Lavradio. Não foi informado, contudo, o acervo em exposição, havendo apenas a menção, no Relatório de Gestão do período, de que os itens em exposição tinham relação com "a vida de maçons e fatos históricos ligados àquela unidade da Federação Maçônica Brasileira" (IDEM).

A maior exposição do Museu foi realizada em 1965. Nesse ano, a cidade do Rio de Janeiro completava 400 anos de fundação e, para tanto, foram realizadas uma série de eventos comemorativos. Assim, o GOB participou das comemorações por meio da realização de uma exposição, inserida oficialmente no programa do IV Centenário. No ano anterior pelo Ato nº 2.737 de 04 de novembro de 1964 do Grão-Mestre Álvaro Palmeira, foram nomeadas dez comissões para organização das atividades relativas à participação do GOB na programação do IV Centenário. Para a comissão do Museu e peças maçônicas foi nomeado Joir M. V. Câmara Leal

e para a comissão Pinacoteca e estatuária: Mauro de Faria Becker. Ariovaldo Vulcano atuou como supervisor geral das comissões, bem como contribuiu na produção da mostra. Essas duas comissões tinham como objetivo "organizar uma Exposição de Medalhas e Peças Maçônicas, Livros raros, Documentos históricos, Pinacoteca e Estatuária" e que permaneceria aberta ao público durante todo o ano do centenário.

Na cerimônia de inauguração da exposição, ocorrida em 05 de março de 1965, estiveram presentes diversas autoridades maçônicas de diversos estados e civis e militares, dentre elas o Governador do Estado, Carlos Lacerda, o Almirante Benjamin Sodré, o General Octacílio Terra Ururahy e o embaixador do Chile Alexandre Jara Lascano.

Diversos espaços do Palácio do Lavradio faziam parte do circuito expositivo. Havia objetos expostos no saguão de entrada, na escadaria, no Salão do Conselho Federal da Ordem, no gabinete do Grão-Mestre, no corredor em vitrines e nas paredes, nos templos e na sala de exposição destinada ao Museu Maçônico. Nesta havia uma determinada organização temática do acervo, com vitrines que continham objetos e documentos relacionados à Independência, ao período da Escravidão, aos personagens históricos, como o compositor Antônio Carlos Gomes, a organismos maçônicos como o Supremo Conselho e a Maçonaria de Adoção.

Dentre os objetos elencados como acervo estavam peças de mobiliário, pinturas, esculturas, livros, documentos, medalhas, indumentárias, como faixas e aventais. Além dos objetos pertencentes ao acervo do museu, a exposição apresentou objetos solicitados por empréstimo de colecionadores e outros museus. Um desses empréstimos ocorreu junto à Casa de Rui Barbosa. Tratou-se do empréstimo de um manuscrito de 1870 com projeto que propunha a libertação de escravos, discutido no âmbito da Loja Maçônica América - SP e assinado por Rui Barbosa. Esse documento, segundo informado no Guia da Exposição, havia sido doado à Casa pelo Grão-Mestre Álvaro Palmeira em 1948.

No *Jornal Diário de Natal* de 3 de março de 1965, encontra-se também uma menção a objetos que seriam trazidos de Natal para o Rio de Janeiro para comporem as coleções em exposição. Eram objetos que pertenciam a Rômulo Chaves Vanderlei, Delegado do GOB no Rio Grande do Norte, um

valioso material para a Exposição Maçônica que será franqueada ao público até o dia 15 de novembro [...] entre eles a faixa do Padre Miguelinho, que foi o primeiro venerável da Loja 21 de Março, fotocópias do jornal "A Luz", editado em 1873, por ocasião da "Questão Religiosa" e ainda três livros de maçons norte-riograndenses.

Essa exposição foi amplamente divulgada nos jornais do período. Isso parece ter refletido, inclusive, na quantidade de visitantes, cerca de 2.000 pessoas segundo o Relatório de Gestão para o ano 1965. No final de 1964, o *Jornal Correio da Manhã* (p.8) informou sobre a mostra que estava sendo desenvolvida no âmbito do Palácio do Lavradio, a "Exposição maçônica mostra Rio secular [...] de cunho histórico e cultural sobre a cidade do Rio de Janeiro, com referências à presença da maçonaria na vida e evolução do País".

A abertura da exposição também foi coberta pelo citado jornal, informando, inclusive, os itens em destaque, "apresenta documentos e peças históricas, além de livros raros como um 'novo testamento' de 2 milímetros meio por 3 e uma 'Bíblia', de 2 por 3 centímetros" (*Jornal Correio da Manhã*, 6 de março de 1965, p. 7). Outros jornais, como o *Diário Carioca*, *Jornal Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *Jornal O Estado de Florianópolis*, *Jornal Tribuna da Imprensa* também apresentaram informações sobre a exposição do Museu Maçônico, tendo a maioria deles destacado a Bíblia em miniatura dentre os itens em exposição. Isso evidencia as relações existentes entre a biblioteca e o museu, onde os exemplares bibliográficos raros e históricos eram exibidos e relacionados ao acervo do Museu Maçônico.

Em 1972, o GOB comemorou 150 anos de existência da instituição. E, para uma efeméride tão relevante, foi elaborada uma grande programação. A comissão organizadora do evento foi criada quase três anos antes, por meio da Lei nº 56 de 15 de dezembro de 1969 do Grão-Mestre Moacyr Arbex Dinamarco. Dentre as incumbências da "Comissão Especial do Sesquicentenário" estavam:

[...] articular-se com o Departamento do Domínio Maçônico para as obras necessárias à reforma de parte ou partes do Palácio Maçônico do Lavradio, a fim de nele se efetuar, na Semana do Sesquicentenário (11 a 17 de junho de 1972), a **Exposição Pública** de documentos históricos, livros raros, galeria de arte e mobiliário (*Boletim Oficial n º12*, 1969, p. 9, destaque nosso).

Como se observa nos *Boletins Oficiais* do período, foram realizadas diversas intervenções no edifício. A inauguração das obras de restauração do Palácio do Lavradio, inclusive, fez parte das comemorações do 148º aniversário de fundação do GOB, em 1970.

Assim, em 16 de junho de 1972 foi inaugurada a Exposição do Sesquicentenário, ficando aberta ao público até 31 de dezembro. Ao analisar o conteúdo do folheto (IMAGEM 15) da Exposição do Sesquicentenário, nota-se que se mantiveram o acervo e sua distribuição nos espaços do Palácio do Lavradio do mesmo modo que se encontravam na Exposição do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. Houve apenas a incorporação de alguns objetos e pinturas doados no intervalo de tempo do período, bem como se mantiveram diversos objetos indicados como empréstimo na exposição anterior.

IMAGEM 15 - Capa do folheto da Exposição do Sesquicentenário de 1972



Fonte: Digitalização do próprio autor.

No texto introdutório do folheto observa-se a consolidação da imagem do museu e de seu acervo, o qual informa que a “atual Exposição, parte do acervo do Museu do GRANDE ORIENTE DO BRASIL, põe em relevo a ancestralidade do trabalho maçônico no país, estritamente vinculado à própria História do Brasil”. Como visto, esse trabalho foi sendo construído e ampliado a partir das exposições anteriores, indicando também, paralelamente, uma aproximação do Museu Maçônico para um público fora do circuito da instituição e a sua paulatina consolidação a partir da ação de gestores específicos e de elementos comemorativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio cultural maçônico é diverso e está distribuído em museus especializados e também em museus generalistas como visto no levantamento realizado no capítulo 1. Além de objetos e documentos preservados em instituições relativas à história geral, como o Museu Histórico Nacional e o Museu do IHGB, Contudo, a maioria dos museus maçônicos figura como coleções quase privadas. Não estão inseridos no Cadastro Nacional de Museus e as informações sobre seu acervo e acesso não estão facilmente disponíveis, circulando apenas em meios maçônicos. Dentre os objetos preservados, encontram-se objetos relacionados aos principais personagens que faziam parte da ordem, bem como objetos ritualísticos e históricos da própria ordem.

Ao se analisar a trajetória da formação das coleções e do Museu Maçônico Brasileiro localizado no Palácio do Lavradio, destacam-se as (im)permanências relacionadas à manutenção das atividades. De objetos doados no início do século ou da existência associada à biblioteca e arquivo a uma coleção formada nos anos 1920, o Museu passou de sua gênese para um período de maior evidência e consolidação a partir da década de 1950, tendo destaque a sua referência e relevância para o processo de tombamento do Palácio do Lavradio e sua utilização em momentos comemorativos. Diferente dos outros órgãos ou departamentos do GOB, o Museu Maçônico não foi criado formalmente. Porém, ao se considerar o levantamento realizado e os documentos consultados, esse parece ser um dos primeiros museus ou coleções institucionais estabelecidas na América Latina, cabendo mais estudos sobre a formação das coleções e museus para corroborar tal perspectiva.

Diante das impermanências, esquecimentos ou das diversas tentativas de se estabelecer e/ou revigorar o Museu Maçônico do Palácio do Lavradio percebem-se os ideais preservacionistas que permeiam também instituições privadas. Era um museu instalado em uma instituição que não tinha fins culturais, observando-se assim as dificuldades em se manter coleções ao longo do tempo, levando-se a visualizar o fenômeno da tafonomia dos museus e dos museus perdidos. Em movimentos de ajuntamento e dispersão, de mudanças dos gestores

e dissidências, o acervo foi se formando e a denominação Museu ganhou mais força ao longo do período.

O Museu Maçônico Brasileiro foi fruto do trabalho de alguns indivíduos e não de uma política institucional estabelecida em seus estatutos orgânicos. Assim, quando indivíduos, como Ariovaldo Vulcano, detinham interesses na área dos museus, a instituição museal acabava desenvolvendo-se e ampliando sua participação e função diante da instituição gestora e da comunidade à qual está inserida, no caso, os membros da maçonaria. Nesses períodos, novas incorporações de objetos eram realizadas, além de se produzirem exposições e uma maior divulgação da instituição. Os diretores, com sua missão pessoal voltada para museus, passaram a ter um papel relevante, deixando uma marca indelével na trajetória da instituição.

Com o desenvolvimento do campo museal e das ações voltadas para cultura ao longo dos anos, observou-se alterações na instituição com foco em estabelecer novos órgãos e departamentos na estrutura organizacional, como a criação da Grande Secretaria de Cultura, a inclusão do Museu Maçônico no texto constitucional e nos regulamentos do GOB, tendo inclusive elencadas as competências do museu e dentre estas a de ministrar cursos de museologia.

Como visto, no Museu Maçônico Brasileiro e no Palácio do Lavradio foram preservados, ao longo dos anos, um importante acervo. Dentre os objetos ou coleções incorporados por doações de membros da fraternidade e seus familiares, lojas maçônicas e outras instituições maçônicas ou não, estavam pinturas, esculturas, documentos históricos, medalhas e joias, bem como alguns objetos ritualísticos. Além disso, a própria instituição produziu documentos, os quais alguns foram selecionados por estarem relacionados aos personagens históricos para guarda e exposição, e preservou objetos, mobiliários e pinturas, inclusive restaurando-os em alguns momentos.

Diversos documentos e livros parecem não ter chegado aos dias atuais, tais como um possível livro especial de registro das doações, um livro de tombamento do acervo, além dos inúmeros inventários feitos ao longo dos anos. A iniciativa de Ariovaldo Vulcano, divulgando as doações e os doadores nos *Boletins Oficiais*, permitiu, ante o desaparecimento dessa documentação, o registro de informações

relevantes sobre a história e a composição do acervo do Museu Maçônico Brasileiro.

Os *Boletins Oficiais* diante das suas edições e seus consequentes recortes e seleções apresentaram informações essenciais para a história do Grande Oriente do Brasil e de seu Museu. Seus editores, ao longo dos anos, apresentaram fragmentos do passado, deixando, como toda seleção, outros de lado. Infelizmente a falta de documentação específica sobre o museu, que afeta tantas outras instituições museais, impediu uma análise mais aprofundada da trajetória da formação do museu e de suas coleções.

Investigar a formação e a trajetória de museus em instituições privadas é um trabalho singular e árduo. Um dos maiores desafios de tais pesquisas está no acesso às fontes de informação. Ao se pensar em instituições maçônicas que são envoltas em relações de discrição ante aos não-membros, o trabalho da pesquisa é multiplicado. Apesar disso, os levantamentos de informações sobre as doações, os objetos e as coleções em exposição que a pesquisa permitiu, constituem em ponto de partida para novas pesquisas, para a documentação do acervo que ainda existe no Palácio do Lavradio e para sua futura organização e desenvolvimento pleno no âmbito do Grande Oriente do Brasil.

Alguns aspectos do Museu Maçônico Brasileiro ainda necessitam de maiores esclarecimentos. Dentre eles, a procedência das coleções, a datação mais precisa dos objetos, bem como a investigação dos aspectos institucionais mais recentes e das ações desenvolvidas pelo museu e sua instituição gestora nos anos posteriores à transferência do GOB para Brasília. E, de modo amplo, os diversos museus maçônicos levantados na pesquisa ainda não tiveram suas histórias contadas, sendo alguns efêmeros e outros ainda buscando formas de se manter.

Pesquisas sobre a formação de museus e coleções são basilares para a compreensão do cenário maior de desenvolvimento das experiências museais e da constituição do campo de saber relacionado à Museologia. Há ainda muito a ser feito para tornar mais visíveis esses museus e incorporá-los ao patrimônio museológico brasileiro. Ao pesquisar a formação de um Museu Maçônico no âmbito do Grande Oriente do Brasil durante o início do século XX, esperou-se contribuir com esse movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Síndrome de Museus?. **Série Encontros e Estudos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 51-68, 1996.

ACHIM, Miruna; PODGORNÝ, Irina (Ed.). **Museos al detalle**: colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-1870. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2014.

AGNES, Lourdes Maria. **O papel da coluna “pesquisa” do Jornal Gazeta do Sul na formação do acervo do Museu do Colégio Mauá no período 1987-1996**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia: Bacharelado, Porto Alegre, 2018.

ALBERTI, Samuel. Objects and the Museum. *In: ISIS*. v. 96, n.4, p. 559-571, 2005.

ANNUÁRIO ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial. Rio de Janeiro, 1931.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. São Paulo: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. Maçonaria: história e historiografia. *In: Revista USP*, São Paulo, n.32, p. 178-189, 1997.

BARATA, Mário. Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. *In: Revista do IHGB*, v. 147, n. 350, p.22-30, 1986.

BASTOS, O.; CARAJURÚ, O.; DIAS, E. **Livro maçônico do Centenário**. Rio de Janeiro, s. e., 1922.

BISERRA, Natália de Figueirêdo. **Memória da Associação Brasileira de Museologia (1963-1985)**: contribuições para a institucionalização de um campo de atuação profissional. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938.

_____. Decreto-lei nº 2.077, de 8 de março de 1940.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Um lugar de memória para a Nação**: o museu paulista reinventado por Affonso d'Escragnoille Taunay (1917-1945). 1999. 304p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279962>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. História nacional em São Paulo: o Museu Paulista em 1922. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 10-11, n.1, p. 79-103, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142003000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abril 2020.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. Sobrevivente entre “museus perdidos”: notas sobre o museu do instituto histórico e geográfico de Sergipe (1912-1946). In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], p. 195-211, 2020.

_____; PRADO, Paulo Brito do; SOUZA, Jean Costa. Em busca de outros passados museológicos: considerações sobre a constituição do campo museal no Maranhão (século XIX e início do século XX). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222021000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 06 fev. 2021.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar. **Cadernos de sociomuseologia**, Lisboa, n. 9, p. 9-33, 1996.

CAMARGO, Felipe Côte Real de. La cultura material como fuente para la historia de la masonería: El caso de los mandiles en la masonería inglesa (1720-1820). In: ESQUIVEL, Ricardo Martínez; ANDRÉS, Yván Pozuelo; ARAGÓN, Rogelio (Ed.). **300 años: masonerías y masones (1717-2017)**. Tomo V: Cosmopolitismos; Ciudad de México: Palabra de Clío, 2018.

CARVALHO, Márcio Dillmann de. **Além das colunas do templo: Um estudo do Museu Maçônico Rocco Felipe**. 57f. Monografia, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS, 2011.

CARVALHO, William Almeida de. O GOB no limiar do Terceiro Milênio. In: CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.

CASTELLANI, José. **História do Grande Oriente do Brasil: a maçonaria na história do Brasil**. São Paulo: Madras, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a cultura do patrimônio da Bahia (1894-1927). In: BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.).

Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], p. 140-158, 2020.

_____; LOPES, Maria Margaret. Museus provinciais: contribuições para o panorama museológico brasileiro. In: **Museologia e Patrimônio** - Rev. Eletr. do PPG. em Museologia e Patrimônio - Unirio/ MAST. v.13, n.1, p. 144-166, 2020.

COLUSSI, Eliane. Plantando Ramas de Acácia: **A Maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

CURY, Marília Xavier. A importância das coisas: museologia e museus no mundo contemporâneo. In: SIMON, Samuel. **Um século de conhecimento:** arte, filosofia, ciência e tecnologia no século XX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

DENNIS, Mark. The material culture of freemasonry. In: BOGDAN, Henrik; SNOEK, Jan. **Handbook of freemasonry**. V. 8. Boston: Brill, 2014.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. n. 135, ano VIII, 1953.

FERNANDES, R. C. A história da medalhística do Grande Oriente do Brasil. In: LEITE, Hélio Pereira (org.). **O Grande Oriente do Brasil comemora 195 anos de sua fundação**. 1. ed. Brasília: Crio Gráfica e Editora ME, v. 1, p. 223-239, 2017a.

_____. Maçonaria e museologia: análise dos objetos maçônicos de D. Pedro I. In: I Congresso Internacional de Ciência e Maçonaria, 2017, Brasília. **Revista Ciência e Maçonaria**. Brasília: NP3-CEAM-UnB, v. 4. p. 19-24, 2017b.

_____; LOPES, Maria Margaret. A preservação do patrimônio cultural maçônico a partir de coleções e museus. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v. 15, n. 4, p.1-13, 2020.

FERNÁNDEZ, Luís. **Museología y Museografía**. 4. ed. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2010.

FERRER BENIMELI, José Antonio. **Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria**. São Paulo: Madras, 2010.

FIGUEIREDO, Joaquim. **Dicionário de maçonaria**. São Paulo: Editora Pensamento, 1990.

FREITAS, Itamar. Memória do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *In: Guia do Arquivo do IHGSE*, Aracaju: IHGS, 2009. Disponível em: <<http://itamarfo.blogspot.com/2007/12/memoria-do-arquivo-do-instituto.html>> Acesso em: 12 de jan. de 2021.

GIL, Fernando Bragança. Museus de ciência e técnica. *In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.). Iniciação à museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

GOMES, Ana L. A.. Por uma Semântica do Patrimônio Cultural. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 9, p. 340, 2016.

_____; LOPES, Maria Margaret. 'Museus em revistas': as origens e disputas pelo Museu do Arquivo Nacional. **Museologia e Patrimônio**, v. 13, p. 20-47, 2020.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Typ. Alexandre Ribeiro & C.: Rio de Janeiro, 1901.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Typ. da Casa Vallelle: Rio de Janeiro, 1930.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Typ. da Casa Vallelle: Rio de Janeiro, 1938.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Typ. da Casa Vallelle: Rio de Janeiro, 1953.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1962.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **Constituição do Grande Oriente do Brasil**. Brasília, 2009.

GRAND LODGE OF FREE AND ACCEPTED MASONS OF MICHIGAN. **Michigan Masonic Manual**, Michigan, s.e., 2009.

GUARNIERI, W. R. C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. 1990. *In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússia Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.

HEDSTROM, Margaret *et al.* **On the LAM: Library, Archive, and Museum Collections in the Creation and Maintenance of Knowledge Communities**. Organization for Economic Cooperation and Development, 2004. Disponível em:

<<http://www.oecd.org/education/innovation-education/32126054.pdf>>, acesso em: 05 de mar. de 2020.

HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collecting institutions. **Art Libraries Journal**, v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.

KAULBACK, Michael S. The Value Of Masonic Libraries. **Pictou County Masons**. 1996. Disponível em: <<http://pictoumasons.org/talks/The%20Value%20Of%20Masonic%20Libraries%20-%20Michael%20S.%20Kaulback.pdf>>. Acesso em 19 de dezembro de 2019.

KOFES, Suely. Trajetória social: política e sentidos. **Campos** (UFPR), v. 8, p. 27-40, 2007.

LAGO, Pedro Corrêa do (Ed.). **Brasiliana IHGB**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - 175 Anos. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2014.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. Trajetórias museológicas, biografias de objetos, percursos metodológicos. *In*: ALMEIDA, Marta de; VERGARA, Moema de R. (org.). **Ciência, história e historiografia**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LUBAR, S., RIEPPEL, L., DALY, A., DUFFY, K. Lost Museums. **Museum History Journal**. v. 10(1), p. 1-14, 2017.

MENESES, Ulpiano T. B. de. Para que serve um museu histórico?. *In*: MENESES, Ulpiano T. B, et al. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/USP, 1992.

_____. A exposição museológica e o conhecimento histórico *In*. FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G. **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentum; Brasília, DF: CNPq, 2005.

MORATA, Raphaël. **La franc-maçonnerie**: les secrets des objets. Paris: Editions Ch. Massin, 1990.

NEWELL, Aimee E.; STELLING, Hilary Anderson; SWANSON, Catherine Compton. **Curiosities of the Craft**: Treasures from the Grand Lodge of Massachusetts Collection. Boston: Grand Lodge of Masons in Massachusetts, 2013.

PEARCE, Susan. Pensando sobre os objetos. *In*: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (org.). **Museus**: instituições de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, p. 11-21, 2005.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *In*: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Oficial/Casa da Moeda, 1984.

_____. **Collectors and curiosities:** Paris and Venice 1500-1800. Cambridge, Reino Unido.: Polity Press, 1990.

POSSAS, Helga C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In*: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana G (org.). **Museus:** dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argvmentum; Brasília: CNPq, 2005.

PROBER, Kurt. **Imprensa maçônica brasileira.** Paquetá: Ed. Própria, 1982.

_____. **A verdadeira História do Palácio Maçônico do Lavradio.** Paquetá: Ed. Própria, 1986.

_____. **Catálogo das duas maiores coleções de medalhas maçônicas brasileiras.** Paquetá: Ed. Própria, 1988.

_____. **Achegas para a história da maçonaria no Brasil.** Vol. 3, Rio de Janeiro: Princeps, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. Vol.19, n.55, pp.53-72, 2004.

SILVA, Tiago Cesar. **Para além de esquadros e compassos:** a construção da memória maçônica no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SEKARAN, Uma. **Research methods for business:** a skill-building approach. 4. ed. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 2003.

TABBERT, Mark. Highlights from the Grand Lodge of Massachusetts Collection. **Pietre-stone Review of Freemasonry.** 2005. Disponível em: <<http://www.freemasons-freemasonry.com/tabbert4.html>>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Lista de museus maçônicos por continente/ país

| CONTINENTE | PAÍS | NOME | ANO DE FUNDAÇÃO | INSTITUIÇÃO GESTORA |
|------------|--------|---|-----------------|--|
| AMÉRICA | Brasil | Museu do Grande Oriente do Brasil - RJ – GOB | - | Grande Oriente do Brasil |
| | Brasil | Museu Maçônico Ariovaldo Vulcano - GOB | 1995 | Grande Oriente do Brasil |
| | Brasil | Museu Maçônico José Bonifácio | 1955 | Grande Oriente de São Paulo |
| | Brasil | Museu Maçônico Paranaense - Virtual | 2008 | Particular |
| | Brasil | Museu Maçônico Past-Grão Mestre Mário Verçosa | 1996 | Grande Loja Maçônica do Amazonas |
| | Brasil | Museu Maçônico Rocco Felipe | - | Loja Fraternidade Nº 3 |
| | Brasil | Museu Maçônico da Imagem e do Som | 1997 | - |
| | Brasil | Museu da Loja Maçônica Fraternidade Castrense | - | - |
| | Brasil | Centro Cultural do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito | 1995 | Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito |
| | Brasil | Museu Maçônico “Udo Schleusner” | 1928 | Grande Loja Symbolica da Bahia |
| | Brasil | Casa da Cultura - Museu da Maçonaria | 2002 | Grande Oriente Estadual do Piauí |
| | Brasil | Memorial Maçônico de Itápolis | 2006 | Loja Dr. João Carlos Ferraro nº 2011 |
| | Brasil | Museu Maçônico do Espírito Santo | - | Loja União e Progresso |
| | Brasil | Museu Maçônico Pelicano - Virtual | Virtual | Particular |
| | Canadá | Masonic Museum | - | Grand Lodge Of Canada |

| | | | | |
|--|------------|---|------|--|
| | Chile | Museo Masonico | - | Grande Logia de Chile |
| | Costa Rica | Museo Masónico Rafael Obregón Loría | 1937 | Gran Logia de la Costa Rica |
| | Cuba | Museu Nacional Masonico Aurelio Miranda Alvarez | 1955 | Grande Loja de Cuba |
| | EUA | George Washington Masonic National Memorial | 1911 | - |
| | EUA | Masonic Library and Museum Of Indiana | - | Grand Lodge Of Indiana |
| | EUA | Chancellor Robert R Livingston Masonic Library | 1850 | Grand Lodge Of New York |
| | EUA | Brazos Valley Masonic Library And Museum | - | - |
| | EUA | Michigan Masonic Museum And Library | 1979 | Michigan Masonic Charitable Foundation |
| | EUA | Masonic Library And Museum Association Of Covington Scottish Rite | - | Covington Scottish Rite |
| | EUA | Colorado Masonic Library and Museum | - | Grand Lodge Of Colorado |
| | EUA | El Paso Scottish Rite Historical Library And Museum | - | El Paso Scottish Rite |
| | EUA | Alberta Masonic Library And Museum | - | Grand Lodge Of Alberta |
| | EUA | Masonic Museum | - | Grand Lodge Of Arkansas |
| | EUA | The Louisiana Masonic Library/Museum | 2010 | Grand Lodge Of The State Of Louisiana |
| | EUA | Atlanta Masonic Library & Museum Association | - | - |
| | EUA | Colonel James B. Ladd Museum | - | Minnesota Masonic Heritage Center |
| | EUA | Washington Grand Lodge Library And Museum | - | Grand Lodge Of Washington |

| | | | |
|-----|--|---------|---|
| EUA | Scottish Rite Valley Of Chicago Museum And Library | - | Scottish Rite Valley Of Chicago |
| EUA | Phoenix Masonry Masonic Museum And Library | Virtual | - |
| EUA | The Scottish Rite Masonic Museum & Library - National Heritage Museum | 1975 | Scottish Rite Freemasons Of The Northern Masonic Jurisdiction |
| EUA | The Maryland Masonic Museum | 1819 | Grand Lodge of Maryland |
| EUA | Grand Lodge Museum | - | Grand Lodge Of Free And Accepted |
| EUA | Library And Museum Of The Supreme Council Of 33° S.J. (Albert Pike Museum, Americanism Museum) | - | Masons Of Tennessee |
| EUA | Grand Lodge Of Ohio Museum | 1956 | The Supreme Council, 33°, A. & A.S.R. Of Freemasonry, S.J |
| EUA | Masonic Library And Museum Of Pennsylvania | 1908 | - |
| EUA | Maine Masonic Library & Museum | - | Grand Lodge Of Pennsylvania |
| EUA | Robert Monteith Masonic Library And Museum | - | Grand Lodge Of Maine |
| EUA | Masonic Library And Museum | - | Madison Masonic Center |
| EUA | The Lee Lockwood Scottish Rite Library And Museum | - | Grand Lodge Of Iowa |
| EUA | Allen E. Roberts Masonic Library And Museum | - | Scottish Rite Foundation Of Texas |
| EUA | Henry Wilson Coil Library And Museum Of Freemasonry | 1996 | Grand Lodge Of Virginia |

| | | | | |
|---------------|----------------------|---|---------|--|
| | Peru | Museo Masónico Y Archivo Histórico | - | Gran Logia Del Perú |
| | República Dominicana | Museo Masonico Adriano Reynoso | 1948 | - |
| EUROPA | Alemanha | Deutsches Freimaurer Museum (Museu Maçônico Alemão) | 1902 | - |
| | Alemanha | Freimaurer Museum Michaelisdonn (Freemasons Museum St. Michaelisdonn) | 1979 | - |
| | Áustria | Museumsverein Schloss Rosenau (Museu Maçônico Rosenau) | 1975 | - |
| | Bélgica | Musée Belge de La Franc-Maçonnerie (Museu Belga da Maçonaria) | - | Grand Orient de Belgique |
| | Escócia | Grand Lodge of Scotland Museum and Library | - | Grande Loja da Escócia |
| | Escócia | Lodge Tarbolton (Kilwinning) St James Virtual Museum | Virtual | - |
| | Espanha | Museo Virtual de Historia de La Masonería | Virtual | Universidad Nacional de Educación A Distanci |
| | Espanha | Museo Masonico de Salamanca | - | Centro Documental De La Memoria Histórica |
| | Finlândia | Museum Of Freemasonry | - | The Grand Lodge Of Finland |
| | França | Musée de La Grande Loge de France | - | Grande Loja da França |
| | França | Museu da Grande Loja Nacional Francesa | - | Grande Loja Nacional Francesa |
| | França | Musée de La Franc-Maçonnerie | 1889 | Grande Oriente da França |
| | França | Musée Virtuel de La Musique Maçonnique | - | - |

| | | | | |
|--|------------|--|------|---|
| | Grécia | Masonic Museum "Phoenix Of Corfu" National G.L. Of Greece | 2006 | - |
| | Holanda | Centro Cultural Maçônico "Prins Frederick" | - | Orde Van Vrijmetselaren In Het Koninkrijk Der Nederlanden (Ordem Dos Maçons No Reino Dos Países Baixos) |
| | Inglaterra | Library And Museum Of Freemasonry | 1840 | - |
| | Inglaterra | Worcestershire Masonic Library And Museum | - | - |
| | Inglaterra | Dorset Masonic Museum | - | Provincial Grand Lodge of Dorset |
| | Inglaterra | Berkshire Library & Museum Of Freemasonry | 1896 | Berkshire Masonic Centre |
| | Inglaterra | Kent Museum Of Freemasonry | 1933 | - |
| | Irlanda | Biblioteca e Museu da Grande Loja | - | - |
| | Islândia | Masonic Museum Iceland | - | - |
| | Itália | Museo Di Simbologia Massonica | 2012 | - |
| | Itália | La Biblioteca e Museo Della Gran Loggia Regolare D'italia | - | - |
| | Noruega | Museu da Ordem Norueguesa Dos Franco-Maçons | - | Norwegian Order of Freemasons Norway |
| | Portugal | Museu Maçônico Português | 1984 | Grande Oriente Lusitano |
| | Portugal | Museu da República e Maçonaria | 2012 | - |
| | Suécia | Svenska Frimurare Orden Museum (Museu Maçônico Sueco) | - | - |

| | | | | |
|----------------|---------------|---|---|---|
| | Suíça | Masonic Museum Switzerland | - | - |
| | Turquia | Museu Maçônico | - | - |
| OCEANIA | Austrália | Adelaide Masonic Centre Museum | - | - |
| | Austrália | Masonic Museum Of United Masters Lodge No.167 | - | - |
| | Austrália | Museum Of Freemasonry | - | - |
| | Nova Zelândia | Freemasons New Zealand Museum | - | The Grand Lodge of Antient, Free and Accepted Masons of New Zealand |
| | Nova Zelândia | Masonic Museum of United Masters Lodge No 167 | - | United Masters Lodge No 167 |

APÊNDICE B – Taxonomia da cultura material maçônica

1. BIBLIOGRÁFICO

- 1.1. boletim
- 1.2. jornal
- 1.3. livro
- 1.4. revista
- 1.5. ritual
 - 1.5.1.1. aprendiz (Grau 1)
 - 1.5.1.2. companheiro (Grau 2)
 - 1.5.1.3. mestre (Grau 3)

2. COMEMORATIVO

- 2.1. abotoadura
- 2.2. adesivo
- 2.3. anel
- 2.4. bengala
- 2.5. boton
- 2.6. broche
- 2.7. cachimbo
- 2.8. camisa
- 2.9. caneca
- 2.10. caneta
- 2.11. canivete
- 2.12. carteira
- 2.13. cartão
- 2.14. cartão de visitas
- 2.15. cartão telefônico
- 2.16. casaco
- 2.17. chapéu
- 2.18. chaveiro
- 2.19. cinzeiro
- 2.20. copo
- 2.21. estojo
- 2.22. flâmula
- 2.23. garrafa
- 2.24. gravata
- 2.25. medalha
 - 2.25.1. antiguidade
 - 2.25.2. comemorativa
 - 2.25.3. insígnia da loja
 - 2.25.4. mérito

- 2.26. meia
- 2.27. pasta
- 2.28. placa
- 2.29. pin
- 2.30. pingente
- 2.31. prendedor de gravata
- 2.32. relógio
- 2.33. selo
- 2.34. sandália
- 2.35. taça

3. DECORATIVO

- 3.1. castiçal
- 3.2. caixa-estojo
- 3.3. cofre
- 3.4. espada
- 3.5. mobiliário
 - 3.5.1. altar
 - 3.5.2. cadeira
 - 3.5.3. mesa
 - 3.5.4. trono
- 3.6. porcelana
 - 3.6.1. jarro
 - 3.6.2. prato
 - 3.6.3. terrina
 - 3.6.4. tigela
 - 3.6.5. travessa
 - 3.6.6. xícara
- 3.7. talher
 - 3.7.1. colher
 - 3.7.2. faca
 - 3.7.3. garfo
- 3.8. tapete
- 3.9. vaso

4. DOCUMENTO

- 4.1. atas
- 4.2. carta
- 4.3. carta constitutiva
- 4.4. carta patente
- 4.5. carteira de identificação maçônica
- 4.6. certificado

- 4.7. diploma
- 4.8. ficha de cadastro maçônico
- 4.9. folheto
- 4.10. fotografia
- 4.11. prancha
- 4.12. quadro de membros
- 4.13. vídeo

5. ICONOGRAFIA

- 5.1. arte
 - 5.1.1. desenho
 - 5.1.2. escultura
 - 5.1.3. gravura
 - 5.1.4. pintura
- 5.2. bandeira
- 5.3. carimbo
- 5.4. distintivo
- 5.5. estandarte
- 5.6. insígnia
- 5.7. painel
- 5.8. selo
- 5.9. sinete
- 5.10. timbre

6. RITUALÍSTICO

- 6.1. adaga
- 6.2. cetro
- 6.3. cinzel
- 6.4. coluna
- 6.5. compasso
- 6.6. esquadro
- 6.7. espada flamígera
- 6.8. espadim
- 6.9. estrela
- 6.10. gládio
- 6.11. indumentária/paramento
 - 6.11.1. avental
 - 6.11.2. chapéu
 - 6.11.3. colar
 - 6.11.4. faixa
 - 6.11.5. luva
 - 6.11.6. punho

- 6.11.7. túnica
- 6.12. joia
 - 6.12.1. cargo
 - 6.12.2. grau
- 6.13. lâmpada
- 6.14. livro da lei
- 6.15. malhete
- 6.16. maço
- 6.17. manto
- 6.18. medalha cerimonial
- 6.19. painel de grau
- 6.20. pedra
- 6.21. prumo
- 6.22. régua
- 6.23. saco de proposições
- 6.24. terno
- 6.25. trolha
- 6.26. urna

7. OBJETO NÃO MAÇÔNICO

APÊNDICE C - Lista das doações ao Museu Maçônico por ano

1844

5. ICONOGRAFIA

5.1.3. Escultura

“A Caridade”, Fernando Pettrich. Doado ao Grande Oriente do Brasil em 1844.

1879

5. ICONOGRAFIA

5.1.4. Pinturas:

1 Retrato de José Clemente Pereira; artista: Antonio Henrique da Silva Heitor. Doação da Loja União Escosseza.

1 Retrato do Marquês de Abrantes, artista: Antonio Henrique da Silva Heitor. Doação da Loja União Escosseza.

1 Retrato do Visconde de Cayrú; artista: Antonio Henrique da Silva Heitor. Doação da Loja União Escosseza.

1 Retrato do Grão-Mestre Joaquim Marcelino de Brito; artista: Antonio Henrique da Silva Heitor. Doação da Loja União Escosseza.

1906

2. COMEMORATIVO

2.25. Medalhas:

1 Medalha comemorativa do lançamento da pedra fundamental do novo edifício da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1905. Doação da Biblioteca Nacional.

1 Medalha comemorativa da inauguração da avenida central, 15 de novembro de 1905. Doação da Comissão construtora da avenida central - RJ.

1918

4. DOCUMENTO

4.7. Diploma

Diploma do Grande Colegio dos Ritos do Seio do Grande Oriente do Brazil, conferindo o grau de Sob. Príncipe Rosa Cruz ao Ir. Pedro Brasil, vigário de Saubára - oriente da Bahia, datado de 12 de março de 1843 e assinado pelo

Visconde de Albuquerque, Grão Mestre do GOB e por José Clemente Pereira, Grão Mestre Adjunto. Doação do Poderoso Irmão Vitalino Candido de Almeida.

4.11. Prancha

Prancha datada de 8 de junho de 1877 do Padre Eutychio Pereira da Rocha, grau 33 atestando o gr. 18 de um maçom. Doado pela viúva de um maçom.

1957

2. COMEMORATIVO

2.25. Medalhas:

1 medalha em prata, comemoração do Centenário do GOB, pequena. Doação do Irmão José Guedes.

1 medalha em bronze da Loja Cardoso Júnior (Paraná). Doação do Irmão Joaquim Amaral.

1 medalha hexagonal em esmalte, da Loja Luz do Oriente (Bahia). Doação do Irmão Joaquim Amaral.

1 medalha em metal branco, pró construção do prédio do Grande Oriente de São Paulo. Doação do Irmão Herros Capello.

1 medalha de metal amarelo e esmalte, da Loja Luiz Gama (S. Paulo), pertenceu a um Irmão falecido. Doação do Irmão Herros Capello.

2.28. Placa:

1 cartão de prata de 10 cm por 6 cm, todo gravado com símbolos maçônicos, oferecido pela Loja Belo Horizonte ao Irmão Jorge Bittencourt quando seu Venerável, em estojo de veludo cinza. Doação do Irmão agraciado.

5. ICONOGRAFIA

5.1.2. Esculturas:

1 Busto do Barão do Rio Branco, original em gesso patinado, obra do escultor Paulo Mazzucchelli. Doação do escultor.

1 Estátua do Duque de Caxias, à cavalo, maquete de um monumento, em gesso patinado, da autoria de Humberto Cozzo. Doação do escultor.

5.4. Distintivos:

1 triangular em esmalte, da Loja Frsiermidade Dabians. Doação do Irmão Jorge Bittencourt.

1 distintivo de ouro, uma balança em um triângulo usado pelos juízes do Tribunal de Justiça do Grande Oriente Unido. Doação do Irmão Ariovaldo Vulcano.

1 distintivo em ouro e esmalte azul, com o emblema maçônico. Doação do Irmão Ariovaldo Vulcano.

1 distintivo em prata (esquadro e compasso e G). Doação do Irmão Ariovaldo Vulcano.

1 distintivo em ouro da França, e esmalte branco, com o esquadro e compasso. Doação do Irmão Leopoldo Vasconcelos.

5.6. Insígnias:

1 insígnia de prata, inglesa, de Past Master, Doação do Irmão Kurt Prober.

1 insígnia inglesa de prata cinzelada com pedras fantasias, oferecida ao Irmão Josefino por ter traduzido o ritual do Rito de York. Doação do Irmão Joaquim Amaral.

6. RITUALÍSTICO

6.11. Indumentárias/Paramentos:

1 avental de Cavaleiro Rosa Cruz do Rito Escocês, com ricos bordados a ouro, no estado. Doação do Irmão Jorge Bittencourt.

1 Fita de Cavaleiro Rosa Cruz, Rito Escocês, com joia em bronze que pertenceu ao Irmão Frederico Guilherme Paulo Heuseler. Doação da família.

1 Fita de Mestre do Rito Escocês, sem joia, com ricos bordados a ouro. Doação do Irmão Porfirio Sécca.

1 Fita estreita da Grande Loja da França. Doação do Irmão Porfirio Sécca.

1 avental de Mestre, em pelica, da Loja Sant'Ana, de Liverpool, Inglaterra. Doação do Irmão Ariovaldo Vulcano.

6.12. Joias:

1 joia em prata do Grau 12 do Rito Escocês. Doação do Irmão José Guedes.

1 joia da Grande Loja da França (dois triângulos entrelaçados tendo no centro as letras G, L, F, entrelaçadas. Doação do Irmão Porfirio Sécca.

1958

1. BIBLIOGRÁFICO

1.3. Livros:

“Masonic Manual”, por S. E. COX, com ex-libris maçônico de David Flather. Doação de Ariovaldo Vulcano.

“Uma História da Maçonaria” de Manoel Arão. Doação do Irmão Antonio Brito Miguel (Recife).

“História da Maçonaria”, Manoel Aarão. Doação do Irmão Custodio Lobo.

1 livro: “Arquivo Maçônico” (Pernambuco) de 1909, Doação do Irmão Antonio Brito Miguel.

“Sociologia” 2 vols. Doação do Irmão Manoel Gonzales Del Valle (Peru).

“Manual General de Maçonnerie” (Paris - 1856). Doação do Irmão Urbano Pinheiro.

Coleção, em brochura, do “Arquivos Maçônicos” (1908-1912). Doação da Loja Segredo e Amor da Ordem (Recife).

2. COMEMORATIVO

2.1. Abotoadura

1 par de abotoaduras de prata, em forma de caveiras, pertenceu ao Irmão Gastão Afonso M. Barros. Doação do Irmão Feliciano A. M. Barros.

2.18. Chaveiro

1 chaveiro de metal com emblema maçônico. Doação do Irmão Abelardo Albuquerque.

2.19. Cinzeiro

1 cinzeiro de porcelana, com emblema da Loja “Franklin D.Roosevelt”, Recife. Doação do Irmão J. E. Milagres.

2.25. Medalhas:

1 medalha de prata da Loja 12 de Setembro. Doação do Irmão Augusto Pinheiro Moreira.

1 medalha de prata, Lowton, da Loja Visconde do Rio Branco. Doação da referida Loja.

4 medalhas de prata, Loja de Perfeição, Capítulo, Kadosch e Consistório. Doação do Irmão, Grande Comendador, Álvaro de Figueiredo.

1 medalha de prata, triangular, grande, com emblemas maçônicos. Doação do gravador Américo.

1 medalha de prata, triangular, pequena, com emblemas maçônicos. Doação do gravador Américo.

1 medalha de bronze, da Loja Theodor Hersz. Doação da mesma.

1 medalha de bronze da Loja Esperança. Doação do Irmão Amaral.

1 medalha de prata, do Sup.: Tribunal, Doação do Irmão Kurt Prober.

1 medalha de prata das lojas Comércio e Artes, União e Tranquilidade e Esperança de Niterói.

1 medalha da Loja União Constante.

1 medalha de bronze da Loja Vigilância. Doação do Irmão Astrogildo Calypso de Carvalho.

1 medalha de bronze da Loja Restauração Pernambucana. Doação do Irmão Astrogildo Calypso de Carvalho.

2 medalhas da Loja, Udo Schlossiner, em metal amarelo.

1 medalha da Loja União Constante. Doação de um Irmão que não declinou seu nome.

1 medalha triangular de prata Lowton. Doação do Irmão Feliciano Antonio M. Barros.

1 medalha da Loja “Restauração Pernambucana”, do Recife. Doação do Irmão Sigismundo F. Medeiros.

1 medalha da Loja “Segredo e Verdade”, Oriente de Vitória de S. Antão. Doação do Irmão Manoel Tenório da Silva (Recife).

1 medalha da Loja Vigilância e Segredo, Recife. Doação da mesma

1 medalha da Loja “Segredo e Amor da Ordem”, Recife. Doação da mesma.

2 medalhas da Loja "Segredo e Amor da Ordem", uma pequena e antiga e outra de bronze — prêmio — Doação do Irmão José Thomé do Espírito Santo (Recife).

1 medalha de bronze, da Loja “6 de Março de 1817”. Prêmio. Doação do Irmão Francisco Bezerra.

1 medalha da Loja Mensageiros do Bem, Garanhuns. Doação da mesma.

3 medalhas da Loja 6 de Março de 1817, Centenário, Prêmio e Assiduidade. Doação da mesma.

1 medalha de bronze, da Loja “Redenção do Oriente”.

1 medalha de prata da Loja Joaquim Nabuco, Recife. Doação da mesma.

1 medalha da Loja Conciliação, Recife. Doação do Irmão João Pereira da Costa.

1 medalha da Loja “Pelicano”, Recife. Doação do Irmão João Pereira da Costa.

1 medalha de prata da Loja Aurora nº 15 de Huancayo, Perú. Doação do Irmão Manoel Gonzales Del Valle (Peru).

1 medalha de bronze comemorativa do Centenário da Loja Cuyahoga. Doação do Irmão Samuel S. Dunley.

1 medalha de metal branco da Loja G. Mazzini. Doação da mesma.

1 medalha de prata centenária, da Loja União Escosseza. Doação de D. Maria d'Ascensão Costa.

1 medalha em metal e esmalte da Loja Segredo e Verdade, ao Oriente de Vitória do Santo Antão. Doação da mesma.

1 medalha em bronze da Loja 6 de Março de 1817. Doação do Irmão Mário Mello (Recife).

1 medalha de prata com passador de metal, comemorativa da instalação da Loja Redenção do Oriente. Doação da mesma.

1 medalha de Lowton de prata da Loja Virtude e Justiça, ao Oriente do Ceará. Doação do Irmão Wilson Chagas.

2.28. Placa

1 peça de metal executada pelo Irmão João Hilário e oferecida à Loja “Deus e Humanidade”, de Alagoinhas, e por Doação de Gumercindo Carvalho à Loja 2 de Julho, esta ofereceu ao Museu Maçônico.

2.32. Relógio

1 relógio de prata, redondo, com emblemas maçônicos no mostrador. Doação do Irmão Samuel S. Dunley.

3. DECORATIVO

1 balança pesa cartas. Doação do Irmão Carlos A. Machado.

3.6. Porcelana

2 pratos, xícara e pires de café e prato de parede com emblema da Loja Beckman, do Oriente de São Luiz do Maranhão. Doação da mesma.

4. DOCUMENTO

4.12. Vídeo:

Documentário sobre o GOB. Doação do Grande Oriente do Paraná.

5. ICONOGRAFIA

1 clichê tipográfico da Antiga Loja “Pelicano”. Doação da Loja Segredo e Amor da Ordem.

5.1.4. Pintura:

1 Retrato a óleo de Eduardo Raboeira, pintado por Guttman Bicho. Doação da Loja Luz e Discrção.

5.4. Distintivos:

1 distintivo pequeno para lapela. Doação do Irmão Feliciano A. M. Barros.

1 distintivo em esmalte azul, para lapela. Doação do Irmão Álvaro Sousa Martins.

2 distintivos da Comissão de Polcia, com esmalte azul. Doação do Irmão Alvaro Souza Martins.

2 distintivos, um de blusa e outro de ombreira. Doação do Instituto Conselheiro Macedo Soares.

3 distintivos de lapela em esmalte branco, azul e vermelho. Doação do Irmão Samuel S. Dunley.

1 pequeno de lapela e um para gravata, hexagonal, em esmalte azul. Doação do Irmão Samuel S. Dunley.

1 emblema da Loja Humanitas, S. Paulo. Doação da mesma.

5.6. Insígnias:

1 emblema do Conclave do Rito Brasileiro — Doação do Irmão Soares.

1 insígnia do Masonic Institution Royal for Boys 1957. Doação do Irmão H. G. Smith (da Loja Eureka).

2 emblemas da Loja Cavalheiros da Cruz. Doação da mesma.

1 emblema em prata e esmalte da Loja Cavalheiros da Cruz. Doação do Irmão Mario Mello.

6. RITUALÍSTICO

6.11. Indumentárias/Paramentos:

1 fita de Cavaleiro Rosa Cruz. Doação do Irmão Edison de Oliveira Souza.

1 fita de mestre do Rito Brasileiro. Doação do Irmão Armando.

1 fita de mestre que pertenceu ao Irmão Ladislau Dias de Oliveira. Doação do Irmão Lourenço Fortes.

1 fita alemã do Grau 30 que pertenceu ao Irmão Gastão Afonso de Mesquita Barros (Loja H. Valadares). Doação do Irmão Feliciano A. M. Barros.

1 fita antiga de Mestre Rito, Doação do Irmão Porfírio Sécca.

1 fita do Grau 31 pertenceu ao Irmão Manoel Luiz de Carvalho (Loja Discrção), entregue pelo Irmão Mesquita.

1 fita de Cavaleiro Rosa Cruz francês com joia, em metal. Doação de D. Maria d'Ascensão Costa, viúva do Irmão Albertino Ferreira da Costa.

6.12. Joias:

1 joia de Cavaleiro Rosa Cruz, em preta e cravejada de pedras fantasias. Doação do Irmão Edison de Oliveira Souza.

1 joia do Grau 30 em metal e esmalte, águia de prata, que pertenceu ao Irmão Gastão Afonso de Mesquita Barros (Loja H. Valadares). Doação do Irmão Feliciano A. M. Barros.

1 joia do Grau 30, em esmalte e pedras. Doação do Irmão Lara Ribas.

1 esquadro cravejado de pedras. Doação do Irmão Prof. A. Grilo.

1 joia de diácono em metal, Doação do Irmão Prof. A. Grilo.

1 esquadro em metal.

1 joia de venerável, em metal prateado.

1 joia de Secretário (prata).

1 joia formada por tríplice triângulo com uma espada e uma mão cruzadas.

2 joias de Venerável, em metal.

1 joia de Mestre.

1 joia de Venerável com cercadura de cobre, todas oferecidas pelo Irmão Feliciano A. M. Barros.

1 joia de Cavaleiro Rosa Cruz, em prata cravejada de pedras. Doação do Irmão Samuel S. Dunley.

1 joia Cavaleiro Rosa Cruz em prata com pedras. Doação do Irmão Brito Miguel (Recife).

1 joia do Grau 31 pertenceu ao Irmão Manoel Luiz de Carvalho (Loja Discrissão). Doação do Irmão Mesquita.

6.23. Saco de proposições

2 Sacolas antigas, da Loja União e Tranquilidade. Doação da mesma.

1 saco de proposta e informações da antiga Loja Discrissão. Doação do Irmão Venerável da Loja Luz e Discrissão.

6.25. Trolha

1 trolha de metal prateado, com emblema maçônico e cabo de osso. Doação do Irmão Feliciano A. M. Barros.

6.26. Urna

1 escrutínio de madeira da antiga Loja Filhos da Luz. Doação do Irmão Venerável da Loja Luz e Discrção.

1959

1. BIBLIOGRÁFICO

1.3. Livros:

“Teófilo Ottoni, Ministro do povo”. Doação do Irmão Edmundo Martins.

“Les Mystères de la Franc-Maçonnerie”, por Leo Taxil, Doação do Irmão Leôncio Vieira de Rezende.

“Campanha Jurídica pela libertação dos escravos”, do Conselheiro Macedo Soares, Doação do Ir. Cândido F. Almeida, Grande Chanceler da Ordem.

“Manual do Cobridor Maçônico”. Doação do Irmão Daniel Gonçalves (Londrina).

“Silveira Martins e sua época”. Doação do Irmão José Silva (Porto Alegre).

1.4. Revistas:

4 números do “ORIENTE”, ano V, Vol. I a IV. Doação do Irmão Lourenço Fortes.

2. COMEMORATIVO

2.1. Abotoadura

1 botoeira de prata, com uma trolha. Doação do Irmão Dr. d'Ávila.

2.18. Chaveiro:

1 em metal dourado da Loja Otacílio Camará.

2.22. Flâmulas:

1 flâmula da Inauguração do Templo de Porto Alegre. Doação do Irmão José da Silva (Venerável da Loja Justiça e Perfeição).

2 Flâmulas, uma da Loja Cardoso Júnior e outra do Oriente de Governador Valadares. Doações do Irmão José Silva (Porto Alegre).

1 Flâmula da Loja Hermanubis. Doação da mesma.

2 Flâmulas da inauguração do Edifício do GOB em Porto Alegre. Doação da comissão encarregada da construção do mesmo.

2.25. Medalhas:

1 medalha de bronze da 7ª mesa redonda dos Secretários de Grão-Mestres das Grandes Lojas. Doação do Irmão José Peon (Curitiba).

1 medalha da Loja Cardoso Júnior e outra da Loja Firmeza. Doação do Irmão José Peon (Curitiba).

2 medalhas, sendo uma de cobre e outra em metal branco da Loja Sol do Oriente. Doação do Irmão José Peon.

1 medalha de bronze da Loja Jur Eintrad de P. Alegre. Doação do Irmão Isbert Horowitz (P. Alegre).

1 medalha de prata da Loja Amizade ao Cruzeiro do Sul. Doação do Irmão Isbert Horowitz (P. Alegre).

1 medalha de prata da Loja Saldanha Marinho (Livramento). Doação do Irmão Hernandes em nome da Loja Hermanubis (P. Alegre).

1 medalha de prata do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Doação do Sereníssimo Grão-Mestre, Irmão Antão A. Chagas.

2 medalhas de bronze, uma da Loja Estrela d'Oeste e outra do Congresso Maçônico de Santos. Doações do Irmão Plazza (S. Paulo).

1 medalha de metal amarelo, da Loja Concórdia. Doação do Irmão Amaral.

1 medalha do Centenário da Loja Conciliação

1 medalha de Benfeitor, em esmalte, da Loja Mestre Hiram.

1 medalha de prata do Centenário da Loja Comércio e Artes. Doação do Irmão Tibúrcio de Oliveira.

1 medalha de metal branco, da Loja Hijos de la Ilustración (Tucuman). Doação da Loja Imparcialidade e Prudência.

1 em metal prateado da Grand Lodge of the of Now York.

1 medalha em metal dourado. Doação da Loja Rangel Pestana.

1 medalha em prata e ouro. Doação da Loja Comércio e Ciências.

1 medalha de bronze, do Supremo Conselho. Doação dos Irmão Piazza (S. Paulo).

1 medalha de prata, da Loja "Monte Líbano" (S. Paulo) permuta com o Museu Maçônico de São Paulo.

1 medalha em metal branco dos K. of Phidias, permuta com o Museu Maçônico de São Paulo.

1 medalha de Member of Commandery, em metal branco, permuta com o Museu Maçônico de São Paulo.

1 medalha de bronze dourado de Honorário da Loja "Otacílio Camará", que pertenceu ao Irmão Osmar Dantas da Luz.

1 medalha em bronze, da Loja “Amparo da Virtude” (1861) do Poder Central (extinta), permuta com o Irmão Kurt Prober.

5. ICONOGRAFIA

5.1. Arte

1 cruz em prata dourada, cinzelada, de Rosa Cruz. Doação do Irmão Edgar A. Alencar.

5.1.2. Escultura:

Busto em gesso, original, do Grão-Mestre Otávio Kelly, escultura e doação de Paulo Mazzuchelli.

5.6. Insígnias:

2 insígnias em esmalte, da Royal Institution for Boys e Royal Institution for Girls. Doação do pelo Irmão A. Beck (Royal Edward Lodge).

6. RITUALÍSTICO

6.11. Indumentárias/Paramentos:

1 fita do Cavaleiro Rosa Cruz que pertenceu a Irmão Silveira Martins, Grão Mestre do Grande Oriente Brasileiro. Doação da Loja Justiça e Perfeição (Porto Alegre).

6.12.joias:

1 joia de Cavaleiro Rosa Cruz, que pertenceu a Irmão Silveira Martins, Grão Mestre do Grande Oriente Brasileiro. Doação da Loja Justiça e Perfeição (Porto Alegre).

1 joia do Grau 33, pertencente ao Conselheiro Macedo Soares, Grão-Mestre do GOB. Doação de seu filho e nosso Irmão Desemb. Julião de Macedo Soares.

1 joia do Grau 30, que pertenceu ao Poderoso Irmão Anthenor Ayres Vianna (União Palmyrense). Doação da Loja Antenor Ayres Vianna.

7. OBJETO NÃO MAÇÔNICO

Moedas:

4 moedas brasileiras e uma espanhola. Doação do Irmão Lourenço Fortes.

1960

1. BIBLIOGRÁFICO

1.3. Livros:

“Dicionário Bibliográfico do Paraná”. Doação do Sr. Julio Moreira.

“Medalhas do Paraná”. Doação do Sr. Julio Moreira.

“A Grande Conceção de Deus” de Moreira Guimarães. Doação do Irmão Cândido Ferreira de Almeida.

“San Martin y la Logia Lautaro”. Doação da Delegação Argentina no 2º Congresso de Museus.

4 volumes do “Centenário da Independência do Brasil”, obra editada pela Prefeitura do Distrito Federal. Doação do Irmão Virgílio Rodrigues Cruzeiro.

2 impressos de 1872. Doação do Grão-Mestre do Ceará, Dr. Torres de Mello.

2. COMEMORATIVO

1 pequeno malhete de metal amarelo. Doação do irmão Antonio Ignacio, da da Loja O. Camará.

1 pedra para anel com emblema gravado. Doação do Irmão Romeu Cascaes (Florianópolis).

2.7. Cachimbo

1 cachimbo, com emblema maçônico. Doação do Irmão F. Mesquita.

2.19. Cinzeiro

3 cinzeiros, com gravações alusivas ao 2º Congresso da Maçonaria Paranaense. Doação da Comissão.

2.9. Caneca

3 miniaturas de canecas de Chopp, com emblemas do S. S. Brazil Square Club e da Loja Otacílio Camará. Doação da mesma.

2.22. Flâmulas:

1 flâmula de cooperação para a manutenção da Escola De Molay. Doação do Irmão M. Martins.

1 flâmula da Loja Renovadora de Barreto — Homenagem no dia 7 de setembro.

1 flâmula da Loja Carlos Gomes nº 83 — 1850-1986.

1 flâmula da Loja Pátria (Rio)

1 flâmula da Loja Mário Behring — 1940-1940.

1 flâmula do Centenário da Loja Segredo e Amor da Ordem (Recife). Doação da mesma.

1 flâmula do 33º aniversário da Loja Cavaleiros da Luz (Recife). Doação de seu Venerável.

1 flâmula da consagração do Novo Templo da Grande Loja do Rio Grande do Sul, Doação do Sereníssimo Grão-Mestre.

1 flâmula do Jubileu de prata da Loja Luz Invisível, de S. Borja.

1 flâmula da Loja Cayrú II (Nilópolis). Doação da mesma,

1 flâmula da Sagração do Novo Templo da Obreiros de Irajá. Doação da mesma.

1 flâmula da Loja Amor e Caridade II (Ponta Grossa). Doação da mesma.

1 flâmula do 2º Congresso da Maçonaria Paranaense. Doação da Comissão.

2.25. Medalhas:

1 medalha de metal, triangular, das Lojas que fundaram o Grande Oriente do Brasil. Doação do Irmão G. U. Peixoto.

1 medalha em bronze, da Loja Philadelphia de Teófilo Otoni Doação de Kurt Prober.

1 medalha da Loja Estrela de Santos. Doação da mesma.

2 medalhas, uma de prata e outra de bronze, da Loja Concordia et Humanitas, permutados com Kurt Prober.

1 medalha em metal dourado, comemorativa do 150º aniversário do ensino médico. Doação do Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Prof. Pedro Calmon.

1 medalha da Loja Piratininga, oferta da mesma.

1 medalha de metal, da Loja Comércio Ciências (São Paulo) para premiar a assiduidade. Doação da Loja.

1 medalha de prata da Loja Alvorada (São Paulo) — fundador. Doação da Loja.

1 medalha de metal, dourado da Loja Renovadora de Barretos (Barretos - SP). Doação da Loja.

1 medalha de bronze comemorativa do 50º aniversário da fundação do Instituto Neo-Pitagórico (Curitiba). Doação de J. Peon

1 medalha de bronze dourado, de Dario Vellozo. Doação do Diretor do Instituto Neo Pitagórico.

1 medalha de metal branco, do Hospital Maçônico da Inglaterra (Royal Masonic Hospital). Doação de A. S. Beck, membro da Royal Edward Lodge (Rio).

1 medalha de prata da Loja Paz e Perfeita União nº 1 Lima Peru. Doação do irmão daquela Loja, Julio Huertas y Parraguirro.

1 medalha de prata, da Loja Firmeza (Itapetininga, S.P.), que pertenceu ao Irmão Alfredo da Silva Telhada. Doação de sua esposa Alzira G. Telhada.

1 medalha do Centenário do GOB em bronze. Doação da Loja Fraternidade Lagunense (Laguna - S.C.)

1 medalha de prata da Loja Artigas (Uruguai). Doação do irmão Max Finster, da Loja Presidente Roosevelt (Criciúma).

1 medalha de bronze da Loja Amizade ao Cruzeiro do Sul (Joinville). Doação da referida Loja

1 medalha em metal branco, do Centenário da Loja Amizade ao Cruzeiro do Sul (Joinville). Doação da referida Loja.

1 medalha de cobre da Loja Sol de Oriente (Curitiba), Lowton. Doação do Dr. Júlio Moreira, Diretor do Museu Paranaense.

1 medalha de prata, da Loja Dario Veloso (Curitiba). Doação do Dr. Julio Moreira.

1 medalha de bronze da 8ª Mesa Redonda de Pernambuco. Doação da Grande Loja de Pernambuco.

1 medalha de bronze da Loja Razon, Montevideo, oferta do irmão Daniel Carlos Guarino Martins.

1 medalha emblemática, de bronze. Doação do irmão F. Mesquita.

1 medalha emblemática, de metal branco. Doação do Dr. Júlio Moreira.

1 medalha de prata, da Loja Luz e Discrção. Doação da mesma.

1 medalha de prata, de Benemérito do Grande Oriente do Paraná. Doação do Grão Mestre Estadual.

2 medalhas, uma de prata e outra de bronze, do 2º Congresso da Maçonaria Paranaense, realizado em Ponta Grossa, naquele Estado. Doação da Comissão encarregada dos festejos.

1 medalha dourada do centenário da Loja Dois de Dezembro. Doação da mesma.

1 medalha do centenário da Loja Segredo e Amor da Ordem, Recife, em bronze. Doação da mesma.

1 medalha de bronze, Prêmio de assiduidades, da Loja Segredo e Amor da Ordem. Doação da mesma.

1 medalha da Loja Evolução, S. Paulo. Doação do Venerável.

1 medalha de bronze, da Loja Guatimozim n.º 10, S. Paul. Doação de um irmão.

3. DECORATIVO:

2 porta-guardanapos, com emblemas das Lojas Estrela do Rio Otacílio Camará.

3.6. Porcelana

1 prato pequeno, com gravações alusivas ao 2º Congresso da Maçonaria Paranaense. Doação da Comissão.

4. DOCUMENTOS:

4.2. Carta

Carta pela qual D. Pedro II nomeia o Capitão Antonio da Cruz Piegas como Cavaleiro da Ordem de Cristo; presa ao documento, uma medalha da Campanha do Paraguai, pertencente ao referido Capitão. A carta está assinada por D. Pedro II e pelo Cons. João Alfredo Corrêa de Oliveira, — Doação da Senhora Cecy Piegas Portugal, neta do Capitão.

Cópia a máquina de uma carta de A. C. Correa da Câmara a José Bonifácio sobre maçons brasileiros na República Cisplatina. Doação do Museu David Canabarro (Lavramento).

4.6. Certificado

Certificado do 3º grau de um irmão da Loja Firmeza e União, Maranhão, pertencente ao Grande Oriente da Irlanda, datado de 1857. Doação do Grão-Mestre do Ceará, Dr. Torres de Mello.

4.7. Diploma

Cópia fotográfica de documento da elevação de David Canabarro em 18º grau. Doação da Loja Caridade Santanense nº 2 (Livramento).

Modelos de Breves, Diplomas antigos da Loja Comércio e Ciências (S. Paulo).

5. ICONOGRAFIA

5.4. Distintivos:

1 distintivo para lapela, em ouro. Doação do irmão Teófilo B. Otoni.

1 alfinete com emblema, para gravata. Doação do irmão F. Mesquita.

6. RITUALÍSTICO

6.11. Indumentárias/Paramentos:

1 faixa antiga, de Mestre, que pertenceu a João Salvo. Doação do irmão André Talarico (S. Paulo).

1 Faixa antiga de Mestre. Doação do irmão Heitor Passerine (Blumenau).

1 faixa antiga do Mestre. Doação do Dr. Lauro Reinaldo Muller (RS).

6.12. Joias:

1 coleção completa para fitas (joias de cargos). Doação dos Irmão Piazza.

1 joia de Mestre de Cerimônias, antiga, de prata. Doação do Grande Secretário, A. Grillo.

1 esquadro de bronze trabalhado (Venerável). Doação do Grande Secretário, A. Grillo.

1 joia de mestre, de prata. Doação do Grande Secretário, A. Grillo.

2 joias de mestre, com pedras.

1 joia para fita de Grau 30, em pedras. Doação do Grande Secretário, A. Grillo.

1 joia de secretário em metal dourado. Doação de J. Piazza (São Paulo).

1 joia de vigilante em metal dourado. Doação de J. Piazza (São Paulo).

1 antiga joia do Grau 14 em prata, portuguesa. Doação do irmão A. M. Grilo.

1 distintivo de metal, esmaltado, de uma Loja Portuguesa. Doação do Irmão A. M. Grilo.

1 joia de Grau 31, em prata. Doação do Irmão A. F. Mesquita.

1 joia de Grau 32, de prata dourada. Doação do Irmão A. F. Mesquita.

1 joia do Grau 30, que pertenceu ao Irmão Duque de Caxias, oferecida pelo Prof. Francisco Bruno Lobo a A. Vulcano, e este o Museu.

7. OBJETO NÃO MAÇÔNICO

Condecoração

1 Comenda da Ordem da Rosa. Doação do Sr. Antonio Grilo.

Flâmula

1 flâmula do 2º Congresso Nacional de Museus — 1959.

Medalha:

Medalha da Campanha do Paraguai, pertencente ao Capitão Antonio da Cruz Piegas. Doação da Senhora Cecy Piegas Portugal, neta do Capitão.

Moeda:

1 moeda pequena, portuguesa, de prata, valor de 50 réis de 1861. Doação do Irmão Cândido Ferreira de Almeida.

1977

2. COMEMORATIVO

2.25. Medalha

7 medalhas.

1978

2. COMEMORATIVO

2.25. Medalha

4 medalhas.

2.28. Placa

1 Placa.

APÊNDICE D - Lista do acervo nas exposições do Museu Maçônico

1958 - EXPOSIÇÃO POR OCASIÃO DA POSSE DO GRÃO-MESTRE CYRO WERNECK

Vitrine n.º 1

6 fitas de Mestre, sendo 2 com joias (uma Doação do Irmão Porfirio Sécca e outra do Irmão Lourenço Fortes, e as demais pertencentes ao Grande Oriente do Brasil).

Vitrine n.º 2

2 fitas de deputados da Soberana Assembleia Federal Legislativa, Antiga fita de Deputado da Soberana Assembleia, quadricolor (cinza, preto, verde e vermelho, com franja de ouro).

Fita do Conselho Geral da Ordem do extinto Grande Oriente Unido.

Fita antiga do Conselho Geral da Ordem do Grande Oriente do Brasil.

Vitrine n.º 3

Fitão de Grão-Mestre Geral Adjunto com a respectiva joia e faixa de Gr.: 33, paramento usado pelo Visconde de Inhaúma (conforme óleo de A. R. Duarte (1873) da pinacoteca do Grande Oriente.

Documento maçônico assinado pelo Visconde de Inhaúma, firmado a bordo da canhoneira Brasil, nas águas do Rio Paraguai.

Convite do Grande Oriente do Brasil para as exéquias do Visconde de Inhaúma.

Vitrine n.º 4

Avental de Mestre do Rito Brasileiro (col. Grande Oriente do Brasil).

Emblema do Conclave do Rito Brasileiro.

Fita de Mestre do Rito Brasileiro (Armando R. Figueira).

Vitrine n.º 5

Antiga fita de Grau de Mestre com a respectiva joia.

Antiga fita da Loja Discrção.

Malhete de metal da Loja Kosmos.

2 outros malhetes de metal.

Vitrine n.º 6

Fitas de representante da Grande Loja da França.

Fitas de representante da Grande Loja Alpina (Suíça) com as joias.

Uma fita com um emblema (Magnus latomorum Coetus).

Um emblema de metal dourado (Magnus latomorum Coetus).

Uma fita de representante do Supremo Conselho da Bélgica com a respectiva joia.

Um emblema do Grande Oriente da Bélgica.

Vitrine n.º 7

Aventais dos Grau 10, 11 e 12 (Loja Estrela do Rio).

Fitas dos Grau 10 e 11 com as joias (Loja Estrela do Rio).

Fita do Grau 12 (Loja Estrela do Rio).

joia do Grau 12 (Grande Oriente do Brasil Doação do Irmão Guedes).

Vitrine n.º 8

Avental e fita do Grau 14 (Loja Otacílio Camará).

Avental e fita do Grau 15 (Sublime Capítulo Otacílio Camará).

Vitrine n.º 9

Avental de Mestre do Rito de York.

Avental de Mestre do Rito York (Doação do Irmão Vulcano).

Vitrine n.º 10

2 aventais antigos da Loja Imparcialidade e Caridade.

Vitrine n.º 11

Faixa de Grau 33 com joia.

Faixa do Grau 33, muito antiga.

joia do Grau 33, em metal dourado.

Cinto do Grau 33.

Fita colar estreita do Grau 33.

Vitrine n.º 12

Túnica e capelo do Capítulo Rosa Cruz.

Vitrine n.º 13

Duas sacolas antigas da Loja União e Tranquilidade (oferta da mesma).

Uma sacola antiga da Loja São Vicente de Paula.

Vitrine n.º 14

Um avental de Cavaleiro Rosa Cruz.

Um avental e uma fita do Cavaleiro Rosa Cruz (Doação do Irmão Edson de Oliveira).

Uma fita de Cavaleiro Rosa Cruz (Doação da família Heuseler).

Um antigo avental de Cavaleiro Rosa Cruz (Doação do Irmão Jorge Bittencourt).

Cinto de Cavaleiro Rosa Cruz (Rito Francês).

Vitrine n.º 15

Fita e joia do Grau 80.

Fita e joia do Grau 32.

Vitrine n.º 16

Fita e joia de Cavaleiro Noachita.

2 cintos de Cavaleiro Noachita.

Vitrine n.º 17

Avental e fita do Grau 22 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

joia do Grau 22 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Avental e fita do Grau 26 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Fita de Grau 28 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Vitrine n.º 18

Aventais dos Graus 23 e 24 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Avental e fita do Grau 27 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Fitas dos Graus 24 e 25 (Ex-Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Vitrine n.º 19

Fita, avental e joia do Grau 31.

Fita colar estreita do Grau 31.

Vitrine n.º 20

Avental, fita e venda do Grau 19 (Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Aventais dos Graus 20 e 21. (Conselho Kadosh Gonçalves Ledo).

Vitrine n.º 21

Aventais dos Grau 16, 17 e 18 (Capítulo Cruzeiro do Sul).

Fita de Rosa Cruz.

Fita de Rosa Cruz.

Joia em prata do Grau 17.

Vitrine n.º 22

Avental, fita e joia dos Graus 7 e 9 (Loja E. do Rio).

Avental e fita do Grau 8 (Loja E. do Rio).

Vitrine n.º 23

Avental, fita e joia dos Graus 4 e 5.

Avental e fita do Grau 6.

joia do Grau 6 (Doação do Irmão A. Grillo).

Vitrine n.º 24

Prancha da Loja Reunião Beneficente com selo branco.

Prancha da Loja Imparcialidade com selo branco.

Selo branco da Loja Sabedoria e Beneficência e cunho de aço da mesma Loja.

Vitrine n.º 25

Documentos maçônicos assinados pelo Barão de Cayrú, Conde de Lage, Conde de Caxias, Marquês de Abrantes, José Clemente Pereira.

Vitrine n.º 26

Alvará da Imprensa Régia, proibitório de funcionamento de sociedades secretas de Março de 1818 (Pertence ao Irmão A. Vulcano).

Oração fúnebre de Goethe, feita na Loja Amália, em homenagem a Wieland (A. Vulcano).

Ex-libris maçônicos, de Ludovici Edwards Latomi e Pelger Loge London.

Vitrine n.º 27

Edição original da Constituição de Anderson (5728).

Edição comemorativa de 200 anos da Constituição de Anderson (A. Vulcano).

Edição original da Constituição de Anderson 5756 (A. Vulcano).

Vitrine n.º 28

Documento maçônico assinado por José Bonifácio.

Retrato de José Bonifácio.

Relógio antigo de prata com corrente e medalha com a efígie de José Bonifácio.

Vitrine n.º 29

Placa de prata oferecida a Gonçalves Ledo.

Retrato de Gonçalves Ledo.

Medalha do Centenário do G.O.B.

2 documentos maçônicos assinados pelo Cônego Januário.

Retrato do Cônego Januário.

Clichê tipográfico do Grande Oriente Brasileiro (1880).

Vitrine n.º 30

Antiga Bíblia de 1555 do Grande Oriente Brasil.

Bíblia antiga da Loja Philantropia (usada pelo Supremo Conselho).

Escrutínio de metal dourado (Supremo Conselho) Emblema de prata da Loja Comércio e Artes, oferecido à mesma pela Loja Esperança de Niterói.

Vitrine n.º 31

Medalhas em prata e bronze do Visconde do Rio Branco.

Retrato do Visconde do Rio Branco.

Documentos maçônicos assinados pelo Visconde de Jari, Visconde Vieira da Silva, Francisco José Cardoso Júnior e Deodoro da Fonseca.

Convite do GOB para as exéquias do Visconde de Jari.

MESA-VITRINE

Montra n.º 1

medalheiro do GOB com 90 medalhas classificadas.

Montra n.º 2

11 joias e Emblema de Lojas Inglesas.

Montra n.º 3

17 insígnias e joias maçônicas de diversos Graus.

Montra n.º 4

18 joias de Cavaleiro Rosa Cruz de diversos tamanhos e confeccionadas em diferentes materiais.

1959 - EXPOSIÇÃO 137º ANIVERSÁRIO DO GOB

Vitrine n.º 1

Patente de Grau 30 conferida ao Irmão Pedro Antônio Gomes, em 2 do 12º mês de 5842, pelo Sob:. Conc:. Com:. et Art. dos GG:. CO:. El:, KK:. SS:. ou Cav:. da Água Branca e Negra, sob os auspícios do Grande Oriente Brasileiro.

Prancha assinada por José Clemente Pereira, dirigida ao Grande Oriente, em 8 do 12º mês de 5837, comunicando ter feito a instalação, pelos poderes que lhe foram delegados, da Loja Harmonia Fraternal, ao Oriente da Villa de Vassouras.

Placa de prata com a inscrição: A Ledo o “Centro Maçônico” em 6 de agosto de 1922. “O Brasil já não pode, já não deve esperar que de mãos alheias provenha sua felicidade” (de um manifesto de 3 de junho de 1822), Joaquim Gonçalves Ledo. 11-12-1783 — 19-5-1847.

Litogravuras de Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo.

Vitrine n.º 2

Gesso Original, de José Bonifácio, da autoria do escultor Humberto Cozzo (propriedade do autor).

Medalha em prata, com a efígie de José Bonifácio.

Medalha em alumínio com a efígie de José Bonifácio.

Decreto do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil, filiando ao mesmo o Cel. do Estado Maior e Oficial da Ordem do Cruzeiro, João Paulo dos Santos Barreto, e o Cel. de Engenheiros, Manuel José de Oliveira, datado de 19 do 1º de 5837 e assinado por José Bonifácio de Andrada.

Decreto impresso, do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil, nomeando para Lugar Tenente Grande Comendador, o M.: ill.: e Resp.: Irmão Manoel Joaquim Pereira da Silva; para Gr.: Thez.: do St.: Imp.:., o M.: ill.: e Resp.: Irmão Conde de Lajes; para Ministro d'Estado do St.: Imp.:., o M.: ill.: e Resp.: Ir.: Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja; para Grão Mestre de Cerim.:., o M.: ill.: e Resp.: Irmão Joaquim Antão César d'Andrade; para Capitão das Guardas, o M.: ill.: e Resp.: Irmão Manoel Antônio Álvares de Azevedo. Datado de 12 do 3º de 5837 e assinado por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Rascunho de uma ata de 17 do 8º de 5832 da reunião dos Presidentes e Deputados das diversas Lojas do Círculo do GOB em cumprimento do Art. 125 da Constituição Maçônica Brasileira, assinada por José Bonifácio de Andrada e mais 28 Irmãos.

Vitrine n.º 3

Uma carta assinada por D. Pedro I, dirigida a seu médico,

Litogravura de D. Pedro I.

Vitrine n.º 4

Patente de Grau 33 passada ao Irmão Alexandre Coelho Messeder, pelo Supremo Conselho do Rito Escocês, Vale dos Beneditinos, em 18 do 10º mês do 5867 e assinada por Antônio Félix Martins.

Diploma de Membro Honorário conferido pelo Grande Oriente do Brasil ao Irmão Torquato dos Santos Figueiredo, em 8-11-876 e assinado pelo Visconde do Rio Branco.

Prancha do Grande Secretário Adjunto do GOB ao Grande Secretário do Grande Colégio dos Ritos datada de 27 do 6º mês de 5838 com o Timbre impresso do GOB.

Recibo tirado em nome do Irmão Antônio Burlamarque Santos Cruz, referente ao cadastro da Ordem, datado de 9-1-919, com o timbre atual do GOB.

Vitrine n.º 5

Boletim do GOB, de 1932, com a ata da fundação.

Réplica em ferro fundido da medalha comemorativa do centenário da fundação do Grande Oriente e Supremo Conselho.

Vitrine n.º 6

Patente do Grau 30 passada ao Irmão João Carlos Nogueira Baumann, pelo Supremo Conselho do Grau 33, com caixa de prata e lacre com o timbre, datada de 20 do 3º de 5862 e assinada pelo Marquês de Abrantes (Grande Comendador) e Barão de Cayrú (Grande Comendador Adjunto).

Patente de Grau 30 passada ao Irmão Domingos José Rodrigues Dias, aos 3 dias do 3º mês do ano da V.: L.: 5878 e assinada pelo Visconde do Rio Branco (Soberano Grande Comendador) e Barão de Angra (L. T.: Com:).

Vitrine n.º 7

Breve de Grau 18 passado pelo Supremo Conselho do Rito Escocês no Seio do Grande Oriente do Brasil, ao Irmão Frederick William Quist em 16 do 3º de 5868 e assinado por António Félix Martins.

Breve de Grau 18 passado pela Grande Loja do Rito Escocês Antigo e Aceito no Seio do Grande Oriente do Brasil, ao Irmão, João Baptista Pinto aos 14 dias do 9º mês do V.: L.: 5875, e assinado por Joaquim Saldanha Marinho (Grão-Mestre Grande Comendador), em caixa de prata, lacre sobre fita encarnada.

1 pequeno volume em brochura: Maçonaria Symbolica « dos Altos Graus 1833, Seigner-Planches.

Vitrine n.º 8

Breve de Cavaleiro Rosa Cruz passado pelo Supremo Conselho do Grau 33 ao Irmão Belisário Botelho, datado de 5 do 4º mês de 5885 e assinado por Francisco José Cardoso Júnior.

Diploma de Membro Honorário do Grande Oriente do Brasil conferido ao Irmão José

Antônio da Costa Cardoso, em 20 do 1º mês do a.: V.: L.: 5853 e assinado pelo Visconde de Abrantes (Grão-Mestre Grande Comendador) — lacre sobre fita vermelha, verde, preta e branca.

Patente de Grau 32 passada ao Irmão Joaquim Pereira da Motta pelo Supremo Conselho do Grau 33 aos 11 do 10º mês do ano da V.: L.: 5876 e assinada pelo Visconde do Rio Branco Soberano Grande Comendador) e Francisco José Cardoso Júnior (L.: T.: Com:.).

Vitrine n.º 9

Breve Constitutivo da Loja Fraternidade Espanhola, datado de 7 de maio de 1912 e assinado por Lauro Sodré e Mário Behring.

Breve Constitutivo da Loja Filhos da Luz, datado de 28 de setembro de 1891 e assinado por Manoel Deodoro da Fonseca e Antônio Joaquim de Macedo Soares.

Vitrine n.º 10

Diploma de Representante à Sap.: Gran.: Dieta conferida pela Loja Firmeza e União ao Irmão Camillo Ferreira de Andrade, datado do Vale da Rua do Conde, aos 26 do 1º mês do ano V.: L.: 5846.

Certificado de que o Irmão Joaquim Gonçalves Vieira Guimarães tomou o Grau 23 passado em Recife, aos 18 do 7º mês do ano da V.: L.: 5844 e assinado pelo Padre José Joaquim da Silva Guerreiros (Ex Grão-Mestre do Conselho).

Breve provisório (um ano) conferido ao irmão Clemente Ferreira Lopes, passado pelo Delegado do Grande Oriente na Província da Bahia, e datado de 30 de novembro de 1848.

Diploma de Mestre do Irmão Francisco de Assis Leite Sales, da Loja Fraternidade, Oriente de S. João de Rio Claro, assinado pelas Dignidades da Loja e datado de 6 de março de 1872, com fita azul e selo da Loja sobre.

Vitrine n.º 11

Prancha da Loja Comércio e Artes ao Grande Secretário do Grande Oriente, enviando a relação das Dignidades e mais Oficiais que foram eleitos e tomaram posse no ano de 5837, datada de 3 do 4º mês deste ano.

Carta do Marquês de Abrantes, Grão-Mestre Grande Comendador, ao Grão-Mestre Adjunto, datada de Vale de Botafogo, 1º de março de 1860, enviando as palavras anual para as Oficinas superiores e semestral para as simbólicas.

Carta de J. Saldanha Marinho, Grão-Mestre Grande Comendador, datada do Vale dos Beneditinos aos 20 dias do mês de maio de 1864 nomeando Irmãos para uma Comissão de inquérito para tratar da regularização impetrada pela Loja Mistério.

Carta de Antônio Francisco de P. Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque, Grão-Mestre, ao Mui Poderoso Comendador Lugar Tenente dizendo não poder comparecer para presidir a Assembléia do Supremo Conselho convidando a autorizá-lo a convidar um dos mais antigos Irmãos 33 presente para que a sessão possa ter lugar, datada do Vale de Niterói, aos 12 dias do 12º mês do ano V.: L.: 5848.

Vitrine nº 12

Convocação para uma reunião do Supremo Conselho, em virtude de não ter sido realizada a marcada por lei, assinada pelo Marquês de Abrantes, Grão-Mestre Grande Comendador, datada de 5 de novembro de 1861, e com um adendo reforçando a convocação, assinado pelo Barão de Cayrú.

Carta de Francisco José Cardoso Jr. então Grão-Mestre Adjunto, em papel timbrado da Diretoria do Hospital Militar da Côrte, dirigida ao Irmão Mourão, datada de 30 de agosto de 1880.

4 cartas do Visconde do Rio Branco, em papel com seu monograma encimado pela coroa do título, 3 dirigidas ao Dr. Luiz A. da Silva Nazareth, e uma ao Dr. Luiz Corrêa d'Araújo, dando diversas providências, datadas de 1872, 874 e 875.

Brevê de Cavaleiro Rosa Cruz, do Irmão José de Souza Ramos, assinado pelo Cons.: Joaquim Marcelino de Britto, Grão-Mestre Grande Comendador aos 10 dias do 4º mês do ano da V.: L.: 5869.

Vitrine nº 13

Carta Patente, expedida pelo Supremo Conselho do Brasil ao Irmão João Marcinelli em que diz ter recebido sucessiva e legalmente todos os Graus de nossa Ordem, desde o primeiro até o 30º inclusive, datada de 28 do 3º mês do ano da V.: L. 5841 e assinada pelo Conde de Lages.

Brevê de Cavaleiro Rosa Cruz do Irmão Hermenegildo José de Campos Ayres, expedido pelo Supremo Conselho do Grau 33 ao Grande Oriente Brasileiro, datado de 14 de novembro de 1873 e assinado por Manuel José de Freitas Travassos, Grão-Mestre Grande Comendador.

Brevê de Grande Cavaleiro do Oriente (15) passado ao Irmão Fernandes Thomaz (nome profano. Augusto Lôbo Moura) pela Grande Loja Provincial Paulistana, sob os auspícios do Grande Oriente Brasileiro, assinado por Joaquim José de Moraes e Abreu, Grão-Mestre, datado de 8 de outubro de 1836.

Vitrine nº 14

Diploma de Mestre conferido ao Irmão Jerônimo Pereira d'Oliveira pela Loja Amizade, datado de 18 do 1º mês do ano V.: L.: 5842, com fita larga cor de rosa e selo branco da mesma.

Brevê de Cavaleiro Rosa Cruz do Irmão Dr. Mário de Moraes Paiva, datado de 15 de abril de 1926 e assinado por Mário Behring, Grande Comendador.

Documento assinado pelo Conde de Caxias, Grande Oriente Grão-Mestre, datado de 17 de abril de 1849, nomeando o Irmão Cons. João Fernandes Tavares para tratar com o Mui Ilustríssimo Irmão Cândido José de Araújo Vianna sobre objeto da fusão de MM:. do M:. Pod:. Supremo Conselho (Este documento está entre dois vidros).

Vitrine n.º 15

Carta em papel timbrado e Secretário Geral da Ordem, do Visconde Vieira da Silva Visconde de Jari, datada de 15 de outubro de 1889.

Carta assinada pelo Visconde de Jari, datada de 1º de março de 1890, e dirigida ao Irmão Rodrigo Machado Reis.

Carta assinada por Quintino Bocayuva, datada de Petrópolis 27-71-901 em papel timbrado do Gabinete da Presidência do Estado.

Cartão de Francisco Glicério dirigido ao Irmão Pinto Mendes, assinado e datado de 7 de junho de 1902.

Cartão do Dr. Antônio Joaquim de Macedo Soares, datado de 1º de outubro.

Carta do Marechal Deodoro da Fonseca às Altas Dignidades do Grande Oriente, agradecendo as felicitações pelo cargo de Presidente Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, assinada e datada de 5 de março de 1891, em papel timbrado do Gabinete do Presidente da República.

1965 - EXPOSIÇÃO DO IV CENTENÁRIO DO RIO DE JANEIRO

VESTÍBULO

- 1 — Fernando Pettrich, "A CARIDADE" (escultura). Doação ao Grande Oriente do Brasil, em 1844.
- 2 — Autoria ignorada, "A FÉ" (escultura).
- 3 — Autoria ignorada, "A ESPERANÇA" (escultura).
- 4 — Placas comemorativas do centenário de oito Lojas Maçônicas do Rio de Janeiro, em mármore e bronze.

ESCADARIA

- 5 — Autoria ignorada, "JOSE BONIFACIO DE ANDRADE" (escultura).
- 6 — Símbolo Maçônico da Ciência.
- 7 — Símbolo Maçônico das Artes.
- 8 — Placa comemorativa da Lei do Ventre Livre, em mármore.

SALÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM (decoração do século XIX)

9 — Eduardo De Martino, "PASSAGEM DE HUMAITA" (óleo).

10 — Eduardo De Martino, "ENTRADA DA ESQUADRA EM ASSUNÇÃO" (óleo).

11. Mostruário

1 — Instrumentos maçônicos em prata e marfim (Loja Brasil).

2 — Estojo com malhete de pedra de Jerusalém (Grande Loja Distrital Inglesa).

3 — Medalhões em ouro, prata e bronze relativos ao Centenário da Independência.

4 — Jogos de malhetes e peças de prata.

5 — Espada de ouro que pertenceu ao Grão-Mestre Honorário Henrique Valadares.

6 — Urna para escrutínio secreto do Supremo Conselho.

7 — Gomil de prata e copos antigos de cristal.

8 — Emblema de prata da Loja Comércio e Artes.

Mostruário (Peças em ouro)

1 — Caneta cravejada de diamantes, oferecida a Ganganeli (Saldanha Marinho).

2 — Chave oferecida ao Grão-Mestre Macedo Soares pela Loja Progresso.

3 — Dois berloques, duas medalhas, uma botoeira, três distintivos, um emblema do Tribunal, um emblema de Grão-Mestre.

4 — Um distintivo com rubi e diamantes.

5 — Uma placa da Loja Rei Salomão (.).

6 — Uma placa oferecida pela Maçonaria Chilena.

Mobiliário

1 — Mobiliário das reuniões do Conselho Federal.

2 — Trono do Grão-Mestre, vindo dos primórdios da Ordem, em jacarandá, com incrustações de marfim (símbolo maçônico e ornamentos) e decorado a folha de ouro. O Trono pesa 1/4 de tonelada.

14 — Marc Ferrez, "BUSTO DE D. PEDRO 1", esculpida no Rio de Janeiro em 1826 por Marc Ferrez e executado em bronze, em Paris, por Fontaine.

15 — Argemiro Cunha, "RETRATO DE GONÇALVES LEDO" (óleo).

16 — Relógio, tendo na caixa, lavrados, os símbolos maçônicos essenciais.

GABINETE DO GRÃO MESTRE GERAL

17 — Odoardo Tabacchi, "VISCONDE DO RIO BRANCO" (escultura). Mármore de Carrara, Turim, 1874.

18 — Espelho Veneziano, decorado com símbolos maçônicos, século XIX.

19 — Relógio de repetição, século XIX.

CORREDOR — PINACOTECA

20 — Joaquim da Rocha Fragoso, "RETRATO DO MARQUÊS DE ABRANTES".

21 — A. Rodrigues Duarte, "RETRATO DO VISCONDE DE INHAÚMA".

22 — Pedro Américo de Figueiredo (at.), "RETRATO DE SALDANHA MARINHO".

23 — Leonardo Ramos Azevedo, "RETRATO DO GENERAL OSÓRIO".

24 — Autoria ignorada — (Escola Fluminense), "RETRATO DE D. PEDRO I — DUQUE DE BRAGANÇA".

25 — Autoria Ignorada — (Escola Fluminense), "RETRATO DE JOSE BONIFACIO DE ANDRADE".

26 — Joaquim da Rocha Fragoso, "RETRATO DO SENADOR VERGUEIRO".

27 — José Monteiro França, "RETRATO DE VICENTE NEIVA".

28 — Autoria Ignorada, "RETRATO DE SALDANHA MARINHO".

29 — Poluceno Pereira da Silva Manuel (at.), "RETRATO DO MARQUÊS DE SÁPUCAI".

30 — Joaquim da Rocha Fragoso, "RETRATO DO VISCONDE DO RIO BRANCO".

CORREDOR — VITRINES

Vitrine n.º 1

joia do Grão-Mestre Adjunto e respectiva fita; fita de Mestre e fita de Representante de Potência amiga.

Vitrine n.º 2

Paramentos do grau de Rosa-Cruz.

Vitrine n.º 3

Paramentos do Cavaleiro Noaquita.

Vitrine n.º 4

Antigos aventais de Mestre Maçom.

Vitrine n.º 5

Paramentos do Rito Brasileiro.

Vitrine n.º 6

Paramentos do grau 33.

Vitrine n.º 7

Paramentos do grau 31.

Vitrine n.º 8

Paramentos do Supremo Conselho.

Vitrine n.º 9

Paramentos dos graus 30 e 32.

TEMPLO MAÇÔNICO

Grande Luz (o Livro Sagrado).

Mobiliário da época, jacarandá.

Trono do Venerável com incrustações de marfim.

Os antigos lustres, com as cúpulas centrais em opalina, são do século XIX.

MUSEU MAÇÔNICO (Sala de exposições permanentes)

Mural, painel lavrado a ouro sobre fundo azul com os símbolos maçônicos fundamentais.

Vitrine

Bíblia do século XVI (1555).

Novo Testamento: com 224 páginas (2x3 cm.) sendo o texto em duas colunas (.).

Padre Nosso — no menor livro do mundo, em sete línguas, sendo a capa de 5 1/2 milímetros por 6 e o texto de 2 1/2 por 3 1/2 milímetros. As línguas do Padre Nosso são: alemão, francês, inglês, italiano, grego, latim e árabe (.).

Medalheiro: com 212 medalhas do Grande Oriente em ouro, prata e bronze. São peças variadas: comemorativas, de grau ou de prêmio.

Vitrine n.º 10 — Independência

Documento assinado por Gonçalves Ledo.

Placa de prata em homenagem a Gonçalves Ledo.

Ata da Proclamação de Independência no Grande Oriente do Brasil, conforme o Livro de Ouro n.º 1.

Auto da Vereação de 9 de Janeiro de 1822 — ("O "Fico").

Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil. por Manoel Joaquim de Menezes (.).

Carta de D. Pedro 1 a seu médico.

Vitrine n.º 11 — (ainda Independência).

2 — Documentos do Cônego Januário da Cunha Barbosa.

1 — Documentos de José Bonifácio de Andrade.

3 — Discurso fúnebre, pronunciado pelo Cônego Januário edição da época, 1835 (.).

4 — 1.º n.º do Jornal do Comércio do Rio (GB), de 1.º de outubro de 1827 (.).

Vitrine n.º 12 — Duque de Caxias e General Osório).

1 — Documentos assinados pelo Duque, então Conde de Caxias, 1850.

2 — joia de Caxias do grau 33.

3 — Boletim do Supremo Conselho de 1871, em que figura o Duque como Garante de Amizade (Representante) do Supremo Conselho da Inglaterra junto ao do Brasil. (.).

4 — Quadro da Loja Honra e Humanidade, de Pelotas, onde consta sob o n.º 169 o Marquês do Herval (.).

Vitrine n.º 13 — (Escravidão).

1 — Subscrição entre maçons para alforriar uma escrava.

2 — Venda de um escravo para servir na guerra, em vez de outrem.

3 — Solicitação da Chefia de Polícia da Corte ao Grande Oriente, para libertar um homem branco, porém escravo (ata n.º 900 da Loja União Escocesa, 1875).

Vitrine n.º 14 — (Rui Barbosa).

A vitrine contém três documentos (.):

O famoso discurso no Grande Oriente em 1876 no Boletim da época sobre liberdade religiosa;

O livro "O Papa e o Concílio", de 1877, edição da época; e a conferência de 1909 em que explica o seu fraterno afastamento da Maçonaria, sem absolutamente renegá-la.

Numa vitrine própria, à parte está um manuscrito de 1870, de Rui Barbosa. propondo em sua Loja América de São Paulo a libertação dos escravos; esse manuscrito, que fôra oferecido em 1948 à Casa de Rui Barbosa pelo atual Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, professor Álvaro Palmeira, e incorporado ao patrimônio daquela instituição vem agora, por empréstimo à Exposição Maçônica do IV Centenário.

Vitrine com o manuscrito de Rui Barbosa.

Vitrine n.º 15 — (Vários Grão-Mestres).

1 — Documentos do Visconde de Albuquerque.

2 — Documentos do Marquês de Abrantes.

3 — Documentos do Barão de Cairu,

4 — Documentos de Saldanha Marinho.

5 - Documentos do Visconde do Rio Branco.

6 — Documentos do Marechal Deodoro.

7 — Documentos de Quintino Bocaiúva,

8 — Documentos de Lauro Sodré.

9 — Discurso de Saldanha Marinho em 1864, presidindo pela primeira vez os trabalhos do Grande Oriente do Brasil ao Vale dos Beneditinos (.)

Vitrine n.º 16 — (Supremo Conselho).

1 — Documentos de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.

2 — Documentos de David Jewett, sobre os primórdios do Supremo Conselho.

Vitrine n.º 17

1 — Carta do Barão do Rio Branco, oferecendo o busto em mármore do Visconde do Rio Branco.

2 — Carta de Fernando Pettrich, agradecendo o título de Membro Honorário do Grande Oriente. Ao lado, a faixa dessa dignidade.

3 — Iniciação em 1896 do Presidente Wenceslau Braz, na Loja Caridade Mocoquense, São Paulo (.)

4 — Iniciação em 1859 de Antônio Carlos Gomes, autor de "O Guarani", com o fac-simile da assinatura (.)

Vitrine n.º 18

joias maçônicas.

Vitrine n.º 19

relógios e anéis maçônicos.

Vitrine n.º 20

A Maçonaria inglesa no Brasil. Colar do Grande Conselho e outras joias.

Vitrine n.º 21

joias maçônicas de altos graus, inclusive uma águia bicéfala (grau 33). (.)

Vitrine n.º 22

1 — Alvará contra a Maçonaria no Brasil, de 1818

2 — Alvará contra a Maçonaria no Brasil, de 1823; este último também assinado por D. João VI, apesar da Independência do Brasil.

Vitrine n.º 23 — Constituições de Anderson (são o suporte doutrinário da Maçonaria em todo o mundo).

1 — Original de 1723.

2 — Original de 1756.

3 — Fac-símile da ed. de 1723.

Vitrine n.º 24

Alguns livros maçônicos dos séculos XVIII e XIX. inclusive uma Canção, de Mozart (.)

Vitrine n.º 25 — Documentos relativos à Maçonaria de Adoção (.)

1 — Loja Sete de Setembro, feminina, São Paulo, 1872 (Administração é Quadro da Loja).

2 — Rituais da Ordem da Estrela do Oriente (.)

3 — Rituais de J. M. Ragon (1860) (.)

63 — Estandarte de Loja Feminina, Doação da Loja Piracicaba.

Vitrine n.º 26, contendo joias maçônicas de vários graus e prataria.

Vitrine n.º 27, com igual conteúdo.

66 — Humberto Cozzo, "DUQUE DE CAXIAS" (maquete).

67 — Jean Antoine Houdon, "BUSTO DE WASHINGTON" (bronze).

68 — Paulo Mazzuchelli, "BUSTO DO BARÃO DO RIO BRANCO" (gesso).

69 — Autoria Ignorada, "BUSTO DO MARQUÊS DE POMBAL".

70 — Estandarte do Conselho de Kadosch (grau 30).

71 — Estandarte do Supremo Conselho (grau 33)

72 — Aventais maçônicos usados pelo Vigário Bartolomeu Fagundes, em Natal, Rio Grande do Norte.

Compõe a Sala na parte superior, cadeiras estilo D. João V, em torno da respectiva mesa.

NOTA — Os documentos, livros e joias assinalados com (.) são de propriedade particular.

VESTÍBULO

“A CARIDADE”, Fernando Pettrich - Doada ao Grande Oriente do Brasil em 1844.

“A FÉ”, autoria desconhecida.

“A ESPERANÇA”, autoria desconhecida.

Placas comemorativas do Centenário da Loja Maçônica Comércio e Artes, em mármore e bronze.

Placas comemorativas do Centenário da Loja Maçônica União e Tranquilidade, em mármore e bronze.

Placas comemorativas do Centenário da Loja Maçônica Esperança de Niterói, em mármore e bronze.

Painel ritualístico.

Painel ritualístico.

ESCADARIA

Painel ritualístico.

Símbolo Maçônico da Ciência.

Símbolo Maçônico das Artes.

Placa comemorativa da Lei do Ventre Livre, em mármore.

Placa comemorativa, em bronze, da Loja Comércio e Artes.

SALA DOS PASSOS PERDIDOS

Busto do Dr. Moacyr Arbex Dinamarco.

SALÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM (Decoração do século XIX)

“PASSAGEM DE HUMAITÁ”, Eduardo De Martino.

“ENTRADA DA ESQUADRA EM ASSUNÇÃO”, Eduardo De Martino.

Quadro da Bandeira Brasileira confeccionado com grãos de café, oferecido ao Grão-Mestre Moacyr Arbex Dinamarco.

Mostruário:

Instrumentos maçônicos em prata e marfim (Loja Brasil).

Estojo com malhetes de pedra de Jerusalém (Grande Loja Distrital Inglesa).

Medalhões em ouro, prata e bronze relativos ao Centenário da Independência.

Jogos de malhetes e peças de prata.

Espada de ouro que pertenceu ao Grão-Mestre Honorário Henrique Valadares.

Urna para escrutínio secreto do Supremo Conselho.

Gomil de prata e copos antigos de cristal.

Emblema de prata da Loja Comércio e Artes.

Mostruário (Peças em ouro)

Caneta cravejada de diamantes, oferecida a Ganganeli (Saldanha Marinho).

Chave oferecida ao Grão-Mestre Macedo Soares, pela Loja Progresso.

Dois berloques, duas medalhas, uma botoeira, três distintivos, um emblema do Tribunal, um emblema de Grão-Mestre.

Um distintivo com rubi e diamantes.

Uma placa da Loja Rei Salomão.

Uma placa oferecida pela Maçonaria Chilena.

Mobiliário:

Mobiliário das reuniões do Conselho Federal.

Trono do Grão-Mestre, vindo dos primórdios da Ordem, em jacarandá, com incrustações de marfim (símbolos maçônicos e ornamentos) e decorado a folha de ouro. O Trono pesa 1/4 de tonelada.

“BUSTO DE D. PEDRO I”, Marc Ferrez. Esculpido no Rio de Janeiro em 1826 por Marc Ferrez e executado em bronze, em Paris, por Fontaine.

“RETRATO DE GONÇALVES LEDO”, Argemiro Cunha.

Relógio, tendo na caixa, lavrados, os símbolos maçônicos essenciais.

Duas pedras, sendo uma bruta e outra cúbica.

GABINETE DO GRÃO-MESTRE GERAL

“VISCONDE DO RIO BRANCO”, Odoardo Tabacchi. Mármore de Carrara, Turim, 1874.

Espelho Veneziano, decorado com símbolos maçônicos, século XIX.

Relógio de repetição, século XIX.

Retrato de José Bonifácio.

Retrato de D. Pedro 1.

Troféu do Sesquicentenário.

CORREDOR — PINACOTECA

“RETRATO DO MARQUÊS DE ABRANTES”, Joaquim da Rocha Fragoso.

“RETRATO DO VISCONDE DE INHAÚMA”, A. Rodrigues Duarte.

“RETRATO DE SALDANHA MARINHO”, Pedro Américo de Figueiredo (atribuída).

“RETRATO DO GENERAL OSÓRIO”, Leonardo Ramos Azevedo.

“RETRATO DE D. PEDRO I — DUQUE DE BRAGANÇA”, autoria desconhecida (Escola Fluminense).

“RETRATO DE JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA”, autoria desconhecida (Escola Fluminense).

“RETRATO DO SENADOR VERGUEIRO”, Joaquim da Rocha Fragoso.

“RETRATO DE VICENTE NEIVA”, José Monteiro França.

“RETRATO DE SALDANHA MARINHO”, autoria desconhecida.

“RETRATO DO MARQUÊS DE SAPUCAÍ”, Poluceno Pereira da Silva Manuel (atribuída).

“RETRATO DO VISCONDE DO RIO BRANCO”, Joaquim da Rocha Fragoso.

CORREDOR — VITRINES

Vitrine n.º 1

joia do Grão-Mestre Adjunto e respectiva fita; fita de Mestre e fita de Representante de Potência amiga

Vitrine n.º 2

Paramentos do grau de Rosa-Cruz

Vitrine n.º 3

Paramentos do Cavaleiro Noaquita

Vitrine n.º 4

Antigos aventais de Mestre Maçom

Vitrine n.º 5

Paramentos do Rito Brasileiro

Vitrine n.º 6

Paramentos do grau 33

Vitrine n.º 7

Paramentos do grau 31

Vitrine n.º 8

Paramentos do Supremo Conselho

Vitrine n.º 9

Paramentos dos graus 30 e 32

TEMPLO MAÇÔNICO

Grande Luz (o Livro Sagrado).

Mobiliário da época, jacarandá.

Trono do Venerável com incrustações de marfim.

Os antigos lustres, com as cúpulas centrais em opalina, são do século XIX.

MUSEU MAÇÓNICO (Sala de exposições permanentes)

Mural, painel lavrado a ouro sobre fundo azul com os símbolos maçónicos fundamentais.

Vitrine

Bíblia do século XVI (1555).

Novo Testamento: com 224 páginas (2 x 3 cm.) sendo o texto em duas colunas.

Padre Nosso — no menor livro do mundo, em sete línguas, sendo a capa de 5 1/2 milímetros por 6 e o texto de 2 1/2 por 3 1/2 milímetros. As línguas do Padre Nosso são: alemão, francês, inglês, italiano, grego, latim e árabe.

Medalheiro: com 212 medalhas do Grande Oriente em ouro, prata e bronze. São peças variadas: comemorativas, de grau ou de prêmio.

Vitrine n.º 10 — Independência

Documento assinado por Gonçalves Ledo.

Placa de prata em homenagem a Gonçalves Ledo.

Ata da Proclamação da Independência no Grande Oriente do Brasil, conforme o Livro de Ouro n.º 1.

Auto da Vereação de 9 de Janeiro de 1822 — (O “Fico”).

Carta de D. Pedro I a seu médico.

Vitrine n.º 11 — ainda Independência:

Documentos de José Bonifácio de Andrada.

Documentos do Cónego Januário da Cunha Barbosa.

Discurso fúnebre, pronunciado pelo Cónego Januário, ed. da época.

1.º n.º do “Jornal do Comércio” do Rio (GB), de 1.º de outubro de 1827.

Vitrine n.º 12 — (Duque de Caxias e General Osório).

Documentos assinados pelo Duque, então Conde de Caxias, 1850.

joia de Caxias do grau 33.

Boletim do Supremo de 1871, em que figura o Duque como Garante de Amizade (Representando) do Supremo Conselho da Inglaterra junto.

Quadro da Loja Honra e Humanidade, de Pelotas, onde consta sob o n.º 169 o Marquês do Herval.

Vitrine n.º 13 — Escravidão

Subscrição entre maçons para alforriar um escravo.

Venda de um escravo para servir na guerra, em vez de outrem.

Solicitação da Chefia de Polícia da Corte ao Grande Oriente, para libertar um homem branco, porém escravo (ata n.º 900 da Loja União Escocesa, 1875).

Vitrine n.º 14 — Rui Barbosa

A vitrine contém três documentos:

O famoso discurso no Grande Oriente em 1876, no Boletim da época, sobre liberdade religiosa;

O livro “O Papa e o Concílio”, de 1877, edição da época; e a conferência de 1909, em que explica o seu fraterno afastamento da Maçonaria, sem absolutamente renegá-la.

Numa vitrine própria, à parte, está um manuscrito de 1870, de Rui Barbosa, propondo em sua Loja América, de São Paulo, a libertação dos escravos.

Vitrine com o manuscrito de Rui Barbosa.

Vitrine n.º 15 — Vários Grão-Mestres

Documentos do Visconde de Albuquerque.

Documentos do Marquês de Abrantes.

Documentos do Barão de Cairu.

Documentos de Saldanha Marinho.

Documentos do Visconde do Rio Branco.

Documentos do Marechal Deodoro.

Documentos de Quintino Bocaiúva.

Documentos de Lauro Sodré.

Discurso de Saldanha Marinho, em 1864, presidindo pela primeira vez os trabalhos do Grande Oriente do Brasil ao Vale dos Beneditinos.

Vitrine n.º 16 — Supremo Conselho

Documento de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma.

Documentos de David Jewett, sobre os primórdios do Supremo Conselho.

Vitrine n.º 17

Carta do Barão do Rio Branco, oferecendo o busto em mármore do Visconde do Rio Branco.

Carta de Fernando Pettrich, agradecendo o título de Membro Honorário do Grande Oriente. Ao lado, a faixa dessa dignidade.

Iniciação em 1896 do Presidente Wenceslau Braz, na Loja Caridade Mocoquense, São Paulo.

Vitrine n.º 18

joias maçônicas.

Vitrine n.º 19

relógios e anéis maçônicos.

Vitrine n.º 20

A Maçonaria inglesa no Brasil. Colar do Grande Conselho e outras joias.

Vitrine n.º 21

joias maçônicas de altos graus, inclusive uma águia bicéfala (grau 33).

Vitrine n.º 22

Alvará contra a Maçonaria no Brasil, de 1818.

Alvará contra a Maçonaria no Brasil, de 1823; este último também assinado por D. João VI, apesar da Independência do Brasil.

Vitrine n.º 23

Constituições de Anderson (são o suporte doutrinário da Maçonaria em todo o mundo).

Original de 1723.

Original de 1756.

Fac-simile da ed. de 1723.

Vitrine n.º 24

Alguns livros maçônicos dos séculos XVIII e XIX, inclusive uma Canção, de Mozart.

Vitrine n.º 25

Documentos relativos à Maçonaria de Adoção. Loja Sete de Setembro, feminina, São Paulo, 1872 (Administração e Quadro da Loja).

Rituais da Ordem da Estrela do Oriente.

Rituais de J. M. Ragon (1860).

Estandarte de Loja Feminina, Doação da Loja Piracicaba.

Vitrine n.º 26

contendo joias maçônicas de vários graus e prataria.

Vitrine n.º 27

com igual conteúdo.

Salas

“DUQUE DE CAXIAS” (maquete), Humberto Cozzo.

“BUSTO DE WASHINGTON” (bronze), Jean Antoine Houdon.

“BUSTO DO BARÃO DO RIO BRANCO” (gesso), Paulo Mazzuchelli.

“BUSTO DO MARQUÊS DE POMBAL”, autoria desconhecida

Estandarte do Conselho de Kadosch (grau 30).

Estandarte do Supremo Conselho (grau 33).

Aventais maçônicos usados pelo Vigário Bartolomeu Fagundes, em Natal, Rio Grande do Norte.

Compõe a Sala, na parte superior, cadeiras estilo D. João V, em torno da respectiva mesa.

ANEXOS

ANEXO 1 - E-mail sobre documentos relativos à história do Museu Maçônico do Palácio do Lavradio

16/03/2020

Gmail - Pesquisa sobre o Museu Maçônico do Palácio do Lavradio



Raniel Fernandes <ranielcfernandes@gmail.com>

Pesquisa sobre o Museu Maçônico do Palácio do Lavradio

2 mensagens

Raniel Fernandes <ranielcfernandes@gmail.com>

31 de janeiro de 2020 15:01

Para: museu@gob.org.br

Prezado,

Estou pesquisando a formação de museus maçônicos no Brasil, como mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação na Universidade de Brasília. E venho por meio deste e-mail perguntar se há algum material (livro de tombamento, artigo, livro, revista, documento) no Palácio do Lavradio relativo a institucionalização do museu, suas atividades e acervo.

Atenciosamente,

--

Raniel Fernandes
Museólogo - COREM 4R 208-I
+55 61 99306-0851

Educação e Cultura <sgec@gob.org.br>

4 de fevereiro de 2020 14:42

Para: Raniel Fernandes <ranielcfernandes@gmail.com>

Boa tarde,

toda a documentação histórica que estava no Palácio do Lavradio encontra-se em Brasília desde o ano passado. Nela não encontramos documentação pertencente ao funcionamento ou institucionalização de um museu no Palácio do Lavradio. Acreditamos que essas informações talvez possam constar nos boletins oficiais.

Att.,
Vinicius Carvalho
Museólogo - COREM 4R 201-I

Em sex., 31 de jan. de 2020 às 15:02, Raniel Fernandes <ranielcfernandes@gmail.com> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]